

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA PROPRIEDADE**  
**INTELECTUAL - PPGPI**

LIARIA NUNES DA SILVA

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO**  
**AGRONEGÓCIO**

São Cristóvão, setembro de 2016

LIARIA NUNES DA SILVA

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO  
AGRONEGÓCIO**

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual.

Orientador: Robélius De Bortoli

São Cristóvão, setembro de 2016

© SILVA, 2016.

SILVA, Liária Nunes da. **Indicação Geográfica como estratégia de gestão do agronegócio**. São Cristóvão, 2016. 90 f. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Biblioteca – Campus São João do Piauí do IFPI

S586i Silva, Liária Nunes da, 1985-  
Indicação Geográfica como estratégia de gestão do agronegócio / Liária  
Nunes da Silva. – 2016.  
90 f.: il.; Color.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Sergipe, Programa de  
Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual. São Cristóvão,  
2016.

Inclui referências bibliográficas

Orientador: Prof. Dr. Robélius De-Bortoli

1. Produção de uva. 2. Produção de uva – Assentamento Marrecas (São  
João do Piauí). 3. Indicação Geográfica. 4. Agronegócio – Gestão  
estratégica. I. Título.

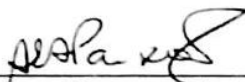
CDD 634.8

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Ao vigésimo segundo dia do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às dez horas, reuniram-se na Sala Multiuso do PPGPI, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, os membros da Comissão Examinadora, Prof. Dr. Robelius De Bortoli (Orientador - UFS), Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Eleonora Almeida Paixão (Examinadora Interna - UFS) e Prof. Dr. José Moncada-Jiménez (Examinador Externo à Instituição - UCR), para avaliar o trabalho intitulado **"INDICAÇÃO GEOGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO AGRONEGÓCIO"** da mestranda **LIÁRIA NUNES DA SILVA**. O Orientador, assumindo os trabalhos na qualidade de Presidente, passou a palavra à candidata, para que ela expusesse sua Dissertação, informando que a mesma dispunha de 30 (trinta) minutos para a apresentação, que cada examinador iria dispor de 20 (vinte) minutos para fazer arguições e que a candidata gozaria de 20 (vinte) minutos para responder aos questionamentos. Terminada a exposição da candidata, o Presidente passou a palavra aos Membros da Comissão, que iniciaram a arguição. Terminada a arguição, a candidata retirou-se da sala para que os Membros da Comissão atribuissem-lhe as notas. Logo em seguida, o Presidente anunciou que a candidata foi considerada Aprovada. Foi concedido um prazo de 30 dias para a candidata efetuar as correções sugeridas e apresentar o trabalho em sua redação definitiva. O Presidente proclamou a candidata **MESTRE EM CIÊNCIA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**, devendo este resultado ser homologado pela Comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, o Presidente agradeceu aos Membros da Comissão Examinadora, aos presentes e encerrou a sessão. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente, Robelius De Bortoli e demais Membros da Comissão Examinadora. São Cristóvão/SE, Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, 22 de setembro de 2016.



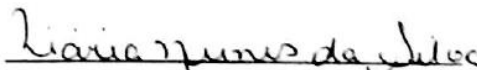
Prof. Dr. Robelius De Bortoli  
Orientador – UFS



Prof.ª Dra. Ana Eleonora Almeida Paixão  
Examinadora Interna – UFS



Prof. Dr. José Moncada-Jiménez  
Examinador Externo à Instituição - UCR



Liária Nunes da Silva  
Candidata

## RESUMO

A crescente competitividade observada em diversas atividades do setor primário exige das organizações e associações de produtores capacidade de planejamento, elaboração e execução de estratégias capazes de promover o alcance dos objetivos e metas organizacionais. A partir do entendimento que esse cenário competitivo eleva a Indicação Geográfica como uma estratégia de diferenciação, esse trabalho buscou mapear as condições potenciais de gestão e planejamento da produção frutífera no Assentamento Marrecas mediante solicitação de Indicação Geográfica para a Uva. A pesquisa de campo foi realizada em uma área de plantio de uva da variedade Benitaka para analisar as características físico-químicas do solo, além da coleta de dados dos parâmetros meteorológicos que podem interferir na qualidade das uvas, tais como temperatura e umidade relativa do ar, precipitação pluviométrica e insolação total, identificados a partir da visita à estação meteorológica convencional de São João do Piauí e complementada por informações no *site* do Instituto Nacional de Meteorologia [INMET]. Sob o ponto de vista da gestão, foram realizadas visitas ao Assentamento Marrecas para conhecer suas estruturas organizacionais e identificar o papel das associações na administração e comercialização da produção, buscando perceber a capacidade gerencial de uma futura Indicação Geográfica para a produção de uva. As informações obtidas revelam que a interação entre os fatores edafoclimáticos de São João do Piauí e a disponibilidade de recursos hídricos para irrigação proporcionam excelentes condições para uma produção de uvas diferenciada, apresentando potencial de certificação por Indicação Geográfica, seja Indicação de Procedência ou Denominação de Origem. Além disso, foi verificado que o associativismo representa uma estratégia de cooperação efetiva para melhorar as condições de concorrência dos produtores assentados, a exemplo da Associação dos Produtores com Irrigação do Assentamento Marrecas [APIM], que desenvolve diversas atividades no âmbito da viticultura, como elaboração do planejamento anual da produção, comercialização e gestão dos recursos financeiros. A capacidade de planejamento, organização e liderança da APIM, somada a uma estrutura organizacional enxuta e eficiente, sinalizam a predisposição da associação para gerir a possível Indicação Geográfica da produção de uva.

**Palavras-chave:** Gestão estratégica; Indicação Geográfica; Setor vinícola; Assentamento Marrecas.

## ABSTRACT

The increasing competitiveness seen in various activities of the primary sector requires organizations and producers associations' capacity of planning, elaboration and execution of strategies capable to promote the reach of the goal and objective organizational. From the understanding that this competitive scenario raises the Geographical Indication as a strategy of differentiation, this study sought to map the potential conditions of management and planning of fruit production in Marrecas Settlement in accordance with the request of Geographical Indication for the Grape. The field research was realized in a grape plantation area of variety Benitaka, to analyze the physical and chemical characteristics of the soil, as well as data collection of meteorological parameters that can affect the quality of grapes, such as temperature and relative humidity of air, rainfall and the total insolation, identified from the visit to the Conventional Meteorologic Station in São João do Piauí and supplemented by information on the website of the National Institute of Meteorology. From the point of view of management, visits were made to Marrecas Settlement to meet their organizational structures and identify the role of associations in the management and marketing of production, seeking to realize the managerial capability of future Geographical Indication for grape production. The information obtained showed that the interaction between the edaphoclimatic factors of São João do Piauí and the availability of hydrous resources for irrigation provide excellent conditions for production of different grapes, presenting certification potential for Geographical Indication, either Indication of Origin or Denomination of Origin. Furthermore, it was found that the associativism represents a strategy of effective cooperation to improve the concurrence conditions of the settlers producers, such as the Association of Producers with irrigation of the Marrecas Settlement, which develops several activities within viticulture, as elaboration of the annual planning of production, marketing and management of financial resources. The capacity planning, organization and leadership of the Association of Producers with irrigation of the Marrecas Settlement, coupled with a lean and efficient organizational structure, indicate the predisposition of association to manage the possible Geographical Indication of grape production.

**Keywords:** Strategic management, Geographical Indication, Winery sector, Marrecas Settlement.

## SUMÁRIO

<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: UMA ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA O SETOR VINÍCOLA BRASILEIRO .....</b>	<b>19</b>
2.1 CONCEITOS DE ESTRATÉGIAS .....	19
2.1.1 <i>Diferentes abordagens sobre estratégia.....</i>	<i>21</i>
2.2 ANÁLISE DOS AMBIENTES ORGANIZACIONAIS .....	27
2.3 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO SETOR VINÍCOLA BRASILEIRO .....	31
2.3.1 <i>Contextualização e aspectos legais da Indicação Geográfica.....</i>	<i>33</i>
2.3.2 <i>Indicação Geográfica: uma estratégia de modelo de negócios .....</i>	<i>36</i>
2.3.3 <i>Requisitos para Indicação Geográfica de vinhos .....</i>	<i>43</i>
2.4 ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO ENTRE PRODUTORES RURAIS .....	45
2.4.1 <i>Associativismo em assentamentos de reforma agrária: estratégia de organização e produção .....</i>	<i>48</i>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>51</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>55</b>
4.1 FATORES EDÁFICOS .....	55
4.2 FATORES CLIMÁTICOS .....	61
4.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ASSENTAMENTO MARRECAS.....	68
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>77</b>

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Assentamento Marrecas, por ter sido o primeiro do Piauí, foi um marco histórico para o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras [MST] no Estado e também para São João do Piauí, município com 19.548 habitantes, majoritariamente urbano (64,2% da população reside na zona urbana e 35,75% na área rural), situado na mesorregião do Sudeste Piauiense e microrregião do Alto Médio Canindé e distante 450 km da capital do Estado, Teresina (IBGE, 2010)

No dia 10 de junho de 1989, 120 famílias oriundas dos municípios de Pio IX, Simões, Padre Marcos, Itainópolis, Paulistana, Dom Expedito Lopes e Oeiras ocuparam a Fazenda Marrecas, localizada a 30 km de São João do Piauí. A chegada dos integrantes do MST em São João do Piauí foi marcada, de um lado, pela hostilidade da população e, do outro, pela resistência do movimento. Segundo dona Lurdinha<sup>1</sup>, moradora do assentamento, “os primeiros meses de ocupação foram os mais difíceis, pois não tinha acesso ao mínimo necessário para sobreviver”.

Quase 26 anos depois, 277 famílias formam o assentamento, ocupando uma área de 10,5 mil hectares. São aproximadamente 2 mil pessoas sobrevivendo basicamente da agricultura familiar, fruticultura irrigada, produção e comercialização de doces, geleias, remédios caseiros e artesanatos.

Após a legalização da posse das terras em 1994 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], os assentados começaram a se organizar em associações como estratégia para melhor explorar as potencialidades e promover o desenvolvimento econômico, social e cultural do assentamento. Atualmente, Marrecas possui uma associação de cunho social, Associação de Pais e Mestres [APM] e cinco voltadas para a organização e comercialização da produção: a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Marrecas [APPAM]; a Associação de Pequenos Produtores do Alto Belo [APPA]; Associação dos Pequenos Produtores do Capim Grosso [APPC]; Associação de Processamento de Frutas [APFrutas] - formada por mulheres do assentamento com o objetivo de produzir e comercializar os subprodutos das frutas produzidas no assentamento, como doces, polpas de frutas e geleias de uva -; e a Associação dos Produtores com Irrigação do Assentamento Marrecas [APIM] -

---

<sup>1</sup>Maria de Lourdes Pereira, assim como os demais moradores do Assentamento Marrecas, lutou pela ocupação das terras na Fazenda Marrecas, na época. Atualmente, a renda da agricultora é baseada na produção e comercialização de frutas. Em 2015, foi uma das vencedoras do prêmio “Mulher de Negócios”, na categoria Produtora Rural, realizado pelo Sebrae/PI.



composta por 120 associados, foi formada para organizar um núcleo que pudesse auxiliar a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba [CODEVASF] e sua equipe nas questões administrativas, sobretudo aquelas relacionadas à aplicação dos recursos obtidos via emenda parlamentar.

Dez anos após a legalização da posse, o Assentamento Marrecas e o município de São João do Piauí vivenciaram outro momento histórico: a implantação do Projeto Hildo Diniz, um projeto piloto de irrigação voltado a beneficiar cerca de 90 hectares e 75 famílias, que leva o nome do seu idealizador, o superintendente à época da CODEVASF, pelo reconhecimento ao esforço despendido para a sua concretização.

Aproveitando a experiência adquirida com a implantação de projeto similar em Pernambuco e valendo-se do conhecimento da geografia local, que acabava por conferir vantagens comparativas em relação à Petrolina/PE no tocante à produção de frutíferas, Hildo Diniz articulou a implantação do projeto no Assentamento Marrecas, tendo como objetivo desenvolver o potencial produtivo da fruticultura local - inicialmente a partir do plantio de banana, melão, goiaba, mamão, assim como o cultivo de uvas europeias (*Vitis Vinífera L.*), especialmente das variedades Itália melhorada, Benitaka e Brasil -, gerando renda e ocupação aos assentados, uma preocupação pessoal do seu idealizador, em muito creditada ao seu perfil declaradamente extensionista.

Ainda sobre o processo inicial de implantação do projeto piloto de irrigação no Assentamento Marrecas, Arcoverde<sup>2</sup> (2016), destaca que...

O Superintendente Regional que atuou aqui [em Teresina] era de Petrolina, então, o que ocorre; como ele veio de Petrolina e já havia implantado lá dois perímetros, Nilo Coelho e Santa Teresa, ele viu as mesmas condições de lá, aqui, até melhores do lado de cá, do lado do Piauí; porque o grande problema lá, na parte do Pernambuco é a questão de solos. Lá, eles têm o São Francisco, mas em compensação os solos, são solos rasos, não tem muita condição; e do lado de cá, do Piauí, ele viu melhores condições, apesar da parte de insolação, vegetação... Ele era um extensionista, engenheiro agrônomo, então ele conhecia bem as condições de aptidão; então, uma região semiárida, chove pouco, e isso é muito bom para fruticultura irrigada, principalmente para uva (Informação verbal).

Sobre as vantagens comparativas percebidas por Hildo Diniz, Arcoverde (2016) destaca o tratamento dado pelo superintendente da CODEVASF no tocante ao aproveitamento racional dos recursos hídricos encontrados na região, em especial à contenção do Poço Capim Grosso, um poço jorrante existente no assentamento, cuja vazão de água e pressão geológica permite a

---

<sup>2</sup> Maximiliano Saraiva Arcoverde, Gerente Regional de Empreendimentos de Irrigação da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

irrigação sem a utilização de energia elétrica, gerando uma significativa redução dos custos de produção e competitividade ao projeto piloto:

Tinha um poço, aquele poço emblemático que jorrava não sei quantos metros de água... então, como ele era da região, ele disse que era um absurdo jogar essa água ali... ele conteve o poço; do poço ele fez vários poços de abastecimento de água... era um superintendente que era acostumado com a carência de água e era um extensionista. [...] ele fez chafariz pra abastecimento de água para animais, conteve o poço, porque ele achava aquilo ali um desperdício; então, ele já foi vislumbrando um projeto de irrigação para a região, né! [...] Com esse poço ele fez as primeiras unidades demonstrativas, que ele chamava assim: “vamos fazer uns pilotozinhos... Vamos fazer umas unidades de fruteiras...”; aí fez uma parte, até mesmo pra o pessoal do assentamento já ir tendo contato com a tecnologia da irrigação (Informação verbal) (ARCOVERDE, 2016).

Durante o processo de implantação do projeto piloto, além do tratamento dado às questões técnicas - que resultaram em ações específicas da CODEVASF, como a contenção do Poço Capim Grosso; implantação do sistema de abastecimento e irrigação; aquisição de mudas de uvas; orientação da adubação do plantio e acompanhamento dos agricultores até o momento da primeira colheita, visto que eles precisariam reinvestir os lucros visando o próximo plantio, outro papel protagonizado por Hildo Diniz foi o da articulação política, conforme destaca Arcoverde:

Nenhum projeto nasce se não houver uma força política da base parlamentar para angariar recursos de origem federal, então não tem como... Projetos de grandes volumes de recursos financeiros devem estar inseridos na parte do orçamento. Então, casou bem: ele tinha essa questão da viabilidade técnica da coisa e tinha já uma força política na região. Começou ali com Paes Landim; depois o primeiro mandato do governador Wellington, que abraçou a causa; a primeira dama era da região; então a proximidade de tudo isso favoreceu. (Informação verbal) (ARCOVERDE, 2016).

O emprego da irrigação como uma ferramenta necessária para melhorar o desempenho do setor vinícola em regiões que apresentam baixos índices pluviométricos é perceptível em diversas regiões do mundo, como na Califórnia que utiliza a irrigação para suprir a necessidade hídrica das videiras, especialmente em alguns meses do verão (LARRY, 2001); Austrália, na qual cerca de 87% da produção de uvas viníferas provêm de regiões que dependem total ou parcialmente da irrigação, configurando-se como uma ferramenta que possibilita aos produtores interferirem no crescimento da videira, no desempenho das culturas e na qualidade dos frutos (PROFFITT; GIBBERD, 2014) e em países produtores da América do Sul, a exemplo do Chile que apresenta baixos índices de pluviosidade durante o verão, e Argentina, especialmente em Mendonza, uma das zonas vinícolas mais importantes do país, que empregam um sistema de

gotejamento para solucionar a escassez de água nas culturas (DA SILVA; ALVES; SOUSA, 2014).

Assim como ocorre nas regiões citadas acima, no Brasil também é necessário a utilização da irrigação para viabilizar o cultivo de videiras, sobretudo no Nordeste Brasileiro, a exemplo do Vale do Submédio São Francisco (DA SILVA; ALVES; SOUSA, 2014) e do Semiárido Piauiense, onde é impossível tornar viável a fruticultura - e a viticultura, em especial - sem investimentos em tecnologia de irrigação, conforme estava previsto no projeto piloto de irrigação do Assentamento Marrecas. Segundo Conceição (2005), a irrigação tem sido empregada no cultivo da videira em diversas regiões do mundo, sobretudo para as variedades de mesa, e em regiões áridas e semiáridas a irrigação se configura como a principal fonte de água para a cultura. Dessa forma, diversos sistemas podem ser utilizados para a irrigação da videira, dependendo das condições de solo e de clima do local, assim como da disponibilidade de equipamento e de recursos financeiros.

Os sistemas de irrigação disponíveis proporcionam aos produtores uma moderna tecnologia de produção agrícola, que somada ao manejo da adubação e tratos culturais, reúnem as condições necessárias para que as culturas alcancem altos níveis de produtividade. É por isso que “em cultivo de videira, a prática de irrigação é essencial para se obter maiores produtividades e qualidade do produto, bem como produzir em épocas fora da safra normal, obtendo-se maiores preços” (BRAGA *et al.*, 2011, p. 8).

A irrigação de videiras, segundo Basso *et al.* (2010), pode ser feita por meio de dois sistemas, o pressurizado (aspersão convencional, microaspersão, gotejamento) e o de irrigação por superfície (sulcos), sendo que no Submédio do Vale do São Francisco, onde Petrolina/PE está localizada e serve de referência geoclimática para a caracterização do Assentamento Marrecas, os mais utilizados são os sistemas de irrigação localizada do tipo microaspersão e gotejamento. Em relação às vantagens do emprego do sistema de irrigação localizada em videiras, Basso *et al.* (2010) destaca a sua alta eficiência de aplicação, a diminuição de escoamento superficial e percolação profunda, redução no consumo de água, energia e pessoal, possibilidade de fertirrigação e automatização do processo, além de não intervir nos tratos fitossanitários da cultura.

Assim como ocorre no Submédio do São Francisco, a viticultura do Assentamento Marrecas também utiliza o sistema de irrigação localizada, especificamente o de microaspersão, captando água diretamente do Poço Capim Grosso e sem qualquer custo de energia elétrica (CODEVASF, 2004). Dos 90 hectares do projeto piloto de irrigação, 6 foram destinados à plantação de uvas de mesa. Distribuídas por seis famílias, o cultivo escalonado da uva permite

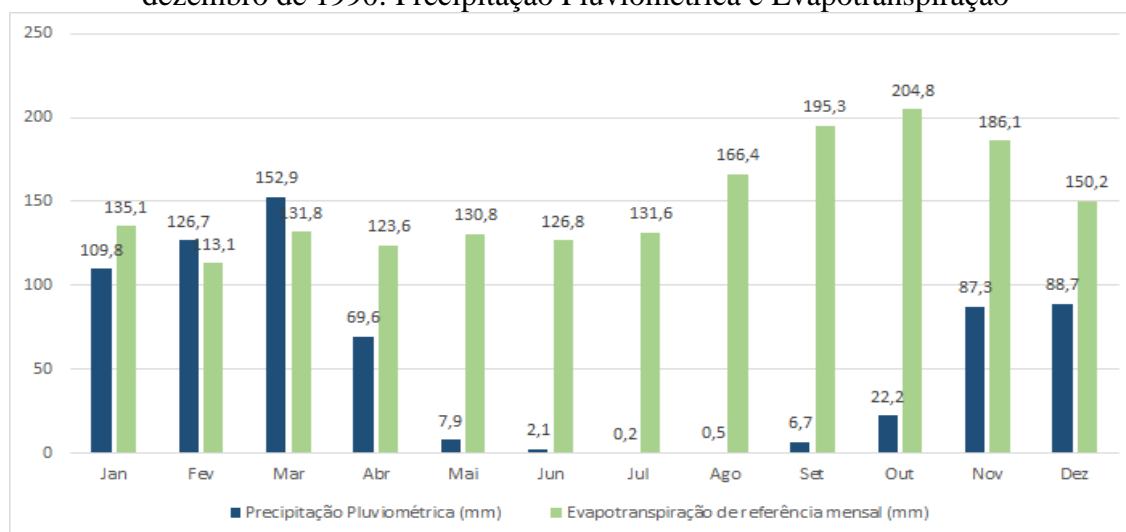
a sua produção durante todo o ano e uma produtividade de 27 toneladas por hectares, gerando aproximadamente 30 empregos indiretos por área de cultivo no período de raleio. Especialmente no ano de 2015 foram produzidas 46 toneladas de uva no Assentamento Marrecas (APIM, 2016).

Além do sistema de irrigação a ser utilizado, fatores climáticos também são relevantes para definir as áreas de cultivo da videira europeia, que poderá ser afetada em maior ou menor intensidade de acordo com o estágio de desenvolvimento da planta, fato já apontado por Tonietto e Mandelli (2003), que destacaram a sensibilidade das videiras em relação às temperaturas, chuvas, radiação solar, ventos e umidade do ar; por CostaCurta e Roselli (1980), que acrescentaram aos aspectos climáticos a importância da disponibilidade hídrica do solo no crescimento, desenvolvimento e produtividade da viticultura - fato observado em várias regiões do mundo - e por Coombe (1987), que destacou no seu trabalho a relação da temperatura e da umidade relativa do ar no surgimento das doenças fúngicas.

Dada a importância apontada pelos autores aos fatores climáticos para a produção da videira europeia - destinada a uva de mesa -, fica evidente que tal preocupação não passaria despercebida ao projeto piloto de irrigação em São João do Piauí, muito menos à Embrapa Meio-Norte, que entre 2009 e 2010 realizou dois estudos no Estado do Piauí para definir a aptidão climática das suas várias regiões para o cultivo da videira europeia sob sistema de irrigação e, também, para identificar o potencial climático da sua região semiárida buscando apontar os municípios propícios para o cultivo de uvas destinadas à produção de vinhos finos.

Apesar dos trabalhos apresentarem finalidades distintas - produção de uvas de mesa e de uvas destinadas à confecção de vinhos finos -, ambos destacam as variáveis climáticas das mesorregiões do Sudeste e Sudoeste Piauiense, especialmente da microrregião do Alto Médio Canindé, onde se encontra o município de São João do Piauí (latitude 08°21'29" S, longitude 42°14'48" W e altitude 222 m) - ver Gráficos 1 e 2 -, conferindo-lhe aptidão plena para o cultivo da videira europeia em sistema de irrigação, (ANDRADE JÚNIOR *et al.*, 2009). Segundo o autor, em trabalho anterior (ANDRADE JÚNIOR *et al.*, 2004b), essa região, tipicamente semiárida, se caracteriza pelas baixas precipitação pluviométrica e umidade relativa do ar, além de altas temperatura do ar e radiação solar, produzindo condições que minimizam as ocorrências de doenças, pois quando cultivada em áreas de umidade do ar elevada e de temperaturas brandas, a videira fica mais suscetível a desenvolver doenças fúngicas (GARRIDO; SONÊGO, 2003).

Gráfico 1. Dados climáticos de São João do Piauí apurados entre os meses de janeiro e dezembro de 1990: Precipitação Pluviométrica e Evapotranspiração



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados em Andrade Júnior *et al.* (2010)

Observando os números relativos à Precipitação Pluviométrica do município de São João do Piauí em 1990 e entendendo que tal comportamento é compatível e esperado para uma região localizada no Semiárido Piauiense, a irregularidade das chuvas é um fenômeno que se destaca mesmo sendo recorrente e conhecido.

Ainda que o volume anual de precipitação pluviométrica tenha atingido os 674,6mm no ano estudado, é possível perceber a significativa heterogeneidade da ocorrência de chuvas no município, comprometendo sobremaneira o uso da média aritmética ou da mediana como medidas de tendência central confiáveis para caracterizar o comportamento mensal esperado da série. Devido a essa constatação, tornou-se imperativa a criação da Tabela 1 para criticar a confiabilidade do uso dos valores agregados no ano, bem como das medidas de tendência central comumente utilizadas. Vale destacar que as medidas estatísticas foram desenvolvidas a partir dos dados extraídos do trabalho de Andrade Júnior *et al.* (2010), os mesmos utilizados na confecção dos Gráficos 1 e 2 e da Tabela 2.

Tabela 1 - Medidas estatísticas apuradas a partir de variáveis climáticas coletadas entre os meses de janeiro a dezembro de 1990 em São João do Piauí.

Variáveis climáticas que afetam o cultivo das videiras	Média Aritmética	Mediana	Amplitude	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Precipitação pluviométrica	56,22	45,9	152,7	53,62	95,38 (%)
Temperatura mensal mínima	21,54	21,4	3,50	1,06	4,92 (%)
Temperatura mensal média	27,12	26,5	3,50	1,22	4,49 (%)
Temperatura mensal máxima	33,43	33,05	5,00	1,54	4,62 (%)
Evapotranspiração de referência	149,63	133,45	91,70	29,56	19,75 (%)

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados em Andrade Júnior *et al.* (2010)

A heterogeneidade da precipitação pluviométrica apontada e facilmente percebida no Gráfico 1 - que apresenta o volume máximo de chuvas de 152,9mm em março e mínimo de 0,2mm apenas quatro meses depois - fica definitivamente exposta a partir do percentual apurado para o Coeficiente de Variação da série, a saber, 95,38%.

Como é de se esperar para uma série que registra tamanho percentual de variação e amplitude, ela também apresenta média e mediana pouco confiáveis, forçando o pesquisador a adotar procedimentos mais individualizados para melhor lidar com a situação, o que deve ter motivado o pesquisador a distinguir dois momentos em se tratando de chuvas na região: “o primeiro, de 1 de abril a 30 de setembro, denominado de período de outono-inverno (período OI); [e] o segundo, de 1 de outubro a 31 de março, denominado período de primavera-verão (período PV)” (ANDRADE JÚNIOR *et al.*, 2010, p. 21).

Para melhor entender os dados referentes aos períodos OI, marcado pela estiagem, e PV, período de maior ocorrência de chuvas, foi elaborada a Tabela 2 que apresenta o comportamento dos principais elementos que influenciam no cultivo de videiras, sobretudo no tocante à produtividade e qualidade da uva.

Tabela 2 - Compilação dos dados climáticos de São João do Piauí apurados entre os meses de janeiro e dezembro de 1990

<b>Dados Climáticos</b>	<b>Período OI</b>	<b>Período PV</b>
Precipitação Pluviométrica total (mm)	87,0	587,6
Temperatura mínima mensal média do ar (°C)	20,9	22,2
Temperatura máxima mensal média do ar (°C)	33,8	33,1
Evapotranspiração de referência mensal média (mm)	145,8	153,5

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados em Andrade Júnior *et al.* (2010)

A Tabela 2 deixa evidente que o Período OI apresentou-se como aquele que registrou a menor precipitação pluviométrica total, a menor temperatura mínima média, a maior temperatura máxima média e a menor evapotranspiração média, apresentando, condições bastante propícias para o cultivo de videiras, pois são condições que favorecem a produtividade e a qualidade da uva, conforme apontam os trabalhos de diversos pesquisadores, dentre eles, Tonietto e Mandelli (2003), cujos resultados esclarecem que alterações nas necessidades hídricas da videira ocorrem em função das diversas fases do seu ciclo vegetativo e que, apesar das chuvas da primavera serem relevantes para o seu desenvolvimento, as chuvas de inverno têm pouca influência sobre o cultivo da uva; e por Teixeira e Azevedo (1996), citado por Teixeira *et al.* (2002) quando aconselha, para uma boa produtividade da cultura da videira, que o seu desenvolvimento vegetativo aconteça em condições de escassez de precipitação pluviométrica e que as necessidades hídricas sejam atendidas por meio da irrigação, pois tanto

a ausência, quanto o excesso de água, comprometem o desempenho dos estágios fenológicos da cultura, prejudicando a qualidade e produtividade dos frutos (TEIXEIRA *et al.*, 2002).

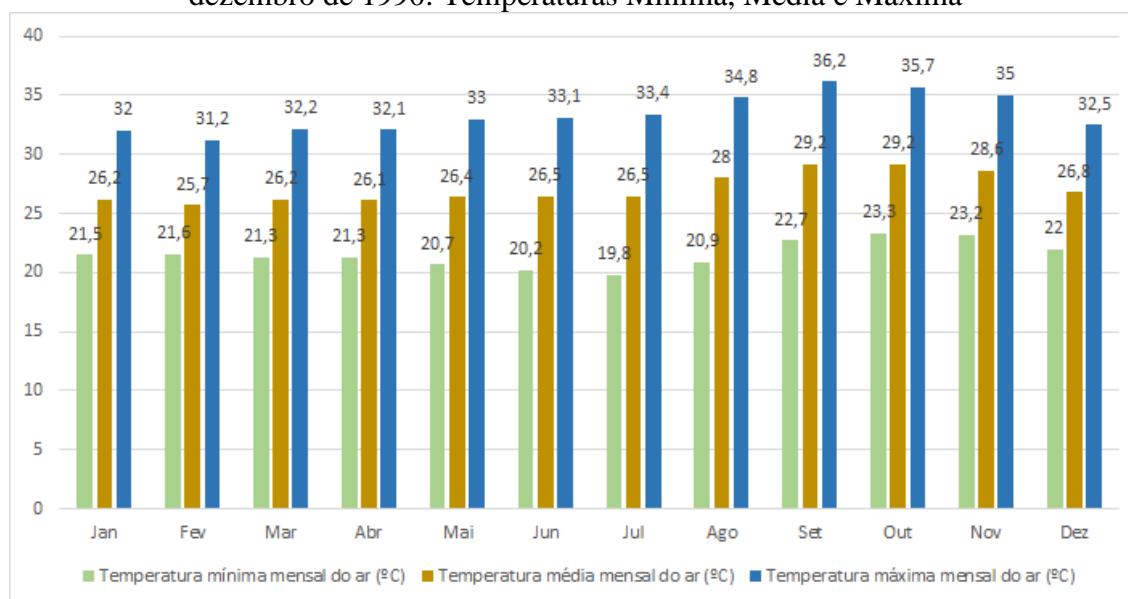
Aliado à precipitação e à temperatura, a evapotranspiração é um fator que também deve ser considerado, sobretudo em se tratando de cultura irrigada, pois, de acordo com Hallal *et al.* (2013), a água transpirada pela planta, mais a água evaporada espontaneamente da superfície do solo ou da superfície da planta, compõem a taxa de evapotranspiração da cultura e sua quantificação é um indicativo da necessidade de irrigação. Conhecer essa taxa, portanto, é importante para determinar o momento e o volume de água necessário à cultura, evitando, assim, excessos ou insuficiências que certamente impactariam a sua produtividade. Segundo Pereira; Angelocci e Sentelha (2002), a evapotranspiração da cultura pode ser adquirida por meio da evapotranspiração de referência retificada por um coeficiente exclusivo de determinada cultura, que varia de acordo com suas especificidades, como altura, características radiculares e rugosidade do cultivo, assim como a cobertura do solo.

Os valores mensais de evapotranspiração de referência para São João do Piauí, citados por Andrade Júnior *et al.* (2010) e verificados no Gráfico 1, foram maiores entre os meses de setembro, outubro e novembro, que registraram 195,3 mm, 204,8 mm e 186,1 mm, respectivamente, quando as chuvas voltaram a ocorrer após a estiagem do inverno.

Visualmente, no Gráfico 1, ou a partir da Tabela 2, é possível perceber que a evapotranspiração apresenta um comportamento que tende a ser constante com valores que giram em torno da média, 149,63mm, mas, sobretudo, em torno da sua mediana, 133,45mm, demonstrando pouca dispersão ao longo do ano, excetuando-se no trimestre setembro - novembro, já citado. Esse comportamento relativamente constante do volume de evapotranspiração se confirma na sua pequena amplitude apresentada e coeficiente de variação de 19,75%, sugerindo, portanto, uma maior facilidade de controle, sobretudo em se tratando de cultura irrigada.

Assim como a precipitação pluviométrica, a temperatura também influencia o desenvolvimento da videira (TONIETTO; MANDELLI, 2003). Contudo, diferentemente do que ocorre no tocante ao registro de chuvas na região, o Gráfico 2 demonstra que, apesar de uma discreta elevação nos meses que compõem o trimestre setembro - novembro, é possível perceber um comportamento relativamente estável durante o ano em se tratando de temperaturas mínima, média e máxima, cujos coeficientes de variação se aproximam de 5% - ver Tabela 2.

Gráfico 2. Dados climáticos de São João do Piauí apurados entre os meses de janeiro e dezembro de 1990: Temperaturas Mínima, Média e Máxima



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados em Andrade Júnior *et al.* (2010)

Com uma temperatura mensal média e mediana em torno dos 27,12° e 26,5°, respectivamente, São João do Piauí apresenta temperaturas bastante propícias para a viticultura, pois segundo Teixeira; Moura e Angelotti (2010), a temperatura média considerada ideal para o cultivo de uvas de mesa encontra-se na faixa dos 20°C aos 30°C, ademais, a temperatura do ar interfere na atividade de fotossíntese da planta, sendo menos intensa em temperaturas abaixo de 20°C, intensificando-se conforme o aumento da temperatura, alcançando os melhores níveis de produtividade entre 25 e 30°C, tornando a reduzir quando se aproxima de 45°C (TEIXEIRA *et al.*, 2012; TEIXEIRA; MOURA; ANGELOTTI, 2010).

Duas informações acerca da temperatura de São João do Piauí merecem destaque; a primeira é que a menor temperatura registrada em 1990 foi de 19,8°C, no mês de julho, e a maior foi de 36,2°C, no mês de setembro; e a segunda é a vantagem competitiva proporcionada pelo conjunto "temperaturas elevadas e baixo índice pluviométrico", condições climáticas que proporcionam vinhas com uma concentração maior de açúcar em detrimento do ácido málico (TEIXEIRA; AZEVEDO, 1996; TEIXEIRA; MOURA; ANGELOTTI, 2010).

Considerando a relevância da radiação solar para o cultivo da videira, visto que ela é a principal fonte de energia para a realização do processo de evapotranspiração das culturas, além de atuar nos processos de fotoenergia e de fotoestimulos, nas etapas de desenvolvimento da baga, bem como na definição da composição química da uva (TEIXEIRA *et al.*, 2012; TONETTO; MANDELLI, 2003), pode-se dizer que São João do Piauí possui um importante aliado na produção de vinhas, pois registrou grande uniformidade na ocorrência de radiação



solar e, além disso, apresentou o maior valor de incidência de radiação solar ao longo do ano de 2010, conforme estudo de Santana e Neto [2010] envolvendo dez municípios do Estado, a saber: Alvorada do Gurguéia, Caracol, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Piripiri, São João do Piauí, Teresina e Valença.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia - (INMET, 2009), no período de 1961 a 1990, grande parte do Semiárido Brasileiro - inclusive Petrolina/PE, uma referência constante para o projeto piloto de irrigação Hildo Diniz e São João do Piauí - se encontrou na faixa de 2.800 horas de insolação anual, o equivalente a 1/3 do ano. De acordo com Tonietto; Mandelli, (2003), geralmente, uma maior insolação está relacionada a um menor índice de precipitação pluviométrica, uma associação que se confirma em São João do Piauí, sobretudo nos meses de maio a outubro, quando o volume de chuvas apresenta redução.

Outra variável bastante associada à qualidade das vinhas é a umidade relativa do ar. Quando a umidade se apresenta com valores mais elevados, ela proporciona o desenvolvimento de ramos mais vigorosos, acelera a emissão das folhas e favorece uma maior longevidade, contudo, associada a temperaturas elevadas, ela aumenta a incidência de doenças fúngicas e bacterianas (TEIXEIRA; MOURA; ANGELOTTI, 2010). A maioria das regiões onde a videira europeia é cultivada com fins comerciais apresenta índice de umidade variando entre -60, máxima aptidão climática e poucos problemas fitossanitários, e 60; acima desse valor já não é possível o cultivo comercial, segundo Teixeira *et al.* (2002).

De acordo com o INMET (2009), corroborado por Andrade Júnior *et al.* (2010), as menores faixas de umidade relativa do ar no Piauí (60% a 65%) predominam na região sudeste, onde se localiza São João do Piauí. Por conta dessa localização, o município apresenta índices de umidade, segundo a classificação de Thornthwaite e Mather (1995), inferiores a -33,3, demonstrando um elevado potencial climático para a produção de uva de mesa e para a produção de massas e vinhos doces (ANDRADE JÚNIOR *et al.*, 2009), vale acrescentar, índice muito próximo daqueles que favoreceram a produção da videira europeia em Argel, Argélia - 32,8 - e em Varna, Bulgária - 33,6 (TEIXEIRA *et al.*, 2002).

Como visto anteriormente, São João do Piauí apresenta condições climáticas propícias para o cultivo da videira europeia, pois registra temperaturas elevadas, mas dentro dos limites críticos, acompanhadas de baixa umidade do ar, o que dificulta o surgimento de doenças fúngicas. Além disso, o baixo índice pluviométrico do município favorece o desenvolvimento de videiras devido a sua resistência à seca. Contudo, cabe ressaltar que a escassez de água também compromete o desenvolvimento da vinha, o que pode ser suprido por meio da

tecnologia de irrigação, dependendo da necessidade hídrica da planta, conforme já foi apontado por Tonietto e Mandelli (2003).

Dado o resultado positivo do projeto piloto Hildo Diniz, assim como da perspectiva de fazer do Sudeste do Piauí um grande produtor de frutas da região Nordeste Brasileira, especialmente a uva, está em fase de implantação, pela CODEVASF, o projeto de irrigação Marrecas-Jenipapo, que viabilizará a ampliação da área irrigável dos 90 hectares já existentes para 1.000 hectares, dos quais 500 serão destinados à produção de uva (CODEVASF, 2013).

O novo perímetro irrigado do Estado deveria atingir, já ao final do ano de 2014, 1.000 hectares - distribuídos em 200 lotes de 5 hectares, cada - gerando 200 empregos diretos; aproximadamente 600 indiretos; e elevando a produção agrícola do município de 5.684 toneladas para 17.584, um incremento, portanto, de um pouco mais de 200% (CODEVASF, 2015). Os investimentos previstos para o projeto Marrecas-Jenipapo são da ordem de R\$ 51,0 milhões, originários do Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] e sua conclusão estava prevista para janeiro de 2016 (BRASIL, 2015). Apesar da previsão, as obras encontram-se paralisadas desde o segundo trimestre de 2015 por falta de repasse dos recursos do governo federal. Em entrevista ao *site* 180graus, o sócio administrador da Construtora Cassi, empresa responsável pela obra, Raniere Fernandes Diniz, comentou que desde janeiro de 2015 a empresa não recebe repasses da CODEVASF (SOUSA, 2015).

O Assentamento Marrecas impulsionou o desenvolvimento econômico de São João do Piauí a partir da exploração de uma terra até então improdutiva, mas que se mostrou de excelente qualidade para a implementação do perímetro de fruticultura irrigada, fazendo do município uma referência na produção e comercialização de frutas. Além disso, foi a sua produção de uva que motivou, em 2009, a criação do Festival da Uva, um dos mais importantes produtos turísticos da região, que tem por objetivo divulgar as potencialidades da fruticultura local e atrair investimentos para o setor.

Promovido pelo Governo do Estado e apoiado pela Prefeitura Municipal de São João do Piauí, CODEVASF, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA], Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE], Instituto Federal do Piauí [IFPI], Banco do Nordeste do Brasil [BNB], dentre outras, o Festival da Uva em 2015 atingiu a sua 5ª edição e foi realizado entre os dias 6 e 8 de novembro. Dos recursos investidos nesta edição, R\$ 56,840 mil reais (PIAÚÍ, 2015) foram destinados à compra de 40 toneladas de uvas diretamente com os produtores do Assentamento Marrecas, que programaram sua produção para suprir a demanda do evento (APIM, 2016).

A relevância da produção de uva do Assentamento Marrecas para a economia do município ficou ainda mais evidente em 2012, quando a deputada federal Rejane Dias (PT/PI), na época deputada estadual, apresentou o projeto de lei 101/2012 com a finalidade de denominar de “Capital da Uva” o município de São João do Piauí, justificando-se pelo fato do município se destacar pela produção de uva no Estado, graças às especificidades da região, como solo profundo, baixo índice pluviométrico e sol praticamente o ano todo, características que propiciam o desenvolvimento dessa fruta (PIAUI, 2012).

Portanto, diante da representatividade da produção vinícola na economia de São João do Piauí e do conceito de Indicação Geográfica [IG], esse trabalho se propõe a analisar a seguinte questão problema: A obtenção de Indicação Geográfica pode produzir impactos na gestão e planejamento da produção vinícola do Assentamento Marrecas?

Para compreender o alinhamento entre gestão estratégica e Indicação Geográfica esta pesquisa tem o objetivo geral de mapear as condições potenciais de gestão e planejamento da produção frutífera no Assentamento Marrecas mediante solicitação de Indicação Geográfica para a Uva.

Dessa forma, são objetivos específicos da pesquisa: Caracterizar o Assentamento Marrecas, destacando a influência dos fatores climáticos e das características do solo na qualidade das vinhas produzidas no local; Analisar o protagonismo das organizações que compõem a estrutura institucional do Assentamento Marrecas, identificando seus personagens e seus respectivos potenciais de gestão; Apresentar os conceitos de gestão estratégica, inserindo a Indicação Geográfica como um elemento de diferenciação com possibilidade de agregação de valor à produção vinícola do Assentamento Marrecas.

## **2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: UMA ESTRATÉGIA COMPETITIVA PARA O SETOR VINÍCOLA BRASILEIRO**

A crescente competitividade observada em grande parte dos mercados, vem impondo às organizações a necessidade de elaborar estratégias voltadas à maximização de resultados e de vantagens competitivas em relação aos concorrentes. É necessário adotar um comportamento flexível e célere para responder às mudanças do mercado (PORTER, 2009). Nesse cenário, o conceito de estratégia organizacional vem sendo estudado, sobretudo, pela administração e desenvolvido sob duas perspectivas principais, de um lado, uma que percebe a estratégia como algo definitivo e controlado, que viabiliza à organização atingir as metas e objetivos preestabelecidos e/ou a obter vantagens competitivas, e do outro, a que a compreende como uma diretriz que proporciona o alcance dos objetivos organizacionais, mas que também conta com a presença de imprevistos, de ocorrências externas não controláveis, que influenciam e alteram a estratégia (FORONI, 2014).

### **2.1 CONCEITOS DE ESTRATÉGIAS**

Seguindo a mesma linha de pensamento de Chandler (1962) - que abordou a estratégia como a definição das metas e objetivos de longo prazo de uma organização, assim como o estabelecimento de cursos de ação e a aplicação de recursos necessários para atingi-los, Costa (2012) nos esclarece que a estratégia é o ponto inicial para todo projeto, pois é ela que vai arquitetar o negócio, definir visão, missão, objetivos, capacidades e habilidades para atingir as metas determinadas. Ademais, é necessário que a estratégia vislumbre o público-alvo da organização, os produtos e/ou serviços que serão ofertados, a forma e padrão dos mesmos, além dos objetivos organizacionais a serem atingidos.

Além de orientar as organizações no estabelecimento de metas e objetivos, as estratégias são vistas como os caminhos, modos, ou ações formuladas e apropriadas para atingi-los, preferivelmente, de forma diferenciada e inovadora, promovendo assim, o melhor posicionamento da organização diante do mercado no qual atua (OLIVEIRA, 2015). Pensamento similar ao de Ansoff (1977), quando definiu estratégias como os meios que possibilitam às organizações alcançarem suas metas e objetivos organizacionais.

Segundo Oliveira (2015), a estratégia deve ser percebida pela organização como uma alternativa inteligente, econômica, viável e, se possível, original e até maliciosa, constituindo-se na melhor ferramenta empresarial para otimizar o uso de seus recursos, tornando-a mais

competitiva e preparada para explorar as possíveis oportunidades. Além do mais, a estratégia organizacional está relacionada à arte de empregar, apropriadamente, os recursos físicos, tecnológicos, financeiros e humanos, aspirando a minimização das dificuldades internas e maximização das oportunidades que estão no ambiente empresarial. Ainda, para Costa (2012) é necessário abordar na definição da estratégia as capacidades exigidas da organização, principalmente, em relação ao pessoal, processos e tecnologia, assegurando sua disponibilidade em escala e qualidade suficientes, de forma a desenvolver novos produtos para ofertar aos clientes o valor que aspiram e causar lucratividade para a organização.

Apresentando uma conotação diversa dos conceitos expostos pelos atores acima, Porter tratou a estratégia como uma busca constante por vantagem competitiva, analisando o mercado ou o setor no qual uma organização está inserida. Para o autor, é por meio das estratégias que as organizações oferecem valor superior aos seus clientes. Valor é a capacidade de atender ou de superar as necessidades dos clientes, de maneira eficiente. Além disso, reforça que “o lema da estratégia competitiva é ser diferente. Significa escolher, de forma deliberada, um conjunto diferente de atividades para proporcionar um mix único de valores” (PORTER, 2009, p. 43). Definir uma estratégia competitiva, portanto, é definir o método como a organização competirá no mercado, as metas a alcançar, assim como as políticas e atividades que deverão ser desenvolvidas para alcançá-las (PORTER, 2004).

Ainda, segundo Porter (2009), a busca por diferenciações duradouras é um dos propósitos das organizações que procuram superar seus concorrentes. Nessa busca é necessário oportunizar maior valor aos clientes ou fornecer valor semelhante a um menor custo, pois a oferta de maior valor possibilita à organização vender seus produtos a preços mais elevados, e a maior eficiência organizacional ocasiona na redução dos custos operacionais. No tocante às heterogeneidades nos quesitos custo e preço, elas são decorrentes das atividades envolvidas no processo de criação, venda e entrega dos produtos ou na prestação de serviços que, se forem bem definidas e executadas de maneira eficiente promoverão, além de vantagens competitivas, a diferenciação da organização.

Nessa atual conjuntura, marcada pela alta competitividade, é indispensável que as organizações se preocupem, não somente, em alcançar a eficácia operacional - focando, apenas, nas ferramentas gerenciais - e comecem a dar a devida importância às estratégias organizacionais. Pois, se por um lado, esse comportamento é eficaz para promover melhorias operacionais, por outro, não é capaz de manter por períodos mais prolongados, a rentabilidade e competitividade diante dos concorrentes, uma vez que, as ferramentas gerenciais, as modernas tecnologias, assim como as melhorias nas matérias-primas e as técnicas de atendimento a

clientes, podem ser rapidamente copiadas pelos demais atuantes no mercado. Assim sendo, cabe às organizações elaborarem estratégias difíceis de serem imitadas, gerando assim, diferenciação e vantagem competitiva sustentável diante do setor (PORTER, 2009).

Na busca por conceitos para a estratégia, Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010) - referenciando Mintzberg (1987) - apresentam cinco definições para o termo, conhecidos na literatura como os cinco P's para a estratégia. Os primeiros, tratam a estratégia como Planos e Padrões - é um Plano, quando apresenta caráter futurista, funciona como um caminho que levará a organização do ponto atual, a um lugar almejado - como Padrões, está voltada para o estabelecimento de comportamentos coerentes ao longo do tempo. Logo, a estratégia como Plano é olhar para a frente, ou seja, é definir o que se pretende fazer, ao passo que, a estratégia como Padrão é olhar para o passado e analisar o que foi realizado. Os dois estilos de estratégias são importantes, haja vista as grandes mudanças que ocorrem no ambiente empresarial, exigindo adaptação da organização, além do mais, considerar o passado pode evitar a repetição de erros no futuro.

Ainda em relação aos cinco P's, o terceiro e o quarto abordam a estratégia sob o aspecto das Posições e Perspectivas pretendidas pela organização. Como Posição, o foco da estratégia está na colocação de determinados produtos em mercados específicos; o olhar do estrategista está voltado para o ambiente externo, buscando estabelecer uma combinação entre as forças da organização e as oportunidades do meio ambiente, identificando assim, potenciais mercados para atuar. Como Perspectiva, a estratégia reflete o modo como a organização executa seus processos e compreende o ambiente que a circunda; o foco está nos aspectos internos, procurando formular estratégias para ampliar e beneficiar a participação externa da organização, apresentando, portanto, uma abordagem futurista. Já, o quinto, assume a estratégia como um Truque - *Ploy* - é conhecida, também, como uma manobra para confundir os concorrentes e obter vantagem competitiva (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010).

### *2.1.1 Diferentes abordagens sobre estratégia*

Compreendendo a grande variedade de conceitos apresentados para a estratégia e reconhecendo a relevância de alguns para melhorar as práticas gerenciais, Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010) decidiram classificá-los em dez concepções diferentes, que ficaram conhecidos como as dez escolas do pensamento estratégico, despontadas em momentos diferentes da administração estratégia, conforme o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Escolas do pensamento estratégico

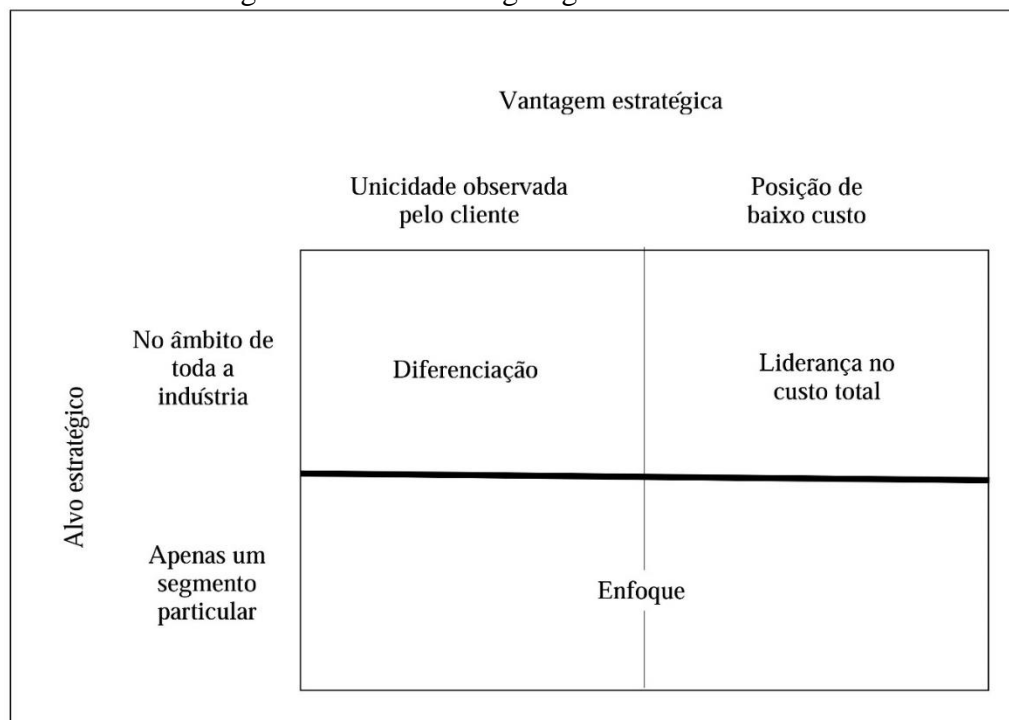
<b>Escola Estratégica</b>	<b>Processo de Formulação</b>	<b>Conceito de Estratégia</b>	<b>Principais nomes</b>
<i>Design</i>	Estratégia como um processo de concepção	Ferramenta capaz de auxiliar a organização a identificar seus pontos fortes e fracos e ajustá-los às oportunidades e ameaças localizadas no seu ambiente externo.	Andrews (1965)
Planejamento	Estratégia como um processo formal	A estratégia é definida a partir de estudos da organização e é sustentada em orçamentos, indicadores e controles e planos operacionais.	Ansoff (1965)
Posicionamento	Estratégia como um processo analítico	Apresentação das estratégias genéricas – liderança no custo total, diferenciação e enfoque – as organizações podem utilizá-las para criar vantagens competitivas perante seus concorrentes, assim como minimizar a possibilidade de entrada de novos entrantes.	(Porter, 1980)
Empreendedora	Estratégia como um processo visionário	É um processo desenvolvido a partir da visão futurística do líder, que baseado nos seus conhecimentos, ideias, experiências e intuições, traça as estratégias da organização.	Schumpeter (1950)
Cognitiva	Estratégia como um processo mental	Percebe a estratégia como um processo de criação da mente humana, procura entender como os indivíduos processam informações oriundas do ambiente, estruturam o conhecimento e formulam as estratégias. Utiliza a psicologia cognitiva como uma aliada nesse processo de compreensão da mente do estrategista.	Simon (1947)
Aprendizado	Estratégia como um processo emergente	Defende que a estratégia surge a partir do aprendizado estratégico da organização, ou seja, por meio das experiências e conhecimentos individuais ou coletivos de seus integrantes.	Lindblom (1959) Prahalad e Hamel (1990)
Poder	Estratégia como um processo de negociação	Beneficia-se do seu poder de influência, barganha e persuasão para elaborar e negociar estratégias favoráveis para a organização.	Allison (1971)
Cultural	Estratégia como um processo coletivo	Processo de integração social, assentado nas crenças e na cultura da organização. As estratégias estão voltadas para os interesses comuns e integração dentro da organização, dependendo, portanto, da aceitação cultural e concordância de seus membros.	Norman (1960)
Ambiental	Estratégia como um processo reativo	As organizações assumem uma postura passiva perante ao ambiente externo e suas estratégias são definidas em função das mudanças e imposições do ambientais.	Freeman (1977)
Configuração	Estratégia como um processo de transformação	Considera as organizações como um agrupamento de órgão, características e comportamentos. Sugere que a mudança estratégica ocorre no momento em que a organização transforma a sua configuração atual, podendo assim, mudar de uma posição para outra.	Mintzberg e Miller (1970) Miles e Snow (1978)

Fonte: Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010).

Os autores ainda categorizaram as dez escolas do pensamento estratégico em três grupos diversos. As três primeiras são consideradas de natureza prescritiva, uma vez que estão preocupadas em como as estratégias devem ser formuladas, e não, em como elas são formuladas. Ao contrário das primeiras, as próximas seis escolas são consideradas de caráter descritivo, pois valorizam os aspectos específicos do processo de formulação de estratégias e se preocupam mais com a descrição de como as estratégias são, deveras, elaboradas. E, finalmente, o último grupo, formado pela escola de configuração, que buscou integrar e combinar os aspectos das escolas anteriores, preocupando-se com a formulação e conteúdo da estratégia, assim como, com as estruturas e contextos organizacionais (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2010).

Sem embargo dos demais conceitos existentes para a estratégia, os anunciados pela Escola do Posicionamento receberão maior destaque neste trabalho de pesquisa, uma vez que, dentre as várias visões acerca das Indicações Geográficas - cerne desta dissertação - algumas a veem como ferramentas estratégicas capazes de promover a diferenciação e competitividade dos produtos (NIEDERLE, 2014), indo, portanto, ao encontro de uma das estratégias genéricas apontadas por essa escola - estratégia de diferenciação. Essas estratégias podem ser utilizadas pelas organizações como um meio para superar os concorrentes de determinado setor (PORTER, 2004). A Figura 1 ilustra o modelo de Porter e as três estratégias genéricas.

Figura 1 – Três estratégias genéricas de Porter.



Fonte: Porter (2004)



Porter (2004) nos ensina que as três estratégias genéricas - liderança no custo total, diferenciação e enfoque - podem ser utilizadas de forma isolada ou combinada por qualquer organização, independentemente do setor, para criar vantagens competitivas e superar os concorrentes. A organização que utiliza a primeira estratégia genérica, tem o objetivo de liderar a partir da minimização dos custos totais. Para tanto, é necessário possuir uma estrutura que viabilize a produção em escala, consiga aproveitar o *know-how* organizacional, além de controlar os custos operacionais, reduzir despesas em áreas, como *marketing* e P&D e manter a qualidade de produtos ou serviços. Esse tipo de estratégia proporciona inúmeras vantagens à organização:

[...]A posição de custos dá à empresa uma defesa contra a rivalidade dos concorrentes, porque seus custos mais baixos significam que ela ainda pode obter retornos depois que seus concorrentes tenham consumido seus lucros na competição. Uma posição de baixo custo defende a empresa contra compradores poderosos porque estes só podem exercer seu poder para baixar os preços ao nível do concorrente mais eficiente. Baixo custo proporciona uma defesa contra fornecedores poderosos trazendo maior flexibilidade para enfrentar os aumentos de custos dos insumos. Os fatores que levam a uma posição de baixo custo em geral também proporcionam barreiras de entrada substanciais em termos de economias de escala e vantagens de custos. Finalmente, uma posição de baixo custo, em geral, coloca a empresa em uma posição favorável em relação aos produtos substitutos de seus concorrentes na indústria [...] (PORTER, 2004, p. 37).

A estratégia de liderança no custo total, baseia-se em um conjunto de políticas funcionais orientadas para aumentar a participação das organizações no mercado a partir de uma produção a baixos custos e comercialização de produtos mais baratos que os concorrentes. Para atingir a liderança de custo em um setor é necessário: uma estrutura organizacional eficiente que viabilize o alcance das metas organizacionais; atenção especial aos sistemas de controle de custos; definição de meios para simplificar a fabricação dos produtos; e investimentos em equipamentos atualizados (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

Do mesmo modo que a estratégia de liderança em custo proporciona vantagens para uma organização, a estratégia de diferenciação - segunda estratégia genérica - também favorece sua competitividade, protege-a das ameaças existentes no ambiente externo e infere que os produtos ofertados por ela são dotados de especificidades, configurando-os como únicos no âmbito de atuação. Essa diferenciação pode ocorrer a partir da projeção da marca da empresa; da adoção de tecnologias em seus processos organizacionais; da prestação de serviços personalizados; assim como da valorização da singularidade e qualidade de determinados produtos. Porém, não necessariamente, as organizações precisam escolher um desses métodos

de diferenciação, podendo optar pela combinação dos que mais se aproximam das suas metas e objetivos a curto, médio e longo prazo (PORTER, 2004; CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

A estratégia de diferenciação auxilia a organização no processo de fidelização e encantamento de clientes, sobretudo, daqueles que buscam consumir produtos singulares e com certo padrão de qualidade. Além disso, possibilita à organização estipular um preço mais elevado para seus produtos, em decorrência de sua peculiaridade e qualidade (PORTER, 1989). A diferenciação, ainda, diminui o poder de barganha dos compradores, sob a justificativa de produto singular, uma vez que não conseguirão encontrar outro com a mesma personalidade. A diferenciação cria uma lealdade do cliente para com o produto ou a empresa. Entretanto, é fundamental que as organizações também se preocupem com os custos, pois essa lealdade poderá ser abalada, caso os concorrentes ofereçam produtos a preços, excessivamente, mais baixos (PORTER, 2004).

A propósito, é interessante que as organizações ao optarem pela estratégia de diferenciação compreendam que:

Atingir a diferenciação pode, às vezes, tornar impossível a obtenção de uma alta parcela de mercado. Em geral requer um sentimento de exclusividade que é incompatível com a alta parcela de mercado. Mais comumente, entretanto, atingir a diferenciação implicará um “trade-off” com a posição de custos se as atividades necessárias para criá-la são inerentemente dispendiosas, como pesquisa extensiva, projeto do produto, materiais de alta qualidade, ou apoio intenso ao consumidor. Mesmo que os consumidores no âmbito da indústria reconheçam a superioridade da empresa, nem todos os clientes estarão dispostos ou terão condições de pagar os altos preços requeridos [...]. [Contudo, em alguns] negócios, a diferenciação pode não ser incompatível com custos relativamente baixos e com preços comparáveis aos da concorrência (PORTER, 2004, p. 40).

Por fim, a estratégia do enfoque, indicada para organizações que não pretendem se dedicar a vários segmentos de mercado e, por isso escolhem se concentrar em uma atividade, ou no atendimento de um determinado público-alvo, direcionando seus recursos para responder às demandas do ambiente de maneira eficiente e eficaz. Nesse caso, a segmentação pode ser feita baseada em diversos critérios, como o público-alvo a ser atendido; a diversidade de produtos; os canais de distribuição; e áreas geográficas. Essa estratégia pode ser utilizada em conjunto com uma das demais estratégias genéricas, ou seja, enfoque no custo ou enfoque na diferenciação. No entanto, diversamente das estratégias de baixo custo e de diferenciação que levam as organizações a competirem no setor como um todo, um dos princípios fundamentais da estratégia do enfoque é a clara definição do segmento alvo a ser atendido, a partir daí todos os recursos e políticas organizacionais deverão estar voltados para este propósito. Logo, a

estratégia de enfoque sempre implica algumas limitações na parcela total de mercado que poderá ser atingida (PORTER, 1989).

É notório que as estratégias genéricas impulsionam a competitividade das empresas. Todavia, é necessário que as organizações disponham de alguns recursos e habilidades para que as estratégias, efetivamente, promovam o alcance dos objetivos organizacionais. Portanto, diante dos vários tipos de estratégias disponíveis, cabe à organização adotar a que mais condiz com a atual conjuntura organizacional. A combinação de estratégias deverá ser feita de forma que aproveite todas as oportunidades possíveis (OLIVEIRA, 2015).

O Quadro 2 apresenta alguns requisitos básicos para a implantação das estratégias genéricas.

Quadro 2 - Requisitos das estratégias genéricas:

<b>Estratégia Genérica</b>	<b>Recursos e Habilidades em geral requeridos</b>	<b>Requisitos organizacionais comuns</b>
Liderança no custo total	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimento de capital sustentado e acesso ao capital;</li> <li>• Boa capacidade de engenharia de processo</li> <li>• Supervisão intensa da mão-de-obra</li> <li>• Produtos projetados para facilitar a fabricação</li> <li>• Sistema de distribuição com baixo custo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle de custo rígido;</li> <li>• Relatórios de controle frequentes e detalhados;</li> <li>• Organização e responsabilidades estruturadas;</li> <li>• Incentivos baseados em metas estritamente quantitativas.</li> </ul>
Diferenciação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande habilidade de <i>marketing</i></li> <li>• Engenharia do produto</li> <li>• Tino criativo</li> <li>• Grande capacidade em pesquisa básica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forte coordenação entre funções em P&amp;D, desenvolvimento do produto e <i>marketing</i>;</li> <li>• Avaliações e incentivos subjetivos em vez de medidas quantitativas.</li> </ul>
Enfoque	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reputação da empresa como líder em qualidade ou tecnologia;</li> <li>• Longa tradição na indústria ou combinação ímpar de habilidade trazidas de outros negócios.</li> <li>• Forte cooperação dos canais;</li> <li>• Combinação das políticas acima dirigidas para a meta estratégica em particular.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente ameno para atrair mão-de-obra altamente qualificada, cientistas ou pessoas criativas.</li> <li>• Combinação das políticas acima dirigidas para a meta estratégica em particular.</li> </ul>

Fonte: Porter (2004)

Além das estratégias genéricas e demais abordagens apresentadas acima, Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010) versam acerca de dois tipos de estratégias: as deliberadas - referem-se aos planos integralmente realizados pela organização - e as emergentes - situações nas quais

o padrão realizado não era, exatamente, o pretendido pela organização, porém as circunstâncias acabaram levando-a por esse caminho. Na verdade, a estratégia emergente pode ser vista como uma parcela da estratégia deliberada, visto que elas vão surgindo de acordo com as necessidades da organização, seja para atingir novos objetivos ou mesmo adaptar-se às mudanças do mercado. Em vista disso, é necessário que os estrategistas utilizem os dois tipos de estratégias, tanto para perceber e aproveitar as oportunidades externas, quanto elevar sua capacidade de responder aos eventos inesperados.

Somadas às estratégias deliberadas e emergentes, apresentadas anteriormente, Oliveira (2015) nos ensina que as organizações podem optar por outros tipos de estratégias, como a estratégia de sobrevivência, de manutenção, de crescimento e de desenvolvimento. A estratégia de sobrevivência é recomendada, somente, se a organização não possuir outra alternativa. Numa postura desse tipo, as decisões tomadas são voltadas para a interrupção de investimentos e redução de despesas, podendo torna-se interessante se essa atitude for adotada como condição mínima para alcançar objetivos melhores no futuro. Já a estratégia de manutenção, pode ser uma opção para organizações que constatarem a presença de ameaças no seu ambiente e escolheram tomar uma atitude defensiva e, para tanto, precisam usufruir, ao máximo, seus pontos fortes para manterem a posição conquistada até o momento.

Ainda em referência aos tipos de estratégias apontados por Oliveira (2015), as organizações podem empregar a estratégia de crescimento, ideal para situações em que se identifica novas oportunidades de negócios. Nesse cenário, a organização pode aproveitar para lançar novos produtos e serviços; incorporar novas tecnologias; ampliar suas atividades para outros países; associar-se a outras empresas e entrar em novos mercados. Ao passo que, a estratégia de desenvolvimento poderá ser aplicada quando a organização dispõe de pontos fortes e oportunidades no ambiente externo. Esse tipo de estratégia levará a organização a desenvolver o seu negócio e ofertar produtos a novos mercados; melhorar ou diversificar os produtos; e associar-se a outras organizações, visando a maximização de pontos fortes e a minimização de pontos fracos para que as oportunidades sejam melhores aproveitadas.

## 2.2 ANÁLISE DOS AMBIENTES ORGANIZACIONAIS

A gestão estratégica exige das organizações a capacidade contínua de compreender os eventos internos e externos que possam interferir no seu desempenho, envolvendo desde o planejamento, avaliações de diagnósticos, fixação de metas e objetivos, delegação de autoridade e responsabilidade, escolha e processo de implementação das estratégias (COSTA,

2012). Para Harrison (2005, p. 28) a administração estratégica fundamenta-se “[...] na análise dos ambientes interno e externo da companhia para descobrir os pontos fortes, os pontos fracos, oportunidades e ameaças da organização, que são base para o desenvolvimento de missão, objetivos e estratégias”.

De fato, existem vários tipos de estratégias, mas cabe à organização identificar a que mais se enquadra na sua atual situação e apresenta maiores chances de promover o alcance de seus objetivos. Sendo assim, Oliveira (2015) orienta que antes de definir suas estratégias as organizações utilizem ferramentas gerenciais, como o planejamento estratégico para estudar os ambientes interno - composto pelas variáveis controláveis - e externo - onde estão as variáveis não controláveis pela empresa. Esse estudo é oportuno, pois permitirá à organização conhecer seus pontos fortes - aspectos nos quais se destaca perante seus concorrentes, sendo considerados, portanto, suas vantagens competitivas - e fracos - isto é, suas deficiências internas. Além disso, é possível identificar e aproveitar as oportunidades - situações que favorecem o desempenho da organização - e ameaças - algo que poderá comprometer seu desempenho. Costa (2012, p. 41) destaca que “as estratégias devem ser planejadas a partir de situações que atendam plenamente, tanto ao propósito, como ao ambiente e à capacidade da organização”.

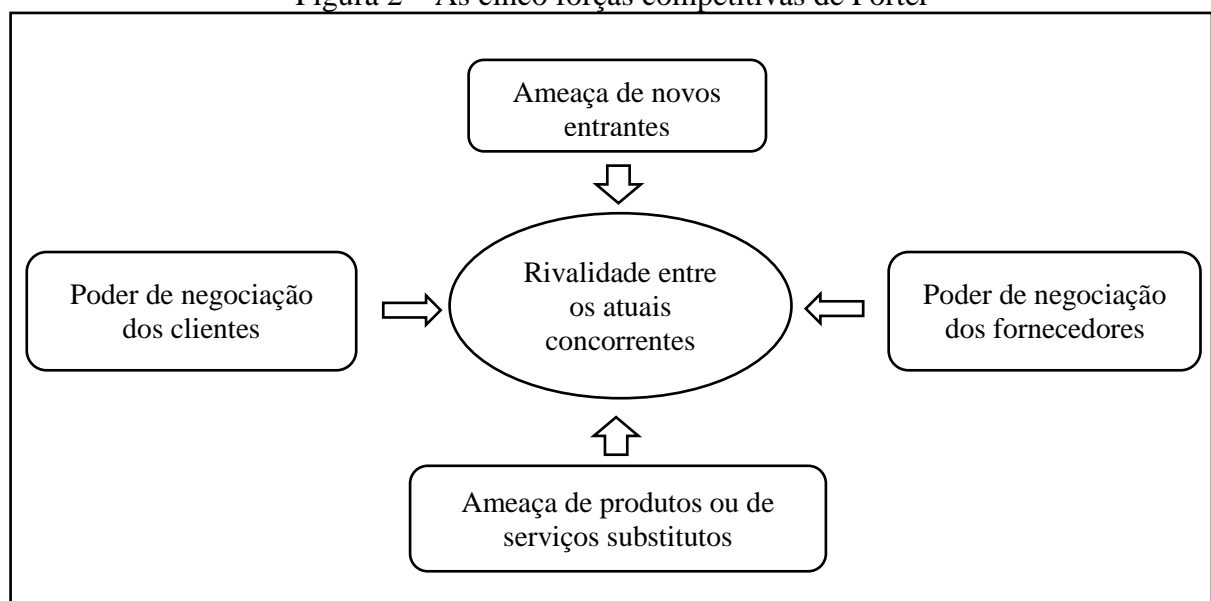
Ainda acerca da importância de ferramentas gerenciais que auxiliam na compreensão dos ambientes organizacionais, Costa (2012) argumenta que as organizações podem valer-se do diagnóstico empresarial, um processo que busca avaliar a existência de estratégia, sua contribuição para o alcance das metas e objetivos organizacionais, assim como perceber se estão gerando os efeitos pretendidos pela organização no momento de sua implementação. O diagnóstico empresarial deve analisar a competitividade da organização; o portfólio de serviços ou produtos; a flexibilidade em relação às mudanças e a capacitação para implementar as transformações necessárias; o grau de vulnerabilidade em relação às ameaças; a disponibilidade de recursos estratégicos; os processos de desenvolvimento, pesquisa e inovação; a sua estrutura de poder e liderança; o acompanhamento e resolução dos assuntos e problemas estratégicos da organização; e a capacidade para projetar e construir o futuro da organização.

Oliveira (2015) apresenta o diagnóstico estratégico como uma fase inicial do planejamento estratégico, que procura identificar o estado atual da organização em relação aos seus fatores internos e externos e, normalmente é desenvolvido nas seguintes etapas: identificação da visão do negócio, ou seja, as expectativas da organização no longo prazo; definição dos valores, isto é, o conjunto de princípios, crenças e questões éticas que nortearão o comportamento da organização; a análise externa, que busca verificar as oportunidades e

ameaças que estão no ambiente externo da organização - nessa fase, é importante que o gestor examine aspectos, como o mercado internacional, nacional e regional; mercados financeiros; fatores culturais; tecnologia e concorrentes - posteriormente, com a finalidade de identificar os pontos fortes, fracos e neutros, é realizada a análise interna. Essa análise é pertinente, pois ajuda o gestor a definir as estratégias capazes de potencializar os pontos fortes, maximizando a atuação da organização, assim como eliminar ou disfarçar as fraquezas. Além do que, o diagnóstico estratégico orienta a organização na determinação das prioridades de ação.

A preocupação em compreender os ambientes organizacionais também é encontrada nos ensinamentos de Porter. Segundo o autor, o objetivo da estratégia competitiva é estabelecer uma relação entre a organização e seu meio ambiente, para tanto, é necessário conhecê-lo, visto que os eventos externos influenciam sobremaneira sua forma de posicionamento perante a indústria, cabendo-lhe encontrar meios para aproveitar as oportunidades e se defender das possíveis ameaças presentes em um ambiente marcado pela alta competição entre as empresas que operam em um determinado setor (PORTER, 2004).

Figura 2 – As cinco forças competitivas de Porter



Fonte: Porter (2009)

Para compreender o ambiente competitivo no qual está inserida, a organização pode fazer uso de ferramentas e processos específicos de análises. Segundo Porter (2009), independentemente do tipo da indústria, as estratégias giram em torno de cinco forças competitivas - poder de negociação dos fornecedores; ameaça de produtos ou serviço substitutos; ameaça de novos entrantes; poder de negociação dos clientes; e rivalidade entre os

atuais concorrentes - que influenciarão em maior ou menor grau o nível de competição e lucratividade das empresas, dependendo do setor de atuação – ver Figura 2.

A primeira força competitiva - ameaça de novos entrantes - diz respeito às novas empresas, normalmente inovadoras e dispostas a oferecer mais valor aos consumidores, que podem entrar em um dado ambiente competitivo e conquistar uma fatia significativa do mercado, ameaçando as políticas de preços praticadas pelas tradicionais, podendo assim limitar o potencial de lucro do setor (PORTER, 1989). Todavia,

A ameaça de invasão de um setor depende da altura das barreiras de entrada existentes e da expectativa dos forasteiros quanto à reação das empresas tradicionais. Se as barreiras de entrada forem baixas e os invasores esperarem pouca retaliação dos concorrentes entrincheirados, a ameaça de invasão será alta e a lucratividade do setor será moderada. É a ameaça de entrada, não a entrada em si, que mantém baixa a lucratividade (PORTER, 2009, p. 9).

O poder de negociação dos fornecedores corresponde à segunda força competitiva. Nesse caso, os produtos ou matérias-primas de determinada indústria estão concentrados nas mãos de um grupo de fornecedores que cobram preços mais elevados, aumentando dessa forma, os custos da organização, que terá sua lucratividade comprometida, caso não consiga repassar esse aumento para o consumidor. Os fatores que mais contribuem para esse monopólio são: fornecedores mais concentrados que a indústria compradora; não dependem, exclusivamente, dessa indústria; os custos para trocar de fornecedor são altos; os fornecedores vendem produtos diferenciados; não existem substitutos para os produtos do fornecedor; ameaça de entrarem no mercado (PORTER, 2004).

Ainda em relação às forças competitivas, a terceira refere-se ao poder de negociação dos clientes, que pressionam a organização por produtos de qualidade a preços mais baixos. Os clientes terão poder de barganha se forem representados por um pequeno grupo de pessoas, ou ainda, se cada um realizar compras em grande quantidade; além disso, se os produtos ofertados forem padronizados, o cliente saberá que existem outras empresas fornecendo o mesmo produto, e poderá encontrá-lo a um preço inferior (PORTER, 1989; 2009).

Outra força que exerce influência sobre a competição na indústria é a ameaça de produtos ou serviços substitutos. Capazes de atender de forma satisfatória as necessidades supridas por produtos tradicionais, os substitutos podem delimitar tanto a lucratividade, quanto o potencial de crescimento do setor, desse modo, cabe à indústria utilizar ferramentas estratégicas para se desviar desses produtos e manter seus níveis de competitividade. Ademais, produtos substitutos que oferecem o mesmo desempenho dos tradicionais e possui um preço de venda atrativo, intensifica, ainda mais, essa ameaça (PORTER, 2004).

Quanto à quinta força competitiva - a rivalidade entre os atuais concorrentes - Porter nos ensina que:

A rivalidade entre os atuais concorrentes se manifesta sob muitas formas conhecidas, como descontos de preços, lançamentos de novos produtos, campanhas publicitárias e melhorias nos serviços. A alta rivalidade limita a lucratividade do setor. A extensão em que a rivalidade pressiona para baixo o potencial de lucro do setor depende, primeiro, da intensidade com que as empresas competem entre si e, segundo, da base em que se desenvolve a competição (PORTER, 2009, p. 18).

A rivalidade entre concorrentes prejudica a lucratividade do setor, principalmente, se estiver focada na redução de preços, visto que o principal beneficiado com essa estratégia competitiva é o consumidor final. A competição será focada, essencialmente, na redução de preços, quando os concorrentes ofertarem produtos ou serviços similares, sendo mais intensa, quando o setor é caracterizado por um grande número de concorrentes e baixa capacidade de crescimento. Entretanto, a rivalidade focada em outras dimensões, como atributos dos produtos - qualidade, especificidade - ou serviços de apoio, comprometem menos a lucratividade do setor, uma vez que objetivam destacar as particularidades dos produtos e serviços e entregar mais valor aos consumidores (PORTER, 2009).

Para responder de maneira eficiente às cinco forças competitivas e alcançar melhores resultados, as organizações precisam traçar estratégias competitivas capazes de maximizar seus pontos fortes e favorecer o aproveitamento das oportunidades - postura ofensiva - assim como, minimizar seus pontos fracos e protegê-la das ameaças - postura defensiva. As estratégias genéricas apresentadas pela escola do posicionamento, liderança no custo total, diferenciação e enfoque, podem ser utilizadas nesse processo, posto que, uma organização que adota a estratégia competitiva de liderança no custo total, consegue minimizar o poder de barganha de compradores, pois no quesito preços, já lidera o mercado como a mais eficiente. Ao passo que, a organização que aplica a estratégia de diferenciação, acaba se protegendo da concorrência, tanto em relação aos novos entrantes, quanto aos produtos ou serviços substitutos (PORTER, 2004).

### 2.3 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO SETOR VINÍCOLA BRASILEIRO

A adoção de estratégias capazes de melhorar o posicionamento das organizações e auxiliá-las no processo de confronto às forças competitivas é necessário em qualquer setor, inclusive no setor vinícola brasileiro, que segundo Taffarel (2013), após superar uma série de incertezas, apreensões e desafios em virtude da abertura da economia brasileira ao mercado



internacional na década de 1990, vem se expandindo, tanto em regiões já conhecidas pela produção de vinhos, quanto em polos emergentes, decorrentes em função do crescimento do mercado. Para o Instituto Brasileiro do Vinho, a abertura da economia brasileira e o consequente acesso a estilos de vinhos diversos e a concorrência com os produtos importados trouxeram contribuições positivas ao setor, sobretudo na melhoria qualitativa das vinícolas, que passaram a intensificar o padrão de qualidade dos produtos brasileiros (IBRAVIN, 2016).

De fato, o Brasil vem produzindo vinho desde o começo de sua colonização, sendo os portugueses - especialmente Martim Afonso de Souza - os precursores do cultivo de videiras no país, ainda em 1532 na Capitania de São Vicente (PROTAS; CAMARGO; MELO, 2014). A partir de então, houveram outras tentativas, mas foi em 1626 com a chegada dos jesuítas à região das Missões que a vitivinicultura brasileira, sobretudo a da região sul do país, começou a despontar. Nessa época, se destaca a figura do Padre Roque Gonzáles de Santa Cruz, responsável por iniciar a vinicultura no Rio Grande do Sul e que contava com o auxílio de índios para elaborar os vinhos - elementos das celebrações religiosas. No entanto, é em 1875 com a chegada dos imigrantes italianos, que trouxeram o conhecimento técnico de elaboração de vinhos e a cultura do seu consumo, que a produção nacional tem a qualidade elevada e ganha expressividade e importância econômica. Diante do avanço do setor e da necessidade de organizá-lo para enfrentar a concorrência é criado o Sindicato do Vinho, em 1928. No ano seguinte, em 1929, na busca por estratégias de cooperação e colaboração que pudessem melhorar a sua competitividade, os pequenos produtores começam a se organizar em associações (IBRAVIN, 2016).

Somente em 1960, quatro séculos após a introdução das primeiras videiras no Brasil, é que a viticultura tropical é desenvolvida, a partir da implantação de vinhedos na região do Vale do Rio São Francisco, no Semiárido Brasileiro, voltados para a produção e comercialização de uvas de mesa; atualmente a principal região vitícola tropical do país (PROTAS; CAMARGO; MELO, 2014).

O progresso do setor vinícola brasileiro é notório, pois segundo dados do Instituto Brasileiro do Vinho, o país é, atualmente, o quinto maior produtor vitivinícola do hemisfério sul e mencionado como um mercado em plena expansão, em razão, especialmente, da sua diversidade climática que, associada a investimentos em inovação contribuíram para uma produção original. No presente, a área de produção vitivinícola do Brasil engloba 83,7 mil hectares, contemplando, substancialmente seis regiões, e aproximadamente 1,1 mil vinícolas, grande parte instalada em pequenas propriedades - em média, 02 (dois) hectares por família (IBRAVIN, 2016).

Dessa forma, diante da urgência de ressaltar a originalidade e qualidade das uvas e vinhos brasileiros, bem como de protegê-los contra falsificações, o Brasil, assim como Chile, Argentina, Itália, França e Portugal, vem fazendo uso dos mecanismos da propriedade industrial, especificamente da Indicação Geográfica, como uma importante ferramenta de valorização dos produtos nacionais, uma vez que certifica a originalidade dos produtos, protege a tradição local e promove o desenvolvimento econômico regional (BRANDÃO, 2014).

### *2.3.1 Contextualização e aspectos legais da Indicação Geográfica*

A estratégia de identificar e resguardar os produtos originários de determinada região contra a falsificação começou a ser praticada desde a antiguidade - a exemplo da produção de vinhos da era Romana e dos mármores de Carrara, na Grécia antiga, século 4 a.C. - com a finalidade, não somente de proteger produtos, mas também como um mecanismo de punir aqueles que burlassem as normas. Portanto, o entendimento acerca de Indicação Geográfica foi construído paulatinamente, quando produtores e consumidores começaram a perceber que alguns produtos que provinham de determinadas regiões apresentavam qualidades e características específicas, e que isso poderia ser utilizado como diferencial competitivo (VIEIRA *et al.*, 2014; MAIORKI; DALLABRIDA, 2015).

Apesar da prática de identificar a origem de produtos a partir de signos distintivos ter sido utilizada desde tempos remotos, a Indicação Geográfica passou a ser considerada como propriedade industrial, a nível internacional, a partir de vários debates e elaboração de determinados documentos, como a Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial [CUP] em 1883, que abordou no seu artigo 1º inciso II, Indicações de Procedência ou Denominações de Origem, o Acordo de Lisboa para a proteção das Denominações de Origem e seu registro internacional, de 1958, e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio [TRIPS] ou [ADPIC], 1994, que versou sobre questões relacionadas ao comércio de bens que pudessem ser protegidos por mecanismos de Propriedade Intelectual (WTO, 2015; FERREIRA; FERNANDES; REGALADO, 2013).

Ao longo da história, o Brasil tem participado de várias discussões internacionais acerca da Propriedade Intelectual, a exemplos da CUP, do Acordo de Madri e do Acordo TRIPS, dos quais é signatário. Contudo, em termos de legislação brasileira, foi no ano de 1971, com a Lei nº 5.772 que foi instituído o Código da Propriedade Industrial, a partir do qual passou-se a reconhecer e proteger os produtos nacionais contra a falsificação. Vinte e cinco anos após, essa

lei foi revogada pela Lei de Propriedade Industrial [LPI], nº 9.279/96, que atualmente regulamenta as obrigações e os direitos relacionados à Propriedade Industrial no País, ou seja, Patentes, Desenho Industrial, Marcas, Indicação Geográfica e Repressão à Concorrência Desleal (FERREIRA; FERNANDES; REGALADO, 2013).

O novo olhar sobre as Indicações Geográficas, ultrapassa aquele que as via como um mecanismo para combater as falsas indicações de procedências. Atualmente, elas são caracterizadas como meio que, além de reconhecer e proteger o saber-fazer, conferem diferenciação qualitativa aos produtos, normatizam os procedimentos de produção e comercialização e, conseqüentemente, conferem identidade e distinção aos mesmos. Versam a respeito de um direito de propriedade intelectual, que identifica um bem a partir do seu vínculo específico com um território. Mais do que reconhecer uma qualidade associada à origem geográfica, uma Indicação Geográfica envolve um vasto processo de mudança organizacional (NIEDERLE, 2014).

Caracterizada como um ativo intangível da propriedade industrial, a Indicação Geográfica pode ser utilizada para identificar a origem geográfica de produtos ou serviços quando o local tenha se tornado conhecido ou quando determinada característica ou qualidade se deve à sua origem, lhes conferindo reputação, valor intrínseco e identidade própria. Além disso, a Indicação Geográfica contribui com a economia local e com o dinamismo regional, protege a região produtora e agrega valor aos produtos tradicionais, conferindo-lhes notoriedade e especificidade, em virtude das características do solo, dos fatores climáticos, da forma de produção e colheita, ou de outras características que lhes atribua um diferencial (FERREIRA; FERNANDES; REGALADO, 2013; INPI, 2015; MAIORKI; DALLABRIDA, 2015).

Ainda segundo Maiorki e Dallabrida (2015), as Indicações Geográficas fazem alusão a uma peculiaridade conferida a um produto originário de determinado território, cujas características são inerentes àquele lugar, configurando-se como uma ferramenta estratégica para agregar valor, gerar maior retorno financeiro aos atores envolvidos na cadeia produtiva e provocar possíveis impactos no desenvolvimento territorial. Assim sendo, as Indicações Geográficas contrapõem-se aos processos de homogeneização da produção e do consumo, uma vez que valorizam a diversidade e a especificidade dos produtos típicos de certos territórios, ressaltando o saber-fazer, a tradição, os costumes e as técnicas de produção (NIEDERLE, 2014).

Além de proteger a identidade territorial, a Indicação Geográfica pode ser considerada um importante instrumento de desenvolvimento territorial (PIMENTEL, 2013), e no caso da legislação brasileira, ela pode ser registrada como Indicação de Procedência [IP] - quando o

nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço; ou Denominação de Origem [DO], se o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território designam produtos ou serviços cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (BRASIL, 1996).

Independentemente das diferenciações apontadas pela legislação em relação às modalidades de Indicação Geográfica, o fato é que ela reveste o produto ou serviço de uma identidade própria, contribui com o desenvolvimento regional, além de se configurar como um instrumento coletivo de promoção comercial de produtos ou serviços e de auxiliar na proteção da biodiversidade, dos recursos naturais e do conhecimento tradicional. Uma vez reconhecida, a Indicação Geográfica facilita a identificação visual do produto, promove maiores investimentos na sua melhoria qualitativa, dada a necessidade de manter o padrão de qualidade certificado, protege produtores e consumidores contra falsificações e eleva o valor agregado do produto, diferenciando-o dos demais disponíveis no mercado e, por conseguinte, tornando-o mais atrativo e confiável (FARIA; OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

A concessão do registro de Indicação Geográfica no Brasil, é requerida junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial [INPI] - órgão, também responsável por estabelecer as condições necessárias para solicitar o registro (BRASIL, 1996), tratadas especificamente na Resolução INPI 075/2000, que versa, inclusive, a respeito de quem estar apto a solicitá-la. Segundo a mesma Resolução, podem requerer o registro de Indicação Geográfica, as associações, os institutos e as pessoas jurídicas representativas da coletividade legitimada ao uso exclusivo do nome geográfico e estabelecidas no respectivo território (INPI, 2000). Entretanto, no art.5, é admitida a hipótese de um único produtor ou prestador de serviço, pessoa física ou jurídica, solicitar o registro da Indicação Geográfica em seu nome, se preenchido todos os requisitos, ele estará legitimado a usar o nome geográfico (INPI, 2000).

De fato, cabe ao INPI determinar as condições de registro da Indicação Geográfica, assim como os critérios, especificidades e elementos qualitativos necessários no caso de uma Denominação de Origem. Contudo, compete aos requerentes desempenhar algumas funções estratégicas no decorrer desse processo, como: promover a articulação entre os produtores; realizar o levantamento histórico-cultural da região; elaborar um regulamento técnico de produção para manter a qualidade do produto; criar um Conselho Regulador da Indicação Geográfica, além de definir o instituto detentor da tutela, que também será o responsável por encaminhar a solicitação ao INPI (FARIA; OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

A necessidade de estimular a articulação entre os produtores no processo de obtenção da Indicação Geográfica é explicitada em Pimentel (2013, p. 139), ao conceituá-la como uma “propriedade intelectual do tipo industrial, coletiva, que assegura a exclusividade pelos produtores de um determinado local”. Além disso, aponta a melhoria qualitativa dos produtos - resultante de controles de produção, assim como da elaboração, embalagem, distribuição e *marketing* - como um dos efeitos oriundos da organização dos trabalhadores e destaca também, a organização dos produtores como condição indispensável para a existência e reconhecimento da mesma. Ideia reforçada também por Maiorki e Dallabrida (2015), que destacam a necessidade de articulação e motivação de pessoas para constituir associações ou cooperativas como parte fundamental no processo de obtenção da Indicação Geográfica.

### *2.3.2 Indicação Geográfica: uma estratégia de modelo de negócios*

Segundo Martini<sup>3</sup> (2016) o conceito de Indicação Geográfica ainda é jovem no Brasil, porém, há muito tempo já vem sendo adotando pelo setor vinícola mundial como um modelo de produção fundamentado no reconhecimento de *terroirs* característicos, na institucionalização da raridade e em processos de vitivinicultura tradicionais, que almejavam conferir e ratificar a originalidade dos produtos (NIEDERLE, 2012).

Para Maiorki e Dallabrida (2015), os pedidos de Indicação Geográfica no Brasil, vêm aumentando nos últimos cinco anos, apesar das discussões acerca do assunto serem recentes no país, sobretudo, se comparado a países da Europa e da Ásia. Fato, já apontado por Mello *et al.* (2014), quando afirmaram que no Brasil houve avanços significativos no desenvolvimento de Indicações Geográficas para vinhos finos nos últimos anos e que elas estão se estabelecendo como um elemento novo no setor vitivinícola do país, reorganizando a produção e valorizando produtos e territórios junto ao mercado nacional e internacional.

Atualmente, o Brasil detém 17 Denominações de Origem - sendo 09 nacionais e 8 estrangeiras - das nacionais, apenas uma, Vale dos Vinhedos, está relacionada à produção de vinhos - e 37 Indicações de Procedência - todas nacionais - envolvendo uma ampla variedade de produtos, inclusive artesanatos e serviços - dessas, 06 são referentes à elaboração de vinhos: Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira, Vales da Uva Goethe, Altos Montes, Monte Belo, Farroupilha (INPI, 2016).

---

<sup>3</sup> Naiára Martini, Turismóloga da Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos [APROVALE].

É pertinente ressaltar que, inversamente ao sistema europeu que concentra as suas certificações apenas no setor agroalimentar (vinhos, queijos, cervejas e azeites), a legislação brasileira, assim como a da Índia e China, abarca uma variedade mais ampla de bens, envolvendo, inclusive, artesanatos e serviços como passíveis de proteção por Indicação Geográfica, conferindo identidade própria e valor agregado, não somente a produtos agrícolas, gêneros alimentícios e bebidas, mas também aos serviços e à produção artesanal (NIEDERLE, 2012; FERREIRA; FERNANDES; REGALADO, 2013).

Para Tonietto *et al.* (2013), o incremento das Indicações Geográficas de vinhos finos no Brasil simboliza uma nova fase de organização da produção vitivinícola em regiões delimitadas, repercutindo na qualidade e identidade dos produtos, assim como no prestígio dos vinhos junto aos consumidores. Ainda para Mello *et al.* (2014), as Indicações Geográficas de vinhos agregam valor à cadeia produtiva vitivinícola como um todo, visto que estimulam a organização setorial; definem prioridades e estratégias; qualificam os produtos; melhoram a imagem da produção nacional, na visão do consumidor; e possibilitam que as empresas concorram em mercados mais competitivos que demandam certificações. Ademais, D’Alexandria (2015) defende que as Indicações Geográficas, além de agregar valor aos produtos, podem se configurar como uma ferramenta estratégica de desenvolvimento turístico de um determinado território, a exemplo da região do Vale dos Vinhedos, conhecida por sua produção de Vinhos, e Vale do Submédio São Francisco, produtora de Uvas de mesa e Mangas.

Para Faria, Oliveira e Santos (2012), o moderno conceito de inovação para o agronegócio brasileiro teve início em 2002, com a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos - região que abrange os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul - RS. A Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos [APROVALE] detentora da tutela da Indicação Geográfica - foi criada em 1995, a partir da união de seis vinícolas, e no primeiro momento, a intenção era obter uma Denominação de Origem para designar sua produção de vinhos tintos, brancos e espumantes, entretanto isso foi possível somente em 2012, quando o INPI concedeu, também, para a associação o signo distintivo de Denominação de Origem. Atualmente, a associação conta com 24 vinícolas de diferentes portes, 19 estabelecimentos voltados para a gastronomia, 8 hotéis/pousadas e outros empreendimentos destinados à comercialização de serviços e produtos, focados especialmente no aproveitamento do potencial turístico da região (APROVALE, 2016; INPI, 2016).

O reconhecimento da Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos - Indicação de Procedência e Denominação de Origem - proporcionou avanços significativos no desenvolvimento econômico da região, haja vista o aumento do valor agregado dos produtos e

maior facilidade de penetração no mercado; demanda estável; facilidade na identificação dos produtos; manutenção da qualidade e preservação das características e tipicidade dos produtos regionais; estímulo a investimentos na própria zona de produção; satisfação do produtor em face da valorização do seu produto; possibilidade de desenvolvimento do enoturismo; e proteção aos produtores e consumidores contra falsificações (APROVALE, 2016), ou seja, são inúmeras as vantagens advindas desse processo, envolvendo desde a produção até a inserção do produto no mercado consumidor (CARLS; LOCATELLI; PIMENTEL, 2015).

Efetivamente, a Indicação Geográfica contribuiu com a valoração dos produtos certificados, pois segundo Martini (2016), os vinhos que possuem a Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos são os mais importantes de cada vinícola, visto que, naturalmente, apresentam maior valor agregado. Além do que, a Indicação Geográfica ampliou o conceito dos produtos do Vale dos Vinhedos e proporcionou o alcance de novos mercados, a exemplo do europeu - tradicional na valorização dos produtos locais através das Indicações Geográficas - sendo, após a denominação “Vale dos Vinhedos” inserida na lista das indicações geográficas de vinhos protegidas pela União Europeia, em conformidade com o regulamento CE 1493/99. A partir da publicação, os vinhos brasileiros com Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos passaram a usufruir de privilégios no mercado europeu, com proteção legal no que tange à propriedade intelectual.

Ademais, Martini (2016) destaca que a Indicação Geográfica viabilizou a permanência das pessoas na região produtora, uma vez que maximizou a visibilidade do Vale dos Vinhedos e de seus produtos; estimulou o turismo e conseqüentemente, favoreceu o surgimento de novas oportunidades de trabalho em restaurantes, hotéis e na prestação de serviços. Os agricultores, também, tiveram a possibilidade de se qualificar e adquirir um retorno financeiro maior, além de trabalhar com artesanatos e produção de artigos agroindustriais, gerando receita extra para a propriedade. Além do que, as vinícolas passaram a inserir seus produtos no mercado com maior facilidade.

Compartilhando dessa mesma ideia, Filho e Silva (2014) comentam que as Indicações Geográficas facilitam a inserção dos produtos nos mercados em decorrência, principalmente, da sua capacidade de agregar valor e imprimir-lhes identidade cultural e territorial. Além disso, representam uma ferramenta efetiva no processo de valorização das regiões, proteção e fortalecimento das organizações de produtores. Pellin e Vieira (2015) acentuam que as Indicações Geográficas no Brasil estão disseminadas em vários setores, mas é no setor vitivinícola que se verifica contribuições mais significativas para o desenvolvimento do

território, tendo em vista a sua tendência para impulsionar outras atividades, como o enoturismo.

Flores e Flores (2012) argumentam que o enoturismo é uma ferramenta eficaz na construção e fortalecimento da imagem do vinho brasileiro perante o consumidor, sobretudo, por possibilitar que os turistas conheçam o processo produtivo e a história da região, apreciem os produtos regionais e vivenciem momentos especiais. A exemplo do Vale dos Vinhedos, destino certo dos apreciadores de vinhos, que a partir da valorização dos costumes e tradições locais, associados a produtos de qualidade e a opções de passeios e lazer, tornou-se uma referência no enoturismo mundial, apresentando, assim como a região do Douro, um dos roteiros mais organizados do mundo.

Para Oliveira (2010), a concessão do selo de Denominação de Origem Protegida ao Vinho do Porto influenciou diretamente no desenvolvimento do turismo na região demarcada do Doro. Para Pellin e Vieira (2015), a criação da Rota do Vinho do Porto, em 1996, representou um instrumento de promoção do desenvolvimento rural, visto que possibilitou a criação de pequenas pousadas no interior, promoveu a culinária regional, a comercialização de produtos tradicionais e favoreceu o contato entre pequenos viticultores e grandes produtores de vinhos da região.

Situações semelhantes com a descrita acima também são encontradas em regiões brasileiras, como no Vale dos Vinhedos que “após o reconhecimento da indicação geográfica, [...] estruturou propostas de roteiros pelas vinícolas (roteiro enológico, gastronômico e cultural), aumentando [...] o fluxo de turistas na região e complementando a renda dos produtores, principalmente das pequenas vinícolas” (MAIORKI; DALLABRIDA, 2015 p. 281).

Ainda em relação aos impactos positivos, Carls, Locatelli e Pimentel (2015), referenciando Locatelli (2007), destacam que o potencial econômico das Indicações Geográficas reflete em vários aspectos, como no aumento da demanda; na valorização do produto; na geração de empregos; na inserção do produto no mercado internacional; no estímulo a outras atividades lucrativas; e na valorização imobiliária da área delimitada pela Indicação Geográfica. Além dessas contribuições de cunho essencialmente econômico, os autores ressaltam que as Indicações Geográficas possibilitam, igualmente, a preservação da identidade e cultura na região, promovem novas formas de gestão e viabilizam meios para que as famílias permaneçam no campo, mantendo suas histórias e tradições.

Os efeitos provenientes dessa inovação na vitivinicultura brasileira, especificamente, no Vale dos vinhedos, foram notórios, sobretudo, nas questões de ordem organizacional, socioeconômica e mercadológica, portanto as Indicações Geográficas podem se configurar



como instrumento estratégico de desenvolvimento territorial, principalmente se forem acompanhadas de políticas públicas que as vejam como parte integrante desse processo. Contudo, é pertinente ressaltar que as Indicações Geográficas de vinhos, ou demais produtos, poderão apresentar resultados mais expressivos no desenvolvimento territorial, dependendo da singularidade de cada um. Verdadeiramente, o êxito do Vale dos Vinhedos impulsionou outros locais a conquistarem o signo distintivo de Indicação Geográfica, tanto para vinhos finos e espumantes, na Serra Gaúcha e em outras regiões - Indicação de Procedência Pinto Bandeira, Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe, Indicação de Procedência Farroupilha - quanto para atividades agrícolas e agroindustriais - Indicação de Procedência Vale do Submédio São Francisco, Indicação de Procedência Mossoró - como estratégia de organização e proteção da produção, assim como mecanismo de desenvolvimento rural (MELLO *et al.*, 2014).

Na conquista da Indicação de Procedência Pinto Bandeira, a Embrapa Uva e Vinho desempenhou um papel fundamental, pois segundo Tonietto (2013), a Associação dos Produtores de Vinhos de Pinto Bandeira [ASPROVINHO] apresentou formalmente à instituição, em 2002, seu interesse em desenvolver uma produção de vinhos diferenciada, que priorizasse a origem dos produtos da região de Pinto Bandeira. A partir de então, foram elaborados levantamentos, diagnósticos e propostas de trabalhos, inclusive um projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para auxiliar no processo, que foi executado sob a coordenação da Embrapa Uva e Vinho e desenvolvido em parceria com outras instituições.

Após os resultados obtidos a partir dos trabalhos desenvolvidos pela Embrapa Uva e Vinho e demais instituições, a Indicação de Procedência Pinto Bandeira foi concedida pelo INPI à ASPROVINHO em 2010 (INPI, 2016) como reconhecimento de que as características da geografia e o saber fazer local, refletem diretamente nos vinhos produzidos na região. Desde a sua criação, em 2001, a associação tem a finalidade de proteger a natureza, a cultura local, os produtores de vinho e, principalmente, preservar a qualidade e garantir a identidade dos vinhos e espumantes produzidos no local; além do mais, incentiva a pesquisa vitivinícola, explora e divulga o potencial turístico, estabelece normas para o uso da Indicação de Procedência “Vinhos de Pinto Bandeira”, apoia a industrialização e comercialização dos produtos e busca agregar valor e criar marcas coletivas aos produtos dos associados (ASPROVINHO, 2016).

Assim como a ASPROVINHO - Pinto Bandeira -, a Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe [PROGOETHE] também buscou assessoria das instituições no processo de desenvolvimento da Indicação Geográfica na região. Com a finalidade de alcançar prestígio nacional e internacional para os vinhos Goethe, como um produto distinto, de valor agregado, que fosse capaz de fomentar a geração de renda e o desenvolvimento regional, a associação

junto a instituições, como SEBRAE e a Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC] elaboraram um portfólio de qualificação da uva e dos vinhos Goethe da região de Urussanga e Pedras Grandes. Em virtude da qualidade, singularidade e personalidade do vinho, além da identidade da região, fortemente ligada à imigração italiana do século XIX, em 2012, a Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe - primeira Indicação Geográfica de Santa Catarina - foi concedida pelo INPI à PROGOETHE (PROGOETHE, 2016).

Na tentativa de compreender a contribuição econômica das Indicações Geográficas para o desenvolvimento territorial, Maiorki e Dollabrida (2015) analisaram os dois casos citados acima - Pinto Bandeira e Vales da Uva Goethe – e concluíram que a conquista do selo de Indicação de Procedência provocou uma elevação no preço de venda do produto, especialmente em Urussanga, pertencente aos Vales da Uva Goethe; porém, nas duas regiões, não existem perspectivas de exportação dos produtos, devido, principalmente, à carga tributária, na visão da ASPROVINHO. Em relação ao impacto do projeto de Indicação Geográfica, foi verificado na região da PROGOETHE uma expectativa de maior retorno financeiro, em virtude do valor agregado e da padronização dos produtos; já a ASPROVINHO aponta a visibilidade dos produtos como o principal impacto do projeto. Outra conclusão apontada pelo estudo foi a respeito da importância do turismo para essas regiões, visto que é por meio dele que os produtos atingem diversos mercados e, conseqüentemente, se tornam conhecidos fora do seu território.

Recentemente, julho de 2015, o setor vitivinícola brasileiro conquistou mais uma Indicação de Procedência, desta vez, o selo foi concedido à Associação Farroupilhense de Produtores de Vinhos, Espumantes, Sucos e Derivados [AFAVIN], que também contou com o apoio técnico da Embrapa Uva e Vinho, e a colaboração da Embrapa Clima Temperado, da Universidade de Caxias do Sul [UCS] e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFGRS] no processo de reconhecimento da Indicação Geográfica (AFAVIN, 2016). Segundo Tonietto, Falcade e Taffarel (2015), a viticultura na área demarcada de Farroupilha concentra a maior produção de uvas moscatéis do país, além disso essa região produz a cultivar Moscato Branco, cujas características genéticas foram reconhecidas como únicas no mundo.

O Nordeste Brasileiro não possui Indicação Geográfica para vinhos. Perdendo apenas para a produção vitivinícola do Sul do país, a Região Nordeste vem se destacado no setor, em muito, devido às características edafoclimáticas singulares do Vale do Submédio São Francisco, que se refletem, sobremaneira, na tipicidade e qualidade dos vinhos; ademais, essas características associadas à irrigação, proporcionam um diferencial em relação às demais regiões vitivinícolas, que é a possibilidade de escalonamento de produção e colheita de duas ou mais safras ao ano (PADILHA *et al.*, 2015). Pereira (2013) já havia apontado a singularidade

dessa região como um diferencial competitivo, além do que, a possibilidade de escalonamento da produção de uvas para vinhos ao longo do ano minimiza os investimentos em estrutura física, se comparado àqueles realizados em regiões de clima temperado, nas quais as colheitas se concentram em três ou quatro meses, variando de acordo com o ciclo de cada cultivar.

Foram essas peculiaridades do Vale do Submédio São Francisco, associadas aos sistemas produtivos, que terminam por imprimir características únicas à produção local, que em 2009, o INPI concedeu ao Conselho das Associações e Cooperativas dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco [UNIVALE] o selo de Indicação de Procedência para Uvas de mesa e Manga produzidas na região. Assim como aconteceu nos demais processos de elaboração do pedido de Indicação Geográfica, os produtores do Vale também contaram com o apoio e colaboração de várias instituições, como Sebrae-PE, Sebrae Nacional, Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco [FAEPE] e Embrapa Semiárido, que elaborou o documento com o embasamento técnico que justifica a Indicação de Procedência (LIMA *et al.*, 2009).

Essa região tornou-se conceituada no mercado nacional e internacional devido à qualidade de seus frutos, especialmente uvas de mesa e mangas - que correspondem, aproximadamente, a 80% da área plantada - sendo, também, responsável por 95% das exportações brasileiras dessas cultivares, logo, a Indicação de Procedência veio para agregar mais valor ainda aos produtos do local e garantir a sua origem ao consumidor (SNA, 2015).

A Indicação de Procedência Vale do Submédio São Francisco para Uvas de mesa e Manga foi a sexta do Brasil, (INPI, 2016) e segundo Lima *et al.* (2009), o fato de ser a primeira Indicação de Procedência para frutas *in natura*, a primeira da Região Nordeste do Brasil, contemplar dois produtos distintos e a delimitação territorial envolver dois estados brasileiros - Pernambuco e Bahia - tornam essa conquista ainda mais valorizada, além do mais, essa aquisição simboliza o início de uma estratégia mercadológica diferenciada, visando proteger a região produtora, assim como agregar valor aos produtos, buscando dentre outras coisas promover o desenvolvimento regional.

Segundo Pereira (2013), a produção de uvas de mesa do Vale do Submédio São Francisco, aliada à atividade vitivinícola gera, aproximadamente, 30.000 empregos, portanto, diante da expressividade do setor e da importância de diferenciar, conferir credibilidade e notoriedade aos produtos e garantir a sustentabilidade das vinícolas, bem como os empregos gerados na cadeia produtiva da uva e do vinho, é que a região está em busca de mais uma Indicação de Procedência; desta vez a certificação beneficiará os vinhos do vale, a primeira localizada em condições de clima tropical (MELLO *et al.*, 2014). Essa certificação poderá

promover a conquista de novos mercados, pois os vinhos que ostentam o selo de Indicação Geográfica no rótulo são inseridos nos mercados com mais facilidade, em decorrência da credibilidade conferida pelo signo distintivo (MARTINI, 2016).

A última Indicação Geográfica destinada à designação de frutas foi concedida pelo INPI, em 2013, à região de Mossoró-RN, conhecida no setor de fruticultura irrigada do Nordeste, principalmente, por sua produção de Melão Amarelo. O pedido que deu origem à Indicação de Procedência para o Melão Amarelo de Mossoró foi elaborado em parceria com o Sebrae/RN e o Comitê Executivo de Fruticultura do RN, detentora da tutela da Indicação Geográfica. A perspectiva é que essa aquisição proporcione a captação de novos mercados; seja uma ferramenta precursora do desenvolvimento local e regional; ateste a qualidade, diferenciação e respeitabilidade do produto perante aos mercados nacional e internacional; e intensifique o valor comercial dos produtos (DANTAS; DANTAS, 2015). Outra expectativa em relação à certificação, é que ela possa facilitar a entrada do produto em novos mercados, como o da América do Norte e da Ásia, visto que, atualmente, 60% da produção de Melão Amarelo da região é destinada, especificamente, para o mercado europeu (SEBRAE-SP, 2014).

As expectativas dos produtores de Melão Amarelo do Rio Grande do Norte evidenciam a importância da Indicação Geográfica para a diferenciação e valorização das frutas certificadas. O mesmo ocorre com o setor vinícola, há muito já conhecedor dos impactos da Indicação Geográfica na diferenciação e comercialização dos produtos, como nos ensina Niederle (2012), quando afirma que os vinhos são os produtos que mais se valem desse tipo de certificação, em razão da sua capacidade de agregar valor à cadeia produtiva, promover a organização do setor, definir prioridades, estratégias e padrões de qualificação dos produtos, destacar a produção vitícola nacional, principalmente, na percepção do consumidor, além de viabilizar o acesso a mercados que demandam certificação (MELLO *et al.*, 2014).

### *2.3.3 Requisitos para Indicação Geográfica de vinhos*

Niederle (2014) argumenta que é na produção e consumo de vinhos que as Indicações Geográficas se mostram totalmente vantajosas, pois evidenciam a diferenciação qualitativa dos produtos, além de atestar sua origem. Entretanto, para que as Indicações Geográficas consigam suprir as expectativas do setor em relação à diferenciação, ao aumento do valor agregado, à penetração em novos mercados, assim como o reconhecimento da produção nacional, Tonietto e Carbonneau (2014) destacam que é de fundamental importância, que os futuros pedidos, especialmente da modalidade Denominação de Origem, tanto para vinhos, quanto para uvas de

mesa, se fundamentem nos potenciais disponibilizados pelos fatores naturais locais, para que o objetivo de valorizar a qualidade e a singularidade dos vinhos de origem sejam atingidos.

De fato, é essencial considerar os fatores naturais e humanos no momento de impetrar um pedido de Indicação Geográfica para vinhos ou uvas de mesa, visto que eles interferem diretamente na sua tipicidade. Os fatores naturais, como o clima da região vitícola, o clima da safra e a “Unidade *Terroir* de Base” [UTB] que aborda a interação entre mesoclima e solo, se tornam ainda mais relevantes, se o objetivo da associação de produtores for obter a certificação de Denominação de Origem (TONIETTO; CARBONNEAU, 2014), pois nessa modalidade é necessário comprovar que as características do produto ou serviço são resultantes, unicamente, do meio geográfico, abarcando também, a ação do homem e a cultura local, não adquirindo, portanto, a mesma qualidade, quando produzido em condições diversas (BRASIL, 1996; LIMA, 2015).

O clima vitícola é percebido como o ingrediente essencial na caracterização da tipicidade dos vinhos, não somente no âmbito brasileiro, como também a nível mundial. No tocante à viticultura brasileira, ela está concentrada em regiões de clima temperado e subtropical (nos dois casos com verões úmidos) e de clima tropical (semiárido) - onde se encontra o Vale do Submédio São Francisco, que em decorrência de suas particularidades climáticas, se diferencia das demais regiões vitícolas do mundo (TONIETTO; CARBONNEAU, 2014).

A caracterização climática do Vale do Submédio São Francisco - uma referência constante para esta pesquisa e para o projeto piloto de irrigação Hildo Diniz, em razão de suas características geoclimáticas serem similares - definida a partir da Classificação Climática Multicritério [CCM] - evidencia que a região apresenta três climas vitícolas diferentes - de seca forte, muito quente e noites quentes; de seca moderada, muito quente e noites quentes; sub-úmido, muito quente e noites quentes - apresentando, portanto, um clima vitícola com variabilidade intra-anual. Essa mudança de estações possibilita ao viticultor escolher os períodos mais proveitosos para a produção de uvas, podendo priorizar as questões relacionadas ao controle fitossanitário das videiras, às necessidades das cultivares, às características dos produtos ou à demanda do mercado (TONIETTO; CARBONNEAU, 2014)

Além de definir o clima vitícola da região do Vale do Submédio São Francisco, Carbonneau e Tonietto (1999) categorizaram os vinhos do vale como possuidores de uma leveza característica, uma estrutura de fraca a média, em relação ao nível de maturação e um desenvolvimento aromático médio. Contudo, a qualidade e a especificidade dos vinhos confeccionados nessas circunstâncias ainda são pouco afamados, apesar de apresentarem características interessantes (PEREIRA, 2013) decorrentes das especificidades da região.

A necessidade de referenciar os fatores naturais nos pedidos de Denominação de Origem foram apontados, inclusive, pela Embrapa Uva e Vinho, referência no fomento às Indicações Geográficas no Brasil, quando nos ensina que nos pedidos de Denominação de Origem é imprescindível descrever o meio geográfico, incluindo os fatores naturais e os fatores humanos, especialmente, aqueles que são motivadores das características dos produtos; ademais, é preciso descreve-las e evidenciar a relação existente entre elas e o espaço geográfico, assim como demonstrar a correlação entre ambos (EMBRAPA UVA e VINHO, 2014).

Outra formalidade exigida pelos processos de solicitação de Indicação Geográfica, tanto para Denominação de Origem, quanto para Indicação de Procedência, é a composição do Regulamento de Uso e das Normas de Controle, que, de acordo com as exigências instituídas para o registro, deverá incluir, sempre que for necessário: a denominação e a área geográfica demarcada; as variedades das cultivares autorizadas por produto; a origem das uvas; os sistemas produtivos; a produtividade e qualidade das uvas para vinificação; os produtos habilitados; a região geográfica de fabricação, envelhecimento e engarrafamento; os processos e técnicas enológicas, assim como eventuais limitações; os padrões de identificação e qualidade química e sensorial; as regulamentações de rotulagem dos vinhos; e os parâmetros de controles estabelecidos na Normativa de Controle da Indicação Geográfica. Cabe ressaltar que as Normativas de Controle serão especificadas em outro documento, incluindo, por exemplo, práticas, instruções, prazos, documentos, cronologia, além das medidas de controles interno e externo, que visam assegurar a implementação do que foi definido no Regulamento de Uso (EMBRAPA UVA e VINHO, 2014).

## 2.4 ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO ENTRE PRODUTORES RURAIS

O avanço nas tecnologias de comunicação tem favorecido a aproximação dos consumidores a diversos mercados, facilitando o seu acesso a fornecedores e a informações que permitam a maximização dos seus benefícios, como aquelas relacionadas às características dos produtos, preços e qualidade.

Como consequência dessa aproximação, o ambiente empresarial tornou-se ainda mais competitivo e hostil às empresas que não conseguem estabelecer estratégias promotoras de ganhos de produtividade, ou que não consigam absorver os impactos da competitividade com estratégias colaborativas ou cooperativas, que, segundo Winckler e Molinari (2011) focam no estabelecimento de parcerias entre duas ou mais organizações com objetivos específicos. Vale

e Lopes (2010) destacam que essas parcerias entre organizações promovem a criação de vantagem competitiva diferenciada para ambas, podendo acontecer entre os agentes de determinada cadeia produtiva, no âmbito de um grupo industrial ou entre empresas de uma região específica. Ainda segundo Winckler e Molinari (2011), tais parcerias se configuram como estratégias interorganizacionais, ou seja, atividades de cooperação e colaboração entre organizações, objetivando não somente a manutenção do *status quo*, mas também a aquisição de novos conhecimento e recursos capazes de aumentarem a sua competitividade (KLOTZLE, 2003).

Winckler e Molinari argumentam que existe diferença entre estratégia de cooperação e colaboração, visto que:

[...] [a] Cooperação está geralmente ligada às ações inversas à competição no sentido de trabalho complementar, porém com o objetivo de resultados para ambos os parceiros. Na colaboração, observa-se diferença sutil na finalidade da ação, que não prevê benefícios para ambos, nem se enquadra num sentido de reciprocidade. A colaboração está mais situada no contexto de apoio, gerando benefício para um dos parceiros, ou na forma de auxílio em uma relação hierárquica (WINCKLER; MOLINARI, 2011, p. 7).

Independentemente das diferenças apontadas pelos autores acerca das estratégias de cooperação e colaboração, Klotzle (2002) defende que as organizações precisam estabelecer parcerias e alianças estratégicas que viabilizem o alcance de seus objetivos principais, como maior participação no mercado, melhor rentabilidade a longo prazo e aquisição de novas habilidades e conhecimentos. Essas alianças podem ocorrer na forma de contratos unilaterais - licenças, acordos de distribuição, contratos de P&D - participação acionária, *joint venture*, fusões e aquisições, contratos bilaterais - P&D em conjunto, produção conjunta, *marketing* em conjunto (KLOTZLE, 2003).

A importância das estratégias colaborativas e cooperativas é percebida inclusive no setor agrícola e em movimentos sociais ligados à questão fundiária, a exemplo do MST e, normalmente nesse setor, se apresentam na forma de cooperativismo ou associativismo, percebidos como mecanismos para reduzir os gargalos relacionados à produção e comercialização de produtos, que interferem no desempenho da atividade agrícola (SANGALLI *et al.*, 2015).

Para Sangalli *et al.* (2015), tanto as cooperativas, quanto as associações auxiliam na organização da produção. Contudo, explicam que o cooperativismo assume um viés mais econômico, objetivando viabilizar o negócio produtivo junto ao mercado, proporcionando melhorias econômicas aos produtores. Ao passo que o associativismo assume uma postura mais

social, pois possibilita aos associados, dentre outros, os benefícios sociais, como assistência social, educacional, cultural, além de defender os interesses do grupo (SEBRAE, 2014).

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA] as associações têm a finalidade de representar e defender os interesses dos associados, além de estimular a melhoria técnica, profissional, econômica e social. Já as cooperativas objetivam viabilizar e desenvolver atividades relacionadas à produção e comercialização, atuando em nível de mercado, além de fomentar a capacitação dos cooperados para o trabalho e a vida em comunidade (MAPA, 2012).

O associativismo se configura como uma estratégia de cooperação efetiva para melhorar as condições de concorrência dos pequenos produtores, uma vez que a cooperação formal impulsiona a capacidade produtiva e comercial dos associados, seu poder de barganha e possibilita a troca de experiências. Outro aspecto que pode gerar ganhos de produtividade associado a custos baixos a esse público, é a capacidade que tem o associativismo em adquirir insumos e equipamentos, compartilhando-os como também a sua assistência técnica (MAPA, 2016).

Vários exemplos de impactos positivos gerados na relação associativismo e pequenos produtores podem ser encontrados no cenário rural brasileiro, a exemplo do pequeno município de Vista Gaúcha, localizado na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Possuindo uma população próxima de 2.800 habitantes, o município tem sua economia baseada no setor agrícola, contando com expressiva participação do assessoramento técnico da prefeitura, que estimulou e acompanhou a criação da Associação de Desenvolvimento Comunitário e Agrícola [ADCA], responsável por gerenciar máquinas e implementos agrícolas adquiridos por meio de programas públicos. Segundo Sangaletti e Brose:

O parque de máquinas da ADCA permite uma gestão compartilhada entre os produtores do município, otimizando o uso do maquinário para aquelas famílias que não tinham maquinário próprio, e evitando novos investimentos em capital fixo daquelas famílias cujas propriedades já eram mecanizadas (SANGALETTI; BROSE, 2004, p. 32).

Essa possibilidade de compartilhamento de máquinas e implementos entre associados é um ponto considerável no âmbito dos pequenos agricultores, pois segundo Guilhoto *et al.* (2005), nem todos os agricultores familiares apresentam condições financeiras para investir em tecnologia, limitando, dessa forma, sua capacidade produtiva.

Situação como a descrita em Vista Gaúcha, comum ao universo dos pequenos agricultores brasileiros, também é percebida na realidade dos assentamentos de reforma agrária,



caracterizados pela presença de pequenos agricultores que têm na agricultura familiar o meio para se desenvolver economicamente.

Ainda que a agricultura familiar represente cerca de 70% dos alimentos consumidos no país (BRASIL, 2015) - o setor enfrenta vários gargalos nos processos de produção e comercialização, como a escassez de terra produtiva, a falta de assistência técnica e a baixa disponibilidade de recursos financeiros, que interferem diretamente no seu desenvolvimento. A ausência desses fatores compromete o alcance do padrão tecnológico necessário para aumentar a produtividade e a competitividade do segmento (SOUZA *et al.*, 2010).

Somadas a essas limitações de ordem técnica e financeira, estão as demandas por produtos de qualidade, o que exige dos pequenos produtores processos produtivos mais eficientes. Essa combinação de fatores evidencia a importância da formação de associações para integrar os produtores e fortalecer as atividades, buscando melhorar a atuação no mercado e proporcionar meios para assegurar a sua permanência no campo (SANGALLI *et al.*, 2015).

#### *2.4.1 Associativismo em assentamentos de reforma agrária: estratégia de organização e produção*

O fenômeno que se tornaram os assentamentos rurais nas últimas décadas no Brasil, deve-se, em muito, ao trabalho desenvolvido pelo MST, que, organizando ocupações em terras consideradas socialmente improdutivas, acabou por se tornar referência no universo dos movimentos sociais.

Tendo iniciado as suas atividades ainda na década de 80, o MST logo percebeu que encontraria nos discursos políticos de vieses humanista - nos seus momentos iniciais quando segmentos da igreja católica, sobretudo aqueles ligados à Teologia da Libertação, o apoiava de forma mais explícita - e socialista - posteriormente, quando o seu discurso assumiu um caráter mais politizado - os elementos de sustentação ideológica que amalgamaria a teoria com a ação, um elemento marcante do seu protagonismo. A respeito disso, Peschanski nos explica que:

Na literatura sobre o MST, há diversos estudos que abordam o tema da organização. Estes podem ser divididos em duas vertentes. A primeira afirma que o movimento dos sem-terra surge como uma vocação para a transformação social e que sua organização se baseia necessariamente no estímulo à participação popular e à distribuição do poder. [...]. A inovação, nessa linha de análise, é o resultado do processo em que nasce o movimento social, com a inspiração das experiências da educação popular e da Teologia da Libertação. A segunda vertente considera que o MST reproduz formas conservadoras de organização, como o clientelismo e o mandonismo, e que suas instâncias decisórias são controladas por um grupo oligárquico. De acordo com essa interpretação, grupos de classe média, movidos por interesses partidários, determinam

a atuação do movimento social, adotando técnicas de sujeição para manter a base camponesa obediente e servil. [...] Para eles o caráter revolucionário da luta dos sem-terra é ilusória – referências ao socialismo serviriam para disciplinar a base (PESCHANSKI, 2007, p.4)

Sem aprofundar essa discussão, visto que ela se apresenta apenas para expor concepções teóricas acerca do MST, e sem querer, aqui, concluir quanto ao caráter do movimento, quer seja ele transformador ou reprodutivista, o princípio de organização - essencial para garantir a unidade do grupo e a sua capacidade de resistência - sempre esteve presente no movimento, desde as primeiras ocupações. Nesse momento de construção de um processo organizativo foi necessário consolidar nos trabalhadores o sentimento de pertencimento ao grupo, mobilizar e estimular a participação de todos os membros da comunidade para responder de forma eficiente aos problemas concretos, assim como formar comissões que pudessem dar encaminhamento a diversos tipos de questões. Diferentemente, dos estilos tradicionais de lideranças que são centrados na figura de um líder único, responsável por garantir a continuidade do trabalho em grupo, as comissões possibilitavam a agregação de pessoas, independentemente dessa figura, focando, sobretudo, na ação coletiva e no envolvimento direto de todos, distribuindo responsabilidades e poderes na comunidade, proporcionando aos trabalhadores uma oportunidade efetiva de desenvolvimento pessoal (MOREIRA; TARGINO; NETO, 2012).

Um reflexo desse cenário, no universo dos assentamentos, é a indispensável presença do espírito de coletividade existente no discurso das suas lideranças, quer seja na representação dos assentamentos, quer seja no âmbito das decisões internas, o que se reflete na criação de cooperativas e associações, nem todas de teor exclusivamente econômico, mas também social, como de mulheres, da escola, dentre outras. Oliveira (2010), destaca que essas formas de organização contribuem nos aspectos econômico, político, social e cultural da comunidade.

Ainda, segundo Oliveira (2010), os produtores assentados veem o associativismo como uma estratégia para organizar suas atividades e superar as barreiras impostas pelo ambiente econômico, assim como um meio para fortalecer a atuação coletiva e enfatizar as necessidades de reformas no meio rural. Ademais, as associações no meio rural se configuram como necessárias para que a comunidade possa participar de programas do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, para integrar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [SISAN], com a finalidade, dentre outras, de incentivar a agricultura familiar e o consumo de sua produção; apoiar a formação de

estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; além de estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2012).

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho é caracterizado como uma pesquisa exploratória quanto aos objetivos, que segundo Prodanov e Freitas (2013), refere-se a uma pesquisa em fase inicial, que visa disponibilizar mais informações acerca de determinado assunto, possibilitando dentre outras coisas, perceber uma nova perspectiva para o assunto. Severino (2007, p. 123) reforça que este tipo de pesquisa “busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”, sendo indicada, sobretudo, para áreas pouco exploradas, como é o caso do potencial vinícola do semiárido piauiense.

Prodanov e Freitas (2013) argumentam que a pesquisa exploratória possui um planejamento flexível, possibilitando a realização do estudo perante diversos aspectos, podendo envolver técnicas, tais como levantamento bibliográfico e entrevistas, assim como análise de exemplos para facilitar a compreensão, objetivando dessa forma, o esclarecimento de um problema específico (KAUARK *et al.*, 2010).

Quanto aos meios de obtenção dos dados, configura-se como pesquisa bibliográfica, pois seu embasamento teórico foi realizado a partir dos registros disponíveis, resultantes de pesquisas anteriores, assim como pesquisa de campo, visto que a coleta de dados foi realizada no ambiente natural em que os fenômenos ocorrem, a partir da observação direta do pesquisador (SEVERINO, 2007).

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 59):

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para sabermos em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que estabeleçamos um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e na elaboração do plano geral da pesquisa.

Quanto à abordagem, se caracteriza como qualitativa, que segundo Minayo (2011), este tipo de pesquisa se baseia na compreensão, interpretação e discussão de experiências, vivências, senso comum e ação, pensamento semelhante ao de Marconi e Lakatos (2011), quando frisam que essa abordagem busca investigar e compreender o comportamento humano, proporcionando informações acerca dos hábitos, atitudes e tendências de comportamento.

No tocante ao método, adotou-se o indutivo, caracterizado pela observação de fatos particulares, a partir dos quais o pesquisador conclui que a relação identificada se aplica a todos

os fatos da mesma espécie, inclusive aos que não foram observados (SEVERINO, 2007), partindo, portanto, do particular para o geral, visto que as generalizações originam-se de observações de casos da realidade concreta (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa de campo foi realizada no assentamento Marrecas - situado na zona rural de São João do Piauí - conhecido na região pelo seu potencial para a fruticultura irrigada, especialmente, na produção de uvas.

Com a finalidade de facilitar o entendimento das etapas que compõem a pesquisa, essa metodologia será exibida em forma de tópicos, apresentando cada etapa do processo.

Na primeira etapa da pesquisa foi realizado o levantamento bibliográfico para localizar informações que viabilizassem o esclarecimento do problema em questão. Marconi e Lakatos (2013) esclarecem que existem várias fontes bibliográficas, como a imprensa escrita, meios audiovisuais, material cartográfico e publicações, cabendo ao pesquisador escolhê-las em virtude do que se pretende responder. Ainda, segundo os autores, essa busca é importante, pois possibilita ao pesquisador conhecer o que já foi escrito em relação ao assunto investigado.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, foram realizadas algumas visitas ao assentamento Marrecas e a órgãos públicos municipais - Assembleia Legislativa Municipal e Secretaria Municipal de Agricultura. As visitas ao assentamento tiveram como objetivo principal compreender a história da ocupação das terras pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra [MST], assim como suas formas de organização, principalmente nas questões voltadas para a gestão da produção local. As informações adquiridas nessa etapa foram obtidas a partir de conversas com alguns assentados, tanto quanto por meio de registros disponibilizados pelos presidentes das associações locais. Já em relação aos órgãos municipais, a visita teve por objetivo fazer um levantamento da documentação acerca do assentamento Marrecas e de interesse do projeto, inclusive a documentação relacionada à identificação do município como “Capital da uva”, como é conhecido, assim como coletar dados relacionados à produção de uvas do assentamento, buscando identificar o tamanho da produção em relação às culturas locais.

Após visitar o assentamento Marrecas e conhecer o projeto piloto de irrigação Hildo Diniz, realizou-se outra visita, desta vez à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba [CODEVASF] em Teresina-PI com o objetivo de entender o projeto e conhecer as motivações que levaram à sua implantação. Na ocasião, o Gerente Regional de Empreendimentos de Irrigação da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, Maximiliano Saraiva Arcoverde, falou a respeito de Hildo Diniz, Superintendente à época da CODEVASF, e articulador do projeto piloto de irrigação, apontando também as justificativas e desafios enfrentados na época, além das novas perspectivas para a fruticultura irrigada do local.

Com o objetivo de conhecer as características físico químicas do solo da plantação de uvas, a terceira etapa incidiu na coleta de solo em uma área correspondente a 1 hectare, situada a 08°14.101' S e 042°27.946' W, onde é cultivada a variedade Benitaka, conduzida por um sistema do tipo latada, com varas amarradas horizontalmente aos fios de sustentação dos vinhedos. As videiras estão em fileiras, com distância aproximada de 2,5 metros, uma da outra, e 1,5m de distância entre as plantas. A estrutura do sistema de sustentação é formada pela posteação e aramado. Miele e Mandelli (2011) destacam que o sistema de condução latada favorece o desenvolvimento de videiras vigorosas, permite uma área do dossel vegetativo extensa, beneficiando a formação de gemas e, conseqüentemente, o número de cachos, além de facilitar a locomoção dentro da área.

A amostragem do solo foi realizada no dia 10 de março de 2016. O procedimento consistiu na coleta de 20 amostras simples, feitas de forma aleatória nas linhas do plantio, com a profundidade de 0-20 cm cada, pois segundo Melo e Schneider (2007), em se tratando de uvas, deve-se coletar de 05 a 20 amostras simples, ao acaso, numa profundidade de 20 cm, indo ao encontro do pensamento de Cantarutti *et al.* (1999), ao afirmarem que a representatividade da área ocorre a partir da coleta de 20 a 30 amostras simples; contudo, Novais *et al* (2007) nos ensinam que essa profundidade será definida em função da cultura.

Sabendo que as amostras simples precisam conter a mesma quantidade de solo, foi padronizada a profundidade e a quantidade de cada amostra; para tanto, utilizou-se uma enxada como instrumento, seguindo portanto, os ensinamentos de Cantarutti *et al.* (1999, p.23) ao destacarem que:

É importante que as amostra simples coletadas em uma gleba tenham o mesmo volume de solo. Isto se consegue padronizando a área e a profundidade de coleta de amostra simples. Obtém-se boa padronização, utilizando os instrumentos denominados trados de amostragem; no entanto, eficiência satisfatória pode ser obtida com instrumentos simples, tais como pá ou enxadão [...]. Quando se utiliza pá ou enxadão, deve-se abrir um buraco com as paredes verticais (pequena trincheira). Observando-se a profundidade de amostragem, coleta-se a amostra cortando uma fatia de 4 cm de espessura em uma das paredes do buraco. Em seguida, com o solo aderido ao instrumento, são cortadas e descartadas as porções laterais do volume de solo de forma a deixar apenas os 4 cm centrais. Deste modo, a amostra simples constituir-se-á do volume de solo contido em um prisma com arestas transversais de 4 cm e aresta vertical correspondente à profundidade de amostragem.

Na sequência, as amostras simples foram colocadas no mesmo recipiente e misturadas, obtendo, dessa forma a amostra composta. Para Novais *et al.* (2007), é importante que essas amostras sejam misturadas, de maneira que se consiga uma amostra composta homogênea, retirando na sequência uma subamostra, um volume em torno de 300cm<sup>3</sup>. A amostra composta

foi embalada em saco plástico e entregue para análise no dia 25 de abril de 2016 ao Laboratório de Solo da Embrapa Semiárido e registrada com o número de protocolo 16.166.612.

Na quarta etapa, foi realizada uma visita à estação meteorológica convencional de São João do Piauí, com o objetivo de coletar dados acerca dos parâmetros meteorológicos - temperatura e umidade relativa do ar, precipitação pluviométrica e radiação solar - que podem interferir na qualidade das uvas. Além disso, realizou-se uma busca no *site* do Instituto Nacional de Meteorologia [INMET] para localizar esses dados no período entre 2010 a março de 2016. A busca foi feita no *site* inserido o parâmetro meteorológico a ser pesquisado e o período de abrangência.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A diversidade climática do Brasil, associada à criatividade e investimentos em inovação contribuíram para uma produção diferenciada, resultando em vinhos com personalidade única (IBRAVIN, 2016). Tonietto (2001) revela que essa diversidade climática e de solo que contribui para uma produção peculiar, determinada em função do clima, solo ou da interação entre ambos, é uma das riquezas do setor vinícola mundial, visto que a partir do conhecimento e da valorização desses fatores é possível aprimorar a qualidade dos vinhos.

Teixeira, Moura e Angelotti (2010) também ressaltam a importância do conhecimento acerca dos fatores agrometeorológicos, uma vez que interferem diretamente na qualidade da uva e são determinantes na demarcação da área para a implantação do parreiral, na escolha do sistema de irrigação, assim como no manejo da água e na proteção da cultura.

### 4.1 FATORES EDÁFICOS

Estudos voltados para a classificação dos solos predominantes no Estado do Piauí indicam a presença de Latossolos vermelho-amarelo distrófico associados a areais quartzosas distróficas, solos litólicos e solos brunos não cálcicos (CEPRO, 1990), dentre os quais os Latossolos Amarelos representam aproximadamente 50% da área total (PIAUI, 2005). Estudos mais recentes, realizados pela Embrapa Solos, que destacam a diversidade de ambientes e de solos na Região Nordeste do Brasil, apontam que os Latossolos correspondem a 29,5% dos solos da região; e que, apesar da presença de outros tipos de solos, como Neossolos, Argissolos e Luvisolos, os Latossolos prevalecem no Piauí e, especificamente em São João do Piauí (MARQUES *et al.*, 2014).

Segundo Santos *et al.* (2013), os Latossolos são característicos das regiões equatoriais e tropicais, podendo ocorrer também em zonas subtropicais. Normalmente são ácidos e possuem baixa fertilidade natural; todavia, em regiões semiáridas ou não, com estação seca pronunciada, ou que apresentem influência de rochas básicas ou calcárias, podem ocorrer solos com média e alta fertilidade natural. São solos bem desenvolvidos, profundos e bem drenados com horizonte B latossólico <sup>4</sup>, capacidade de armazenamento de água e efluentes, assim como aptidão para a agricultura mecanizada e irrigada.

---

<sup>4</sup> “É um horizonte mineral subsuperficial cujos constituintes evidenciam avançado estágio de intemperização [...]. Em geral, [...] é constituído por quantidades variáveis de óxido de ferro e de alumínio, argilominerais do tipo 1:1, quartzo e outros minerais mais resistentes ao intemperismo” (SANTOS *et al.*, 2013, p. 56-57).



A viticultura no Brasil está dispersa por várias regiões e adapta-se a diferentes tipos de solos, sendo cultivada em solos intemperizados ou jovens, por exemplo. De fato, o cultivo de videiras prevalece em solos com alguma restrição nutritiva, tornando-se necessária a correção da deficiência para que a cultura alcance o seu potencial produtivo, uma vez que os maiores ganhos produtivos dar-se-ão em solos que apresentam capacidades de suprir as necessidades nutritivas da cultura. Solos mais profundos favorecem o desempenho da videira, pois contribui com o desenvolvimento do sistema radicular da planta, aumentando a sua capacidade de absorção de nutrientes, ao passo que solos excessivamente pesados ou leves, ou que apresentem alto teor de sais, comprometem o crescimento da cultura (SIMÃO, 1998; MELO, 2014).

A respeito dessa diversidade de solos em que ocorre o cultivo de videiras no Brasil, pode-se mencionar o Vale do Submédio São Francisco, localizado no Semiárido Brasileiro, que utiliza quatro classe diferentes de solos: os Latossolos e Argissolos de textura arenosa, com acidez moderada e pobres em fósforo; Luvisolos de textura média, moderadamente ácidos ou neutros e média concentração de fósforo; Vertissolos, de textura argilosa, pH alcalino e pobres em fósforo, além dos Neossolos, que assim como os demais, também apresentam baixo teor de matéria orgânica (PRETERE; CUNHA, 2010).

A viticultura do Vale do Submédio São Francisco vem se destacando no cenário nacional, tanto pela potencialidade dos recursos naturais e investimentos públicos e privados em sistemas de irrigação, quanto pela expansão da área produtiva e qualidade da produção. Ademais, as condições edafoclimáticas da região favorecem os processos fisiológicos das videiras, podendo-se obter até duas safras e meia por ano, dependendo das técnicas de produção empregadas (SILVA; COELHO, 2010).

As propriedades físicas e químicas do solo influenciam os processos fisiológicos das culturas. As propriedades físicas, por exemplo, interferem diretamente no crescimento da planta, uma vez que as relações entre ar e água na camada do solo correspondem à zona radicular e, indiretamente, pois vários processos químicos e biológicos da fertilidade do solo são empregados em função das suas propriedades físicas (TROEH; THOMPSON, 2007). Realizar estudos antes da implantação das culturas, portanto, é importante para desenvolver e manter um sistema saudável de solo e empregar as técnicas de manejo mais adequadas, definindo assim, estratégias que proporcionem o desempenho potencial produtivo e qualitativo da cultura (LEPSCH, 2011; GLIESSMANN, 2015).

Para a caracterização física da área de cultivo de videiras no Assentamento Marrecas, foram definidos os valores de Areia, Silte e Argila, posto que a textura do solo refere-se à

proporção relativa das frações granulométricas desses minerais (SANTOS *et al.*, 2015). Os valores podem ser observados na Tabela 3.

Os resultados apresentados para Areia, Silte e Argila - 21,4; 46,4 e 32,2, respectivamente - quando inseridos no Triângulo Textural - Figura 03 - indicaram que a classe textural do solo analisado é Franco Argilosa, corroborando os ensinamentos de Lepsch (2011), quando afirma que solos com aproximadamente 30% de argila em sua composição, são classificados como solos de textura Franco Argilosa. Troeh e Thompson (2007) lecionam que Franco se refere à mistura de areia, silte e argila em frações aproximadamente iguais.

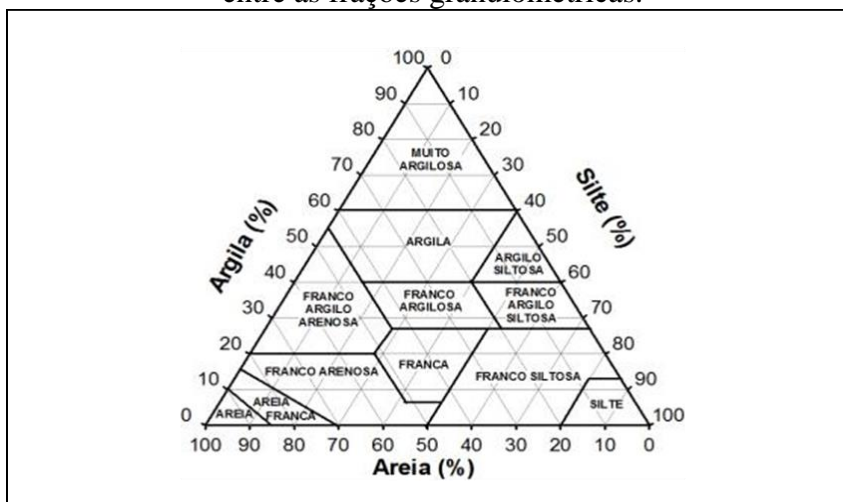
Tabela 3 - Características físicas do solo sob cultivo de videiras.

Frações minerais	Areia	Silte	Argila
Peso (g/kg)	21,4	46,4	32,2

Fonte: Elaborado a partir dos resultados da análise física realizada no Laboratório de análise - Embrapa Semiárido, 2016.

Segundo Gliessman (2015), em aspectos gerais, um solo Franco-argiloso é mais indicado em ambientes secos, pois a argila controla propriedades relevantes para as culturas, como a troca de íons entre as partículas e a água do solo. As partículas com cargas elétricas, presentes na argila, lhes fornecem capacidade de atrair íons nutrientes disponíveis para as plantas e, em virtude dessa habilidade de atração e retenção, as perdas de nutrientes vegetais por lixiviação são menores do que em solos arenosos (TROEH; THOMPSON, 2007). Além do que, solos de textura franca apresentam potencial para o desenvolvimento radicular das plantas e capacidade de reter umidade, aspectos relevantes para o seu crescimento (MELO, 2014).

Figura 3 - Triângulo Textural (TT) com as 13 Classes Texturais do solo e valores dos limites entre as frações granulométricas.



Fonte: (SANTOS *et al.*, 2015).

A maioria das culturas se desenvolvem satisfatoriamente em solos francos, pois a argila presente em sua composição é suficiente para armazenar água e nutrientes vegetais para o crescimento da planta, mas não em quantidade que possa prejudicar a aeração do solo (TROEH; THOMPSON, 2007). No entanto, um solo com quantidades excessivas de argila apresenta problemas de drenagem e, quando seco, demonstra rachaduras, ao passo que solos arenosos perdem, facilmente, água e nutrientes por lixiviação (GLIESSMAN, 2015).

Melo, Botton e Garrido (2015) versam acerca da importância da escolha da área para a implantação de vinhedos. Explicam que, dificilmente encontrar-se-á uma área que atenda todas as características ideais para o desenvolvimento das videiras, mas que essa escolha precisa ser pautada em fatores locais que favoreçam o crescimento, a sanidade e a qualidade da cultura. Concluíram que solos de textura franca são os mais indicados para a viticultura. Conclusão já apontada há dez anos por Melo (2005), quando afirmou que a videira consegue se adaptar em vários tipos de solos, contudo deve-se priorizar solos com textura franca e bem drenados para o seu cultivo.

Ainda em relação aos fatores a serem analisados ao escolher a área para implantação de vinhedos, Maia, Camargo e Nachtigal (2003) lecionam que áreas aptas à mecanização, próximas de fontes de água para irrigação e com solos profundos, apresentam características propícias ao desempenho potencial da viticultura. Já os solos mal drenados ou com lençol freático raso, devem ser evitados, uma vez que podem favorecer o surgimento de doenças no sistema radicular. Solos profundos promovem o desenvolvimento radicular da videira, aumentando sua capacidade de absorver nutrientes e reduzindo as possibilidades de estresse hídrico (MELO, 2014).

Assim como as características físicas do solo - profundidade, estrutura e textura - as químicas também interferem no comportamento das videiras, sendo que a reação do solo - pH - e disponibilidade de nutrientes exercem maior influência (MELO, 2014). A análise química é importante para que se tenha conhecimento de possíveis déficit ou excesso de nutrientes do solo. Ademais, as informações advindas da avaliação da fertilidade química auxiliarão os produtores na definição dos meios eficientes para efetuar as correções necessárias, como as quantidades e tipos de fertilizantes e corretivos deverão ser aplicados no solo (RONQUIM, 2010).

Para a caracterização química do solo no Assentamento Marrecas foram determinados os valores de pH, fósforo (P), Potássio (K) e saturação por bases (V%), conforme tabela 4.

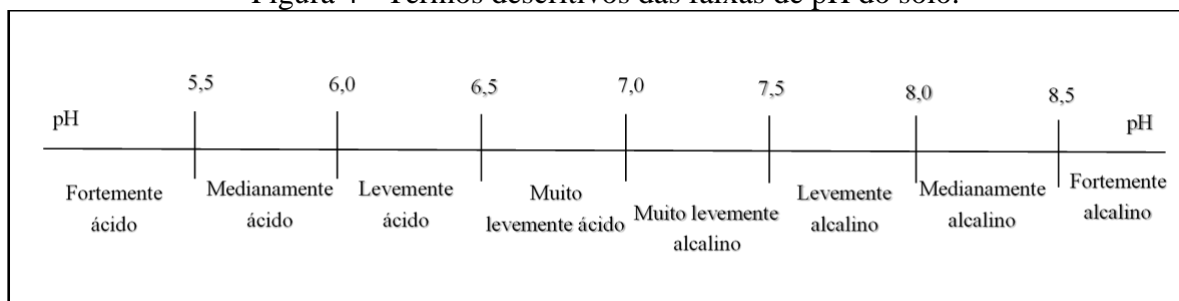
Tabela 4 - Características químicas do solo.

Elementos minerais (Quantidade mg/dm <sup>3</sup> )		Ph	Saturação por bases (V%)
Fósforo (P)	Potássio (K)		
10,86	78,2	6,5	95,7

Fonte: Elaborado a partir dos resultados da análise química realizada no Laboratório de análise - Embrapa Semiárido, 2016.

No tocante ao pH - 6,5 - observou-se que o solo está no limite, entre levemente ácido e muito levemente ácido - Figura 4 -, uma vez que qualquer pH abaixo de 7,0 é ácido e acima, é alcalino, sendo considerado neutro quando atinge o valor 7,0. Porém, é pertinente salientar que o pH do solo depende de uma variedade de fatores, tais como estação do ano, práticas culturais, horizontes de solo amostrado, conteúdo da água na época da amostragem, bem como o método pelo qual o pH é determinado, sendo assim, passível de correções a partir de aplicações de calcário e fertilizantes químicos ou orgânicos. A matéria orgânica, por exemplo, aumentará a capacidade de troca de cátions [CTC] - capacidade que o solo tem de armazenar nutrientes para as culturas - além de suprir as necessidades de nitrogênio, fósforo e enxofre (TROEH; THOMPSON, 2007; PRETERE; CUNHA, 2010).

Figura 4 - Termos descritivos das faixas de pH do solo.



Fonte: (TROEH; THOMPSON, 2007).

O pH indica as condições químicas gerais do solo. Solos com acidez elevada, normalmente, são pobres em cálcio e magnésio, possui alta fixação de fósforo e deficiência de alguns micronutrientes. Experimentos realizados em diversos tipos de solos confirmam que a acidez e a alcalinidade excessivas provocam efeitos negativos no desenvolvimento das culturas. Um dos efeitos da acidez elevada é a disponibilidade de manganês, ferro e alumínio em quantidade demasiada no solo, já a alcalinidade provoca a escassez desses elementos, o que, igualmente, prejudica o desempenho das plantas. Por conseguinte, os elementos essenciais às plantas deverão ser fornecidos nas quantidades adequadas, quando a reação do pH for, aproximadamente, neutra. No entanto, destaca-se que as culturas podem se desenvolver,

favoravelmente, tanto em solos com pH neutro ou ligeiramente ácido, como em solos ligeiramente alcalinos (MALAVOLTA *et al.*, 2002; RONQUIM, 2010).

Segundo Troeh e Thompson (2007), o pH ótimo é entre 6,0 e 7,5, pois nessa faixa, praticamente, todos os nutrientes estão disponíveis em quantidades razoáveis para as culturas. Essa faixa, por exemplo, é a melhor para a disponibilidade de fósforo e Potássio. Portanto, o cultivo da videira, em São João do Piauí, ocorre em um solo que apresenta um pH ótimo - 6,5 - proporcionando os nutrientes necessários ao desenvolvimento da cultura.

A videira é pouco exigente em nutrientes para se desenvolver, mas dentre os considerados fundamentais, estão o fósforo (P) e o Potássio (K). O fósforo (P) é utilizado na atividade fotossintética da planta e é essencial na transformação do amido em açúcar. A escassez desse elemento reduz o desenvolvimento das folhas, além de provocar, prematuramente, a sua queda e a maturação dos frutos. Já o Potássio (K) desempenha um papel importante na qualidade da uva, agindo sobre a produção de carboidratos, na cor e brilho do fruto. A sua insuficiência retarda a maturação dos frutos e favorece a produção de cachos pequenos, frutos duros, verdes e ácidos (SIMÃO, 1998; FARIA; SILVA, 2004).

Os resultados da análise química, apresentados na Tabela 4, demonstram que os teores de Fósforo - 10,86 mg/dm<sup>3</sup> - e Potássio - 78,2 mg/dm<sup>3</sup> - estão na faixa média em relação à fertilidade do solo, haja vista que solos com teores de argila em torno de 21 a 40 % - o solo amostrado apresenta 32,2% - manifestam média CTC, média concentração de Fósforo (P) e de Potássio (K) (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO, 2004).

Solos que apresentam esses nutrientes em proporções equilibradas proporcionam o desempenho eficiente da cultura, uma vez que, tanto o excesso, quanto a escassez, causam danos a seu crescimento. O fósforo (P), por exemplo, é indispensável nos processos de fotossíntese, respiração, floração e frutificação, além de colaborar no desenvolvimento do sistema radicular da planta. Enquanto o potássio (K), é fundamental na transformação dos açúcares nas folhas e no seu transporte para frutos. Plantas que recebem potássio (K) em quantidades balanceadas são mais tolerantes à seca, ao frio e às pragas ((MALAVOLTA *et al.*, 2002).

Os resultados apurados nas análises demonstram que o cultivo de videiras em São João do Piauí ocorre em uma área que não apresenta limitações a seu desenvolvimento potencial. Após a correção da acidez, a partir da aplicação de calcário e/ou adubação orgânica, práticas utilizadas pelos fruticultores da região, o solo apresentou pH dentro dos limites considerados ótimos, nutrientes na faixa média em relação à fertilidade do solo e 95,7% de Saturação por base (V%). O índice de saturação por base revela as condições gerais de fertilidade do solo,

podendo ser utilizado, inclusive, para classificá-los como eutróficos - férteis, ou distróficos - pouco férteis. Caso o solo apresente um índice de saturação por base igual ou superior a 50% é considerado fértil, e pouco fértil se o índice estiver abaixo de 50%. Geralmente, as culturas expressam níveis satisfatórios de produtividade em solos com saturação por base em torno de 50 e 80%, associado a um pH entre 6,0 e 6,5 (RONQUIM, 2010).

#### 4.2 FATORES CLIMÁTICOS

A videira é cultivada em condições climáticas diversificadas, preferindo clima subtropical, semiárido, inverno úmido e frio e verão quente e seco. No Brasil, por exemplo, o cultivo ocorre em regiões com características climáticas, praticamente opostas, como no extremo Sul - Serra Gaúcha - e no Semiárido Nordeste - Vale do Submédio São Francisco. O conhecimento e a compreensão acerca dos fatores climáticos são essenciais na definição das potencialidades das regiões para a cultura, uma vez que, a sua interação com o solo, com as técnicas de cultivo e com a variedade do cultivar, influenciarão no desenvolvimento, na qualidade e personalidade da videira (SIMÃO, 1998; TONIETTO; MANDELLI, 2003; MANICA; POMMER, 2006).

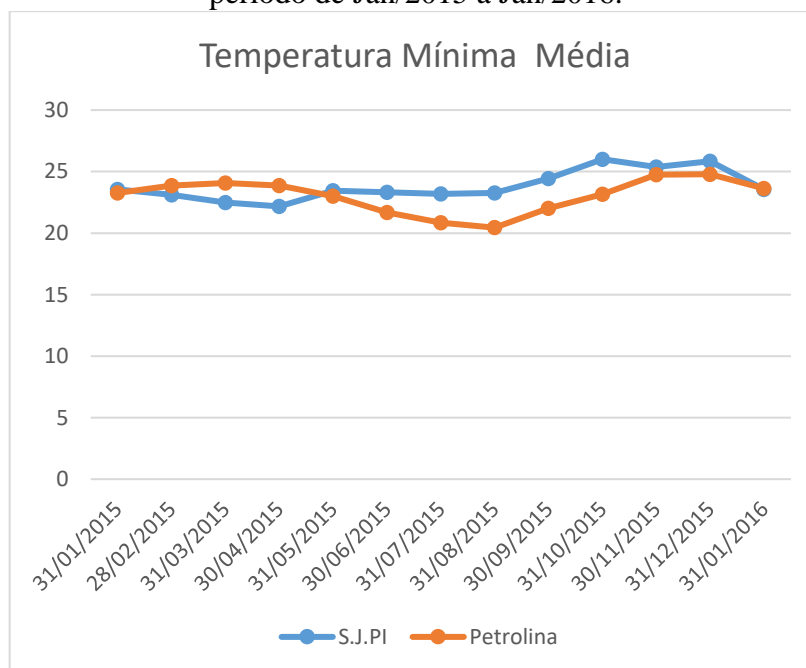
A aptidão de São João do Piauí para a viticultura foi analisada a partir da sua semelhança climática com Petrolina/PE apontada por Hildo Diniz, como a temperatura mínima, média e máxima, umidade relativa do ar, precipitação pluviométrica e insolação - conforme apresentam os gráficos de 03 a 08 - que influenciam os aspectos químicos dos frutos durante o processo de crescimento e maturação.

Segundo Gliessman (2015), cada cultura apresenta seus limites de tolerância para altas e baixas temperaturas, definidos por sua capacidade de adaptação a temperaturas extremas, o que quer dizer que a temperatura influencia no crescimento e desenvolvimento das plantas, sendo um fator a ser considerado nas definições da área e da cultura a ser implantada, uma vez que o seu comportamento pode provocar limitações ao desempenho produtivo das culturas.

No que se refere ao cultivo de videiras, a temperatura apresenta diversos efeitos, variando em função dos estágios do ciclo vegetativo ou de repouso da planta. No período de repouso vegetativo, a videira é mais resistente a baixas temperaturas, contudo, no período de floração, temperaturas iguais ou superiores a 18°C são benéficas, especialmente se estiverem associadas a dias com alta insolação e baixa umidade do ar. Já no período de maturação, temperaturas diurnas mais brandas promovem um processo mais lento, favorecendo a qualidade

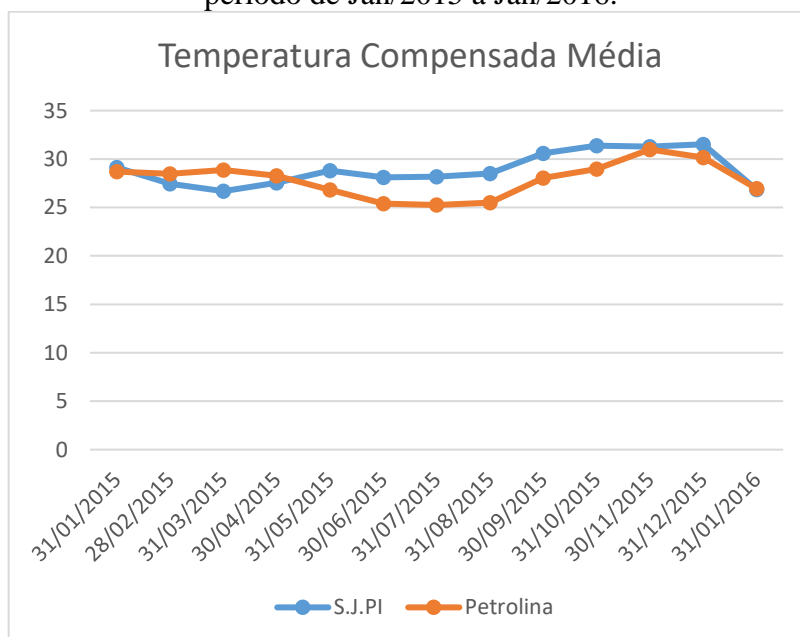
dos frutos, ainda que condições térmicas mais elevadas, resultam na obtenção de uvas com maiores concentrações de açúcares (TONIETTO; MANDELLI, 2003).

Gráfico 3 - Temperatura mínima média registradas em São João do Piauí e Petrolina no período de Jan/2015 a Jan/2016.



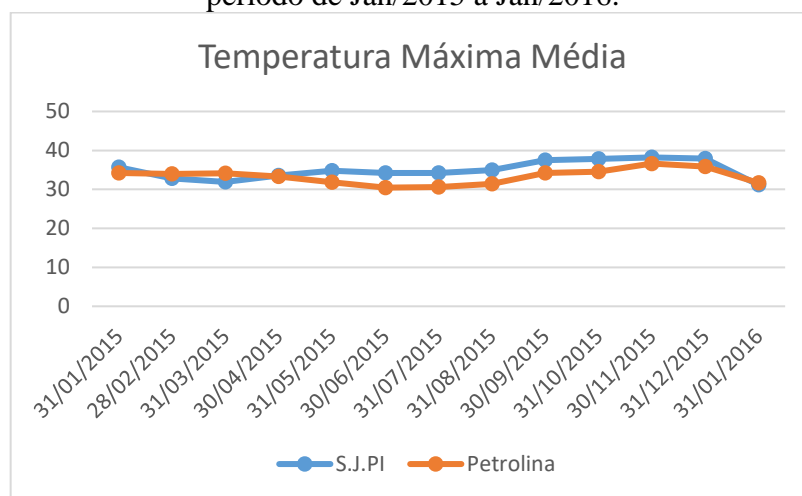
Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados pela Estação meteorológica de São João do Piauí - 82879 e Estação meteorológica de Petrolina - 82983 (BDMEP – INMET, 2016)

Gráfico 4 - Temperatura compensada média registradas em São João do Piauí e Petrolina no período de Jan/2015 a Jan/2016.



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados pela Estação meteorológica de São João do Piauí - 82879 e Estação meteorológica de Petrolina - 82983 (BDMEP – INMET, 2016)

Gráfico 5 - Temperatura máxima média registradas em São João do Piauí e Petrolina no período de Jan/2015 a Jan/2016.



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados pela Estação meteorológica de São João do Piauí - 82879 e Estação meteorológica de Petrolina - 82983 (BDMEP – INMET, 2016)

Os gráficos 3, 4 e 5 apresentam o comportamento das temperaturas mínima, média e máximas, respectivamente, em São João do Piauí/PI e Petrolina/PE. Ao analisá-los é possível perceber que, apesar de São João apresentar uma discreta elevação de temperatura nos meses que compõe o período junho - outubro, a variável se comporta, nas três situações, de maneira similar nos municípios. Além disso, os valores apresentados pelas temperaturas mínima, média e máxima, são praticamente iguais em alguns meses do ano, como no período que compreende os meses de novembro a maio.

Manica e Pommer (2006), explicam que, apesar de a produtividade da videira ser influenciada por temperaturas elevadas, no início da dormência são exigidas temperaturas inferiores a 20°C; contudo, em regiões de climas tropicais, onde essas temperaturas não são facilmente alcançadas, o período de dormência é atingido por meio do manejo de água durante o período de repouso (TEIXEIRA *et al.*, 2012), a exemplo do cultivo de videiras no Vale do Submédio São Francisco, onde o repouso vegetativo é obtido pela suspensão do fornecimento de água, o que acaba possibilitando a produção de uva em qualquer época do ano (POMMER, 2003), e em São João do Piauí, que no estágio de repouso vegetativo a irrigação é reduzida a uma quantidade mínima, garantindo que a planta mantenha sua atividade fotossintética, assim como o escalonamento da produção ao longo do ano.

Assim como ocorre no manejo hídrico, Petrolina e São João do Piauí apresentam semelhanças climáticas significativas no que se refere às médias anuais das temperaturas mínimas, médias e máximas, conforme indica a Tabela 5.



Tabela 5: Média aritmética das temperaturas coletadas entre os meses de janeiro/2015 a janeiro/2016 em São João do Piauí/PI e Petrolina/PE.

<b>Variável Climática</b>	<b>São João do Piauí</b>	<b>Petrolina</b>
Temperatura mínima mensal média do ar (° C)	23,83	23,03
Temperatura média mensal do ar (° C)	28,93	27,88
Temperatura máxima mensal média do ar (° C)	34,98	33,30

Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados pela Estação meteorológica de São João do Piauí - 82879 e Estação meteorológica de Petrolina - 82983 (BDMEP – INMET, 2016)

Contudo, mais do que demonstrar a evidente semelhança nas temperaturas médias de Petrolina e São João, 27,88° C e 28,93°C, respectivamente, as informações apuradas na Tabela 5 colocam as duas regiões produtivas na faixa indicada por Teixeira *et al.* (2012) como ideal para a produção de uvas de mesa, entre 20°C e 30°C, posto que favorecem a homogeneidade dos processos de coloração, de concentração de sólidos solúveis e de acidez do fruto durante as diversas safras.

De forma análoga ao que acontece com a temperatura, o Gráfico 6 vai indicar que a precipitação pluviométrica também se comporta de forma bastante semelhante em São João do Piauí e em Petrolina, sobretudo no período outono-inverno, estações de menores índices pluviométricos das regiões, quando os volumes de chuva ficaram próximos de 0 mm entre os meses de maio e setembro. Os maiores volumes de precipitação foram registrados no mês de janeiro<sup>5</sup>, aproximadamente, 320 mm em São João do Piauí e 290 mm em Petrolina.

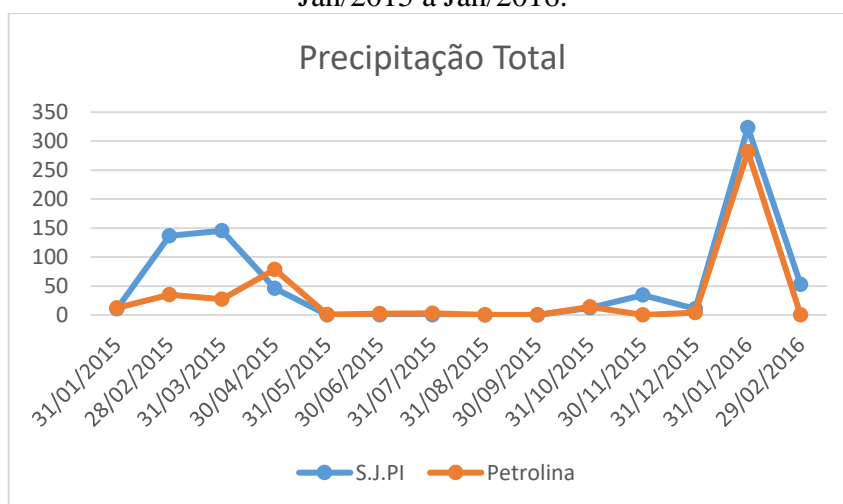
A escassez de chuva observada no período maio - setembro, não se configura como um fator limitante para a viticultura nos municípios, uma vez que a necessidade de água da cultura é suprida por meio de irrigação. Segundo Sousa *et al.* (2011), a emprego da irrigação na viticultura, especialmente em variedade de mesa, vem sendo utilizada em várias regiões do mundo; em regiões áridas e semiáridas, essa é a principal fonte de água para a cultura, enquanto em outras regiões ela pode ser adotada de forma complementar.

Efetivamente, a viticultura de São João do Piauí e Petrolina não apresenta desvantagens em relação à viticultura de regiões que registram grandes volumes de precipitação pluviométrica durante o ano, pois segundo Teixeira (2004), a videira possui um sistema radicular capaz de atingir grandes profundidade, se tornando, portanto, resistente à seca. Além do mais, por meio dos sistemas de irrigação os produtores conseguem controlar a quantidade de água aplicada na cultura, visto que a sua demanda hídrica altera em razão dos diferentes estágios do ciclo vegetativo.

<sup>5</sup> Em janeiro de 2016, as chuvas comportaram-se acima da média histórica. O principal fator que contribuiu para o elevado índice pluviométrico na região, foi a atuação de Vórtices Ciclônicos de Altos Níveis - VCAN que, apesar de comuns para a época, ocorreram com mais frequência e maior intensidade (SEMAR, 2016)

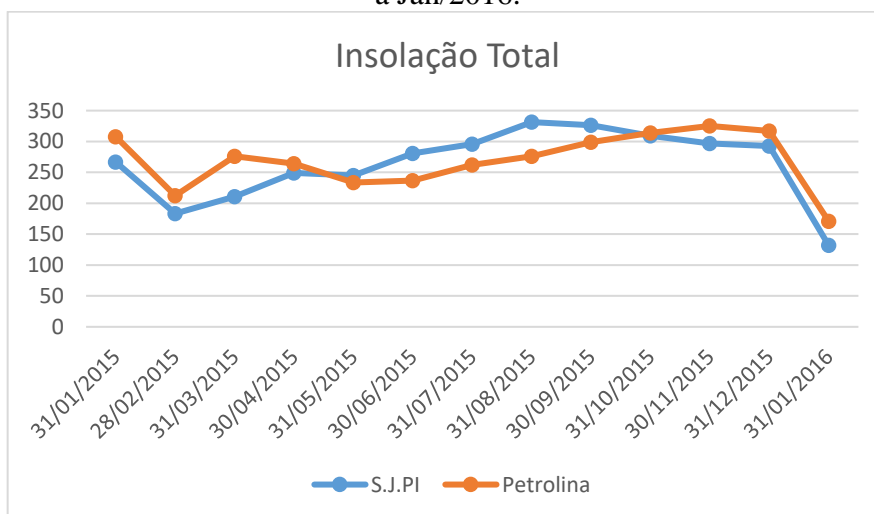
Comparando os gráficos de precipitação pluviométrica e de insolação total de Petrolina e de São João do Piauí - Gráficos 6 e 7 -, além da similaridade de comportamento no universo de cada variável, o que se percebe é uma relação inversamente proporcional das variáveis em ambas as regiões, ou seja: o volume de chuvas foi semelhante nos municípios, assim como foram os seus indicadores de insolação total e, mais ainda, quando a precipitação atingiu os seus maiores volumes, período primavera-verão, a insolação registrava sua menor incidência, tanto em Petrolina quanto em São João do Piauí.

Gráfico 6 - Precipitação total registrada em São João do Piauí e Petrolina no período de Jan/2015 a Jan/2016.



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados pela Estação meteorológica de São João do Piauí - 82879 e Estação meteorológica de Petrolina - 82983 (BDMEP – INMET, 2016)

Gráfico 7 - Insolação total registrada em São João do Piauí e Petrolina no período de Jan/2015 a Jan/2016.

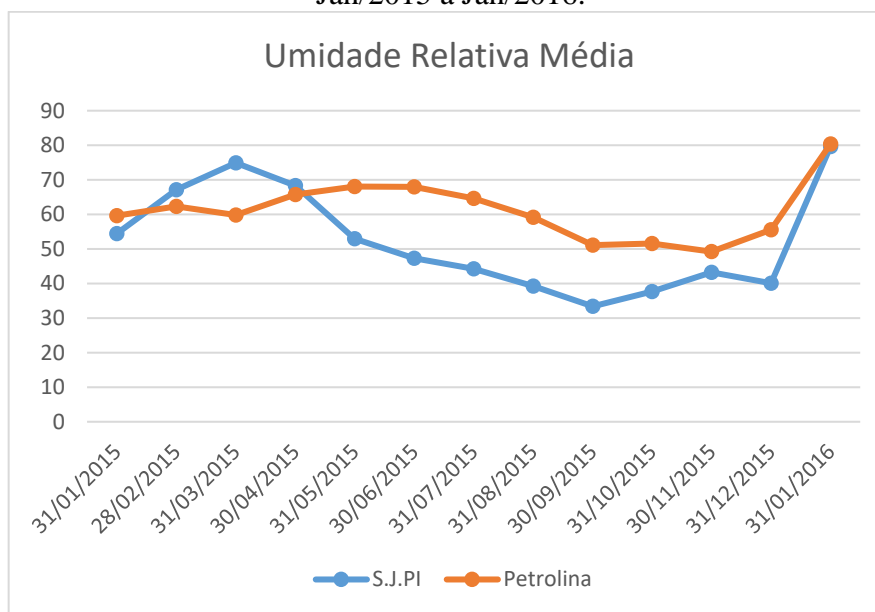


Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados pela Estação meteorológica de São João do Piauí - 82879 e Estação meteorológica de Petrolina - 82983 (BDMEP – INMET, 2016).

Ainda que diminuída entre os meses de novembro a fevereiro, a elevada incidência de insolação durante o ano é um fator importante para a viticultura da região, pois favorece o desenvolvimento da baga e a produção de frutos com maior concentração de açúcares (TEIXEIRA; MOURA; ANGELOTTI, 2010).

Assim como ocorreu com a temperatura, a precipitação pluviométrica e a insolação, a umidade relativa do ar, outra variável climática de grande influência no desenvolvimento da videira, também se comportou de forma semelhante em Petrolina e em São João do Piauí, sobretudo no período que compreende os meses de maio a dezembro, conforme o exposto no Gráfico 8. Cabe ressaltar que o comportamento da umidade relativa do ar em São João do Piauí e em Petrolina apresentam um comportamento compatível com o esperado para municípios da região Semiárida do Nordeste Brasileiro, caracterizados por baixos índices de precipitação e temperaturas elevadas. Ademias, é possível perceber que as menores taxas de umidade relativa do ar, foram registradas nos meses de estiagem, especialmente no trimestre setembro-outubro-novembro, quando são apresentadas as temperaturas mais elevadas.

Gráfico 8 - Umidade relativa do ar registrada em São João do Piauí e Petrolina no período de Jan/2015 a Jan/2016.



Fonte: Elaborado a partir dos dados disponibilizados pela Estação meteorológica de São João do Piauí - 82879 e Estação meteorológica de Petrolina - 82983 (BDMEP – INMET, 2016).

Segundo Tonietto e Mandelli (2003), a viticultura em regiões de climas mais áridos, são expostas a menores índices de umidade relativa do ar, ao contrário das regiões de climas mais úmidos, como o Sul do Brasil, que apresentam taxas de umidade mais elevadas. Todavia, considerando a caracterização climática da região Semiárida do Nordeste Brasileiro, marcado

por elevadas temperaturas, é providencial para o cultivo de videiras que a umidade relativa do ar se apresente em níveis mais baixos, uma vez que valores mais elevados, apesar de estimular o desenvolvimento vegetativo da videira, quando associados a altas temperaturas favorecem o surgimento de doenças fúngicas (TEIXEIRA, 2004; TEIXEIRA; MOURA; ANGELOTTI, 2010).

Tabela 6 - Teste-t das variáveis Insolação, Precipitação e Umidade Relativa do ar.

Variável Climática	T	t vc (p < 0,005)	t vc (p < 0,001)
Insolação	-0,28	2,06	2,08
Precipitação	0,47	2,09	2,86
Umidade relativa do ar	-1,78	2,06	2,8

t= Valor encontrado de t; tvc= Valor crítico de t para rejeição, de acordo com o grau de liberdade da amostra.

A semelhança no comportamento da Insolação, da Precipitação e da Umidade relativa do ar pode ser comprovada estatisticamente por meio do teste *t-student* para grupos independentes, apresentada na Tabela 6. Nela, as diferenças significativas ( $p < 0,001$ ) na média de pontos obtidos nos valores médios apontam para um comportamento considerado idêntico dos três aspectos meteorológicos nas regiões analisadas, no decorrer de um ano nas estações meteorológicas de São João do Piauí e Petrolina.

Em estudos voltados para delimitar a aptidão agroclimática para o cultivo de videira sob sistemas de irrigação no Nordeste do Brasil, Teixeira *et al.* (2012) concluíram que as áreas qualificadas como adequadas para a viticultura, exibiram maiores disponibilidades térmicas, baixos níveis de umidade do ar e precipitação pluviométrica - comportamentos verificados em São João do Piauí e em Petrolina -, favorecendo uma menor incidência de doenças, assim como a minimização dos problemas provocados pelo excesso de chuvas, fatores que possibilitam a produção de frutos de qualidade e de vinhos típicos.

As conclusões propostas por Teixeira *et al.* (2012) confirmam a aptidão de São João do Piauí e Petrolina para a viticultura irrigada e ainda reforçam a capacidade de ambos para uma produção original, uma vez que apresentaram baixa precipitação pluviométrica e umidade relativa do ar, além de altas temperaturas e incidência de insolação durante o ano. Os comportamentos desses fatores, inclusive, foram utilizados na constituição da justificativa de solicitação de Indicação de Procedência para uvas de mesa e mangas produzidos no Vale do Submédio Francisco, concedida pelo INPI em 2009.

A interação desses fatores climáticos, com o solo e o manejo da água durante o ciclo vegetativo da videira favorecem uma produção de uvas e vinhos singulares. Portanto, assim

como os produtores do Vale do Submédio São Francisco, os produtores do Assentamento Marrecas, podem utilizar essas especificidades agrometeorológicas da região para solicitar e justificar, junto ao INPI, o selo de Indicação Geográfica para a uva produzida no local, uma estratégia de negócio capaz de assegurar a origem e o valor do produto, assim como a penetração em outros mercados, a exemplo dos demandantes por produtos com certificação.

#### 4.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ASSENTAMENTO MARRECCAS

A estrutura organizativa do Assentamento Marrecas segue o modelo de organicidade apresentado pelo MST que objetiva garantir a participação dos trabalhadores nos processos decisórios, tornando-os agentes do desenvolvimento produtivo e social da comunidade.

Assim como ocorre nos demais assentamentos de reforma agrária no país, o assentamento Marrecas, também adota as associações como forma de organização e empoderamento. Gonçalves, Costa e Cristóvão (2013) lecionam que:

O empoderamento é o processo através do qual os sujeitos – individuais e coletivos – de uma comunidade, por meio de processos participativos, constroem estratégias políticas locais, que visam atingir objetivos comuns, consensualmente traçados. Está associado à noção de governança do espaço público, de capacidade e de liberdade na tomada de decisões (GONÇALVES; COSTA; CRISTÓVÃO, 2013, p. 88)

Segundo Romano e Antunes (2002), o empoderamento busca inserir as pessoas e as comunidades no centro do processo de desenvolvimento, tornando-as autônomas para assumirem o controle das questões referentes às suas vidas e à prosperidade da comunidade, conscientizando-as de suas habilidades e competências para produzir e gerir. Entretanto, para que esse processo seja efetivo, é necessário a elaboração de estratégias que proporcionem, tanto o aprimoramento, quanto o desenvolvimento de novas habilidades e competências na comunidade. Ademais, é essencial que essas estratégias contemplem o fortalecimento das organizações internas, da autoestima e valores do grupo, assim como a construção de vínculos e alianças com outros setores

Atualmente, o Assentamento Marrecas possui cinco associações voltadas para a organização e comercialização da produção e outra de cunho social, a Associação de Pais e Mestres [APM].

No tocante às associações voltadas para o desenvolvimento econômico da comunidade foram identificadas no assentamento: a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Marrecas [APPAM]; a Associação de Pequenos Produtores do Alto Belo [APPA]; a Associação

dos Pequenos Produtores do Capim Grosso [APPC]; a Associação de Processamento de Frutas [APFrutas]; e a Associação dos Produtores com Irrigação do Assentamento Marrecas [APIM].

Esse universo de associações surge para representar interesses específicos das suas agrovilas, que são núcleos de assentados formados em diferentes tempos, como a APPA e APPC, e em decorrência de buscas por espaços político e produtivo, como no caso da APFrutas, um exemplo claro de promoção do empoderamento e autonomia das mulheres assentadas, visto que foi fundada com o objetivo de “aumentar as alternativas de renda dos produtores (as) do Assentamento Marrecas, por meio do aproveitamento de frutas e hortaliças para melhorar a renda dos participantes e fortalecer o processo organizativo, produtivo e econômico das famílias [...]” (APFRUTA, 2009, p. 1).

Contudo, a associação que mais se aproxima de uma possível gestão de selo da Indicação Geográfica aplicável no assentamento para a sua uva, é a Associação dos Produtores com Irrigação do Assentamento Marrecas [APIM], devido à sua estrutura organizacional, física e finalidades.

Composta por 22 associados, a APIM foi fundada em 2005, logo após a implantação do projeto piloto de irrigação Hildo Diniz, que viabilizou a produção frutífera no Assentamento Marrecas, tornando-se necessária no apoio à equipe da CODEVASF, sobretudo naquelas questões relacionadas à gestão dos recursos obtidos para o investimento no projeto, bem como para, posteriormente, atuar no planejamento, organização e comercialização dessa produção. Atualmente, a associação conta com a participação de 120 filiados, sendo que, destes, apenas 12 estão envolvidos na viticultura (APIM, 2016).

Em depoimento, a presidente da APIM, Maria José de Araújo<sup>6</sup>, comentou sobre a importância da associação para o desenvolvimento da produção frutífera do assentamento. Apontou que a partir dela, os produtores se organizam e traçam as estratégias individuais e coletivas para produzir com qualidade e suprir a demanda do mercado. Além do que, possibilita aos produtores participarem de programas do governo, como a venda de frutas para a merenda escolar, que é viabilizada pela associação, responsável por receber os recursos e repassar a cota de cada produtor.

A criação da APIM ocorreu, portanto, para atuar na área de ação do Projeto de Irrigação Comunitária de Marrecas e outras áreas que venham a ser implantadas com irrigação sob a sua administração. Vale notar que, a esse caráter de auxílio técnico, também foram agregados

---

<sup>6</sup> Maria José de Araújo, atual presidente da Associação dos Produtores com Irrigação do Assentamento Marrecas [APIM]; foi uma das mulheres que lutou pela ocupação das terras na fazenda Marrecas.

outros, voltados a questões educacionais, sociais, econômicas, representativas e ambientais, conforme é possível apurar no artigo 2º do seu estatuto:

Promover o desenvolvimento do Projeto de Irrigação Comunitária de Marrecas e outras áreas que venham a ser anexadas à APIM, através da capacitação dos irrigantes, de modo que os mesmos possam assumir seu próprio desenvolvimento; identificar as necessidades dos irrigantes e articular ações para resolvê-las; promover a participação ativa e efetiva dos associados nas atividades a serem desenvolvidas pela Associação; defender os interesses dos sócios com relação às atividades ligadas à APIM; desenvolver as atividades econômicas e sociais de caráter comum aos associados; desenvolver ações integradas junto às instituições públicas dos Governos Federal, Estadual e Municipal, instituições privadas, órgãos não-governamentais para o alcance dos objetivos dos irrigantes do citado projeto; desenvolver ações que viabilizem a organização [...] dos membros da associação [...]; trabalhar a produção respeitando a natureza e o meio ambiente (APIM, 2005, p. 2).

Diante do depoimento de Araújo (2016) foi possível perceber a coerência entre os objetivos definidos no estatuto da associação, ainda em 2005, e o seu momento atual, pois permanecem presentes as antigas preocupações relacionadas à promoção do desenvolvimento econômico e social do grupo, bem como a busca pelo estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas que possam trazer-lhes benefícios, não necessariamente de cunho econômico, mas também em termos de capacitação técnica. Também continuam presentes, a preocupação em diagnosticar as dificuldades dos associados e em identificar os meios para solucioná-las ou amenizá-las, além da representação e defesa dos interesses dos sócios dentro e fora da comunidade, assim como o fomento da ideia da cooperação como algo fundamental para o fortalecimento do grupo. Ou seja, o que foi apontado pela presidente da APIM, encontra guarida no que foi identificado por Sangalli *et al.* (2015), quando menciona que a essência do associativismo é viabilizar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais ao grupo.

Dentre as várias competências da diretoria executiva da APIM, estão a de planejar e traçar normas para as operações e serviços da associação, administrar os recursos financeiros e elaborar o plano anual de atividades para, posteriormente, ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, que ocorre uma vez por ano. Ainda, segundo a diretoria, nesse momento de apresentação de planos de atividades também é exposto o planejamento anual da produção frutífera, definindo objetivos, decidindo sobre recursos, tarefas e estratégias para alcançá-los, um planejamento flexível que pode ser alterado durante o período em virtude das contingências ambientais, indo ao encontro dos ensinamentos de Chiavenato (2012) que ressalta a importância da flexibilidade para o bom desempenho da organização, que deve

apresentar maleabilidade e facilidade de adaptações e ajustamentos à medida que o andamento dos acontecimentos os requeira.

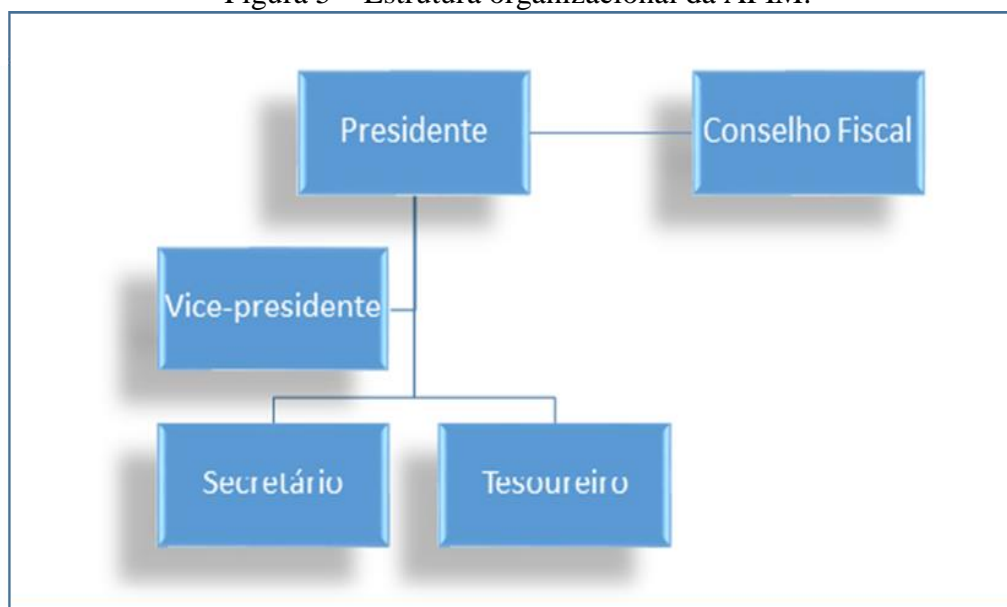
Para melhor entender o fluxo de decisões e a hierarquia existente na APIM será demonstrado o seu organograma, pois, segundo Cury (2015), é ele quem representa, de forma gráfica e abreviada, a estrutura de uma organização, tendo por finalidade apresentar os seus órgãos componentes, suas funções, como também evidenciar os níveis administrativos e a sua linha hierárquica.

De acordo com Araújo e Garcia (2010), a partir do organograma é possível visualizar as unidades organizacionais e suas respectivas funções e interações com o todo, o que possibilita o conhecimento, entendimento e análise da organização. Além disso, apresenta os seguintes objetivos:

[Demonstrar] a divisão do trabalho, mediante o fracionamento da organização, em unidades de direção, conselhos, gerências, superintendências, departamentos, divisões, seções, serviços, setores etc. [...] a relação superior-subordinado, que é representada através das ligações entre os diversos retângulos, quadrados, círculos, ou algo semelhante [...] (ARAÚJO; GARCIA, 2010, p. 65).

Conforme a Figura 5, a estrutura organizacional da APIM é composta por um presidente e um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e o Conselho Fiscal, formado por três associados, todos eleitos (APIM, 2016).

Figura 5 – Estrutura organizacional da APIM.



Fonte: Elaborado com base nas informações cedidas pela APIM, 2016.



O que se evidencia a partir do organograma da APIM é que as suas poucas linhas hierárquicas refletem uma realidade facilmente perceptível na organização: a facilidade e uma certa informalidade no tocante à comunicação e a celeridade do processo decisório. Características típicas de estruturas simples, conhecidas também como estruturas enxutas, formadas por um ou poucos gestores no topo da hierarquia, assim como no nível intermediário e maior concentração de pessoas no nível operacional, envolvidas diretamente na execução do trabalho. Por ser uma estrutura de pequeno porte, os gestores do nível mais alto exercem o controle central, se preocupando com questões mais complexas e que envolvem a organização como um todo e delegando as demais responsabilidades para os níveis abaixo, além de atribuir forte grau de liberdade para as pessoas executarem suas tarefas, que são organizadas sem muita formalização ou padronização. Nesse tipo de estrutura há uma reduzida presença de *staff* (CHIAVENATO, 2012).

Por certo, a APIM possui uma estrutura simples, mas que poderá ser alterada à medida que a associação for progredindo, uma vez que a estrutura organizacional é um processo dinâmico que se modifica para acompanhar a evolução da organização, ou seja, quando os gestores iniciarem o processo de elaboração e implementação de estratégias é necessário analisar a atual estrutura para identificar se a configuração dos cargos ou a distribuição de tarefas possibilitarão o alcance dos objetivos pretendidos (DIAS; CASSAR; ZAVAGLIA, 2013).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A viticultura no Semiárido do Nordeste Brasileiro vem ganhando destaque no setor vinícola nacional e internacional graças às condições edafoclimáticas da região, que favorecem a produção de uvas e vinhos diferenciados. As particularidades climáticas dessa região, como a alternância entre uma estação úmida e outra seca, permite aos produtores escolherem o melhor período para a produção, seja em função do controle de pragas, das necessidades de cada variedade de cultivar, ou, simplesmente, em função da demanda.

O protagonismo da viticultura do Vale do Submédio São Francisco, que abrange os municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, no Semiárido do Nordeste Brasileiro, é evidente. Contudo, outras áreas vitícolas estão surgindo na região, como a viticultura desenvolvida em São João do Piauí, iniciada a partir das ações de Hildo Diniz, um Superintendente da CODEVASF à época, que verificou um comportamento similar dos fatores climáticos, que interferem no desenvolvimento da viticultura, entre Petrolina/PE e São João do Piauí/PI. Constatação essa, que motivou o superintendente a implantar, em 2004, um Projeto Piloto de Irrigação - que mais tarde recebeu o seu nome - no Assentamento Marrecas, o primeiro Assentamento de Reforma Agrária instalado no Piauí.

A aptidão climática de São João do Piauí para o cultivo de videiras, percebido por Hildo Diniz, foi corroborado por meio dos estudos da Embrapa Meio Norte, realizados no período 2009 a 2010 que destacaram a aptidão plena do município para o cultivo da videira europeia em sistema de irrigação. Assim como Petrolina/PE, São João do Piauí/PI registra baixos índices pluviométricos e baixa umidade relativa do ar, altas temperatura do ar e radiação solar, condições que favorecem o desenvolvimento da cultura.

Efetivamente, a interação entre os fatores climáticos - temperatura do ar, precipitação pluviométrica, umidade relativa do ar e insolação -, os solos profundos da região e a disponibilidade de recursos hídricos para a irrigação, proporcionam vantagens competitivas à viticultura do Semiárido Piauiense. Posto que, a combinação desses elementos reduz a incidência de doenças fúngicas e de problemas relacionados a grandes volumes de água disponíveis no solo; favorecem os processos fotossintéticos das videiras e a produção de uvas com maiores concentrações de açúcares. Além do mais, os sistemas de irrigação utilizados na viticultura do Assentamento Marrecas não geram despesas com energia elétrica, uma vez que a irrigação é realizada a partir da vazão de água e pressão geológica do poço jorrante Capim Grosso, o que provoca redução nos custos de produção.

A implantação do Projeto Piloto de Irrigação Hildo Diniz demonstrou a aptidão agroclimática de São João do Piauí/PI para a viticultura irrigada; viabilizou às famílias do Assentamento Marrecas uma oportunidade de geração de renda e de manutenção do produtor na comunidade; favoreceu a utilização racional dos recursos hídricos disponíveis; motivou a criação da Associação dos Produtores com Irrigação do Assentamento Marrecas [APIM] e estimulou a economia do município.

A forma organizativa do Assentamento Marrecas, pautada em associações, evidencia a preocupação da comunidade com a organização e planejamento de suas atividades. A APIM, por exemplo, fundada desde a implantação do Projeto Piloto Hildo Diniz para auxiliar a equipe da CODEVASF na gestão dos recursos financeiros e materiais, desempenha, atualmente, um papel fundamental junto aos viticultores e demais produtores de frutas do assentamento, desenvolvendo atividades que vão do planejamento, até a comercialização da produção. Atuando de maneira eficiente e eficaz, a APIM faz uso de uma gestão participativa, estimulando o envolvimento dos associados nos processos de definição das metas e objetivos para a associação, assim como das estratégias para alcançá-los.

Com sua estrutura organizacional simples e atividades direcionadas para o desenvolvimento econômico-social de seus associados, como aquisição de implementos agrícolas; promoção de capacitação técnica para os produtores; planejamento, organização e comercialização da produção frutífera, a APIM apresenta capacidade e *know how* para gerir uma possível Indicação Geográfica para a produção de uva, uma ferramenta estratégica eficaz para impulsionar, diretamente, a atividade vinícola local e, indiretamente, outros segmentos da economia, tais como o turismo na região, especialmente o enoturismo e o turismo de base comunitária, proporcionando avanços expressivos no desenvolvimento econômico da região.

A Indicação Geográfica para a produção de uvas do Assentamento Marrecas, representa uma estratégia de negócio capaz de promover o desenvolvimento da comunidade e fortalecer a organização dos produtores. Do mesmo modo que as Indicações Geográficas do Vale do Submédio São Francisco e do Vale dos Vinhedos, a Indicação Geográfica do Assentamento Marrecas provocará uma série de impactos positivos diretos na área demarcada, como: garantia da origem e do valor do produto; maior facilidade de penetração no mercado; melhoria na imagem do produto, na visão do consumidor; estímulo a investimentos na cadeia produtiva; condições favoráveis para a permanência dos produtores na zona rural; satisfação do produtor diante da valorização do seu produto; maiores retornos financeiros e; preservação do saber-fazer, da tradição e cultura.

Ao analisar a diferenciação apresentada pela legislação brasileira ao se referir às modalidades de Indicação Geográfica e os resultados apurados pela pesquisa, é possível verificar que a APIM possui argumentos para solicitar, junto ao INPI, tanto a Indicação de Procedência, quanto a Denominação de Origem para a produção de uva local. Sendo que, a Indicação de Procedência se justifica pelo fato de São João do Piauí, ser, atualmente, reconhecido por sua produção vinícola, passando a ser designado como a “Capital da Uva”, desde 2012, a partir o projeto de lei 101/2012, justificado pelo fato de o município se destacar pela produção de uva no Estado. Além disso, a produção de uva do Assentamento Marrecas motivou a realização do Festival da Uva no município, um dos mais importantes produtos turísticos da região. Ao passo que, a Denominação de Origem se justifica por uma produção peculiar, decorrente da interação entre as características edáficas e climáticas do local, da forma de produção e colheita, o que garante uvas com alta concentração de Açúcares Solúveis Totais.

A certificação de Indicação Geográfica irá conferir notoriedade para a produção vinícola de Marrecas e garantir a sua singularidade, possibilitando a conquista de mercados mais exigentes que valorizam uma produção diferenciada. Além do mais, a certificação reduzirá os problemas de comercialização, uma vez que o signo distintivo passará credibilidade ao consumidor, certificando a origem e tipicidade do produto.

Diante da sua capacidade de planejamento, organização e liderança, assim como da estrutura organizacional, a APIM poderá requerer o registro de Indicação Geográfica para diferenciar sua produção dos demais concorrentes, ganhar novos mercados e assegurar a exclusividade de uso pelos pequenos produtores do assentamento. Nesse caso, a Indicação Geográfica representa uma ferramenta estratégica capaz de promover a diferenciação e competitividade da produção vinícola, assumindo, portanto, a forma da estratégia genérica de diferenciação, apresentada por Porter.

A importância da Indicação Geográfica para a produção vinícola de Marrecas torna-se ainda mais evidente, ao consideramos que, atualmente, está em fase de implantação em São João do Piauí o Projeto de Irrigação Marrecas-Jenipapo, que prevê a ampliação da área de fruticultura irrigada do município, especialmente de videiras. Esse novo projeto, que proporcionará benefícios econômicos e sociais para a região, como a geração de emprego e renda, viabilizará também a entrada de grandes produtores na região, fato que poderá provocar impactos negativos na produção e comercialização dos pequenos produtores do Assentamento Marrecas. Sendo assim, a Indicação Geográfica poderá ser utilizada como um modelo de negócio voltado para mercados demandantes de produtos diferenciados e certificados, que tragam na sua composição a expressividade dos fatores naturais e humanos de uma região.

A principal limitação da pesquisa não se refere a um erro metodológico, mas sim a uma dessincronia entre o período de realização do estudo e o de escalonamento da produção, o que impossibilitou a realização da análise química da uva. Em estudos futuros é importante monitorar o processo de maturação dos frutos e analisar seus aspectos químicos para conhecer os teores de Sólidos Solúveis (°Brix), Acidez Titulável (AT) e pH. Além disso, após identificar esses valores é interessante que seja estabelecida a relação entre o °Brix e a AT - “RATIO”; essa informação é utilizada para verificar se o fruto encontra-se no grau de maturação ideal para colheita.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE JÚNIOR, A. S.; BASTOS, E. A.; SILVA, C. O.; GOMES, A. A. N.; FIGUEREDO JÚNIOR, L. G. M. **Atlas climatológico do Estado do Piauí**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2004b. 151 p. (Embrapa Meio-Norte. Documentos, 101).
- ANDRADE JÚNIOR, A. S.; BASTOS, E. A.; SILVA, C. O. **Zoneamento de aptidão climática para a videira europeia no Estado do Piauí**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2009.
- ANDRADE JÚNIOR, A. S.; TONIETTO, J.; BASTOS, E. A.; CONCEIÇÃO, M. A. F. **Potencial climático da região semiárido do Piauí para a produção de uvas destinadas à elaboração de vinhos finos**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2010.
- ANSOFF, H.I. **Estratégia empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.
- ARAÚJO, L. C. G. GARCIA, A.A. **Teoria geral da administração**: orientação para escolha de um caminho profissional. São Paulo: Atlas, 2010.
- ARAÚJO, M. J. **Informações sobre a gestão da associação e produção de uvas**: depoimento. [12 de maio de 2016]. São João do Piauí. Depoimento concedido a Liária Nunes da Silva.
- ARCOVERDE, M.S. **Projeto piloto de irrigação Hildo Diniz**: depoimento. [10 de janeiro de 2016]. Teresina. Depoimento concedido a Liária Nunes da Silva.
- ASSOCIAÇÃO DE PROCESSAMENTO DE FRUTAS [APFRUTA]. **Estatuto da associação**. Assentamento Marrecas, 2009.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES COM IRRIGAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARRECAS [APIM]. **Estatuto da associação**. Assentamento Marrecas, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA UVA E DO VINHO GOETHE. **IGP**. [PROGOETHE]. Disponível em: <http://www.progoethe.com.br/igp.php?id=1>. Acesso em: 24 de março de 2016.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS DE PINTO BANDEIRA. [ASPROVINHO] **Indicação de procedência**. Disponível em: [http://www.asprovinho.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=7&Itemid=16](http://www.asprovinho.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=7&Itemid=16). Acesso em: 24 de março de 2016.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DO VALE DOS VINHEDOS [APROVALE] **Indicação Geográfica**: vinho e sua procedência. Disponível em: <http://www.valedosvinhedos.com.br/vale/conteudo.php?view=70&idpai=132#null>. Acesso em: 24 de março de 2016.
- ASSOCIATION OF OFFICIAL AGRICULTURAL CHEMISTS [AOAC]. **Official methods of analysis of the Association of the Agricultural Chemists**. 11 ed. Washington: AOAC, 1992, 1115 p.

BASSOI, L.H.; BRAGA, M. B.; CALGARO, M.; SIMÕES, W. L.; PINTO, J.M. **Cultivo da Videira: irrigação e fertirrigação**. Embrapa Semiárido, Sistemas de Produção, 2ª edição, ISSN 1807-0027, 2010. Disponível em:

[https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira\\_2ed/irrigacao.html](https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira_2ed/irrigacao.html). Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

BRAGA, M. B; BASSOI, L.H.; CALGARO, M.; SIMÕES, W. L.; PINTO, J.M. **Irrigação na produção integrada de uvas finas de mesa: PI - uva**. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2011.

BRANDÃO, C, D. **Fatores intervenientes na implementação de ações estratégicas para a promoção do selo de Indicação Geográfica das panelas de barro de Goiabeiras**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória - ES, 2014

BRASIL. **Lei 9.279 de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm)>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

BRASIL. **Perímetro de irrigação Marrecas-Jenipapo**. Disponível em:

<http://www.pac.gov.br/obra/8049>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiros**.

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

BRASIL. **Decreto 7.775 de 04 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm). Acesso em: 26 de maio de 2016.

CANTARUTTI, R. B.; ALVAREZ V, V. H.; RIBEIRO, A. C. **Amostragem do solo**. In: RIBEIRO, A. A.; GUIMARÃES, P. T. G.; ALVAREZ V, V. H. (Org). **Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais**. 5ª aproximação. Viçosa -MG, 1999, p. 21-26.

CARBONNEAU, A.; TONIETTO, J. **O clima para a viticultura: tabelas**. Rio Grande do Sul: Embrapa Uva e Vinho, 1999. Última modificação: 24/04/2014.

CARLS, L.; LOCATELLI, L.; PIMENTEL, L. O. **Signos distintivos e potenciais benefícios ao desenvolvimento territorial**. In: DALLABRIDA, V. R. (Org). **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, 2015 p. 43-56.

CHANDLER, A. D. **Strategy and structure: chapters in the history of the industrial enterprise**. MIT Press, Cambridge MA, 1962.

CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio**. 2ª ed. Lavras: UFLA, 2005. 785.

CHIAVENATO, I. **Administração geral e pública**. 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA [CODEVASF]. **Projeto Marrecas-Jenipapo vai impulsionar agricultura irrigada no Piauí**. 27/03/2015. Disponível Em: [www.codevasf.gov.br/noticias/2014/projeto-marrecas-jenipapo-vai-impulsionar-agricultura-irrigada-no-piaui/](http://www.codevasf.gov.br/noticias/2014/projeto-marrecas-jenipapo-vai-impulsionar-agricultura-irrigada-no-piaui/). Acesso em: 03 de janeiro de 2016.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA [CODEVASF]. **Projeto de irrigação Marrecas-Jenipapo (PI) recebe visita do ministro da Integração Nacional**. 30/08/2013. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/projeto-de-irrigacao-marrecas-jenipapo-pi-recebe-visita-do-ministro-da-integracao-nacional>. Acesso em: 29 de dezembro de 2015

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA [CODEVASF]. **Codevasf implanta agricultura irrigada em Assentamento de reforma agrária no Piauí**. 13/10/2004. Disponível em: [http://www.codevasf.gov.br/noticias/2004/20040715\\_02/](http://www.codevasf.gov.br/noticias/2004/20040715_02/). Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

CONCEIÇÃO, M. A. F. **Uvas sem sementes**: cultivares BRS Morena, BRS Clara e BRS Linda - Irrigação: sistemas e manejos. Embrapa Uva E Vinho, 2005. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasSemSementes/irrigacao.htm>. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

COOMBE, B. G. **Influence of temperature on composition and quality of grapes**. Grapevine canopy and vigor management: Acta Horticulture 206, 1987.

COSTA, E, A. **Gestão estratégica fácil**: construindo o futuro de sua empresa. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COSTACURTA, A.; ROSELLI, G. **Critères climatiques et edaphiques pour l'établissement des vignobles**. Bulletin De L'Oiv, Paris, v. 53, n. 596, p. 783-786, 1980.

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. 8<sup>a</sup> ed. rev. e ampl. 9<sup>a</sup> reimpr. São Paulo: Atlas, 2015.

DANTAS, W. G. P. A.; DANTAS, T. K. S.; **A importância da proteção à propriedade intelectual para o desenvolvimento regional e local do Alto Oeste Potiguar**: análise do estudo de caso do melão do Rio Grande do Norte. International Symposium on Technological Innovation, 2015, vol.3, n.1, p. 370-379.

DA SILVA, M. C.; ALVES, L. C.; SOUSA, S. M. A. **A produção de vinhos na América do Sul**: comparativo entre Brasil e os países produtores do continente. UCS: V encontro Semitur Jr, 2014. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/a\\_producao\\_de\\_vinhos.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/a_producao_de_vinhos.pdf). Acesso em: 11 de junho de 2016.

D´ALEXANDRIA, M. A. B. **O turismo nas indicações geográficas**: a potencialidade do turismo de experiência na denominação de origem Vale dos Vinhedos. Cadernos de Prospecção - ISSN 1983-1358. (print), 2317-0026 (online), 2015, vol.8, n.2, p.395-405. D.O.I.: 10.9771/S.1983-1358.2015.008.044. Disponível em:



[www.portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/12174/pdf\\_117](http://www.portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/12174/pdf_117). Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.

DIAS, R.; CASSAR, M.; ZAVAGLIA, T. **Introdução à administração da competitividade à sustentabilidade**. 3 ed. Campinas, SP: Alínea, 2013.

EMBRAPA UVA e VINHO. **Projetos de Indicações Geográficas de vinhos**: referenciais do “IG padrão Embrapa Uva e Vinho. Bento Gonçalves-RS: Comitê Técnico Interno, 2014.

FARIA, L. E.; OLIVEIRA, R. S.; SANTOS, N. **Propriedade industrial - Indicações geográficas**: a origem do produto com diferencial de qualidade e diversidade para inovação no agronegócio brasileiro. *In*: PLAZA, C. M. C. Á.; DEL NERO, P. A.; TARREGA, M. C. V. B.; SANTOS, N.; FONTES, A. R. C. (Coordenadores). Propriedade intelectual na agricultura. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 289-309.

FARIA, C. M. B.; SILVA, D. J. **Nutrição, calagem e adubação**: nutrientes essenciais e sintomas de deficiência; amostragem e análise do solo; amostragem e análise da planta; calagem; adubação. *In*: LEÃO, P. C. S. (Org). Cultivo da videira. Embrapa Semiárido, 2004, p. 14-18

FERREIRA, A. M.; FERNANDES, L. R. R. M. V.; REGALADO, P. **Indicação Geográfica no Brasil**: aspectos legais. *In*: DALLABRIDA, V. R. (Org). Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial. São Paulo: LiberArs, 2013 p. 127-134.

FILHO, C. G.; SILVA, P. C. G. **Indicação geográfica, uma certificação estratégica para os produtos de origem animal da agricultura familiar do Semiárido**. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 45, p. 114-123, 2014. Disponível em: [http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/publicacoes/ren-numeros\\_publicados/docs/ren\\_2014\\_10\\_clovis\\_v2.pdf](http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/publicacoes/ren-numeros_publicados/docs/ren_2014_10_clovis_v2.pdf). Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

FLORES, M. A.D.; FLORES, A.; **Diagnóstico do enoturismo brasileiro**: um mercado de oportunidades. Brasília-DF: SEBRAE; Bento Gonçalves-RS: IBRAVIN, 2012

FORONI, P. G. **Gestão estratégica de pessoas**: um estudo de caso sobre o alinhamento estratégico. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-14012015-170641/pt-br.php>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. [CEPRO]. **Diagnóstico Socioeconômico de São João do Piauí**: características morfoclimáticas. 1990. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03\\_6fa167a605.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201105/CEPRO03_6fa167a605.pdf). Acesso em: 20 de junho de 2016.

GARRIDO, L. R.; SONÊGO, O. R. **Uvas Viníferas para Processamento em Regiões de Clima Temperado**. Embrapa Uva e Vinho, Sistema de Produção, 4ª edição, ISSN 16788761, 2003. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasViniferasRegioesClimaTemperado/doenca.htm>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4ª ed. Reimp. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GONÇALVES, H. J. C. F.; COSTA, A. A. M.; CRISTÓVÃO, A. **O empoderamento de comunidades rurais como prática de revitalização de aldeias**. DRd - Desenvolvimento Regional em debate (ISSN 2237-9029) Ano 3, n. 2, p. 86-99, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/451/368>. Acesso em: 11 de junho de 2016.

GUILHOTO, J. J. *et al.* **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: MDA, 2005. p. 44. (Estudos NEAD 9). Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

HALLAL, M, O, C. *et al.* **Estimativa da evapotranspiração de referência e sua relação com a precipitação ocorrida na Região de Pelotas – RS**. Irriga. Botucatu, v. 18, n.1, p.85-98, 2013.

HARRISON, J.S. **Administração estratégica de recursos e relacionamentos**. Bookman: Porto Alegre, 2005.430p.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA [INMET]. **Normais climatológicas do Brasil 1961-1990: insolação total (horas)**. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/normaisClimatologicas>. Acesso em: 19 de março de 2016. Brasília: INMET, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO [IBRAVIN]. **História do vinho no Brasil**. Disponível: <http://www.ibravin.org.br/Historia-do-Vinho-no-Brasil>. Acesso em: 12 de junho 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO [IBRAVIN]. **Produção de vinhos e derivados**. Disponível em: <http://www.ibravin.org.br/dados-estatisticos.php>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO DE ESTATÍSTICAS [IBGE]. **Senso 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.com.br](http://www.ibge.gov.com.br)>. Acesso em: 30 de dezembro de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL [INPI]. **Guia Básico de Indicação Geográfica**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/guia-basico-de-indicacao-geografica>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL [INPI]. **Resolução nº 075**. Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas. Disponível em: <http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/br/br070pt.pdf>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2016.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KLOTZLE, M.C. **O impacto da formação de alianças estratégicas no valor de mercado e no desempenho econômico-financeiro das empresas**. Cadernos de pesquisa em Administração, São Paulo, v. 10, nº 4, p. 33-46, 2003. Disponível em: <http://www.regeusp.com.br/arquivos/v10n4art4.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

KLOTZLE, M.C. **Alianças estratégicas: conceito e teoria**. RAC, v. 6, n. ,1 p. 85-104, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v6n1/v6n1a06.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LARRY, E. W. **Irrigation of winegrapes in California**. Department of Viticulture & Enology – University of California-Davis, and Kearney Agriculture Center, 2001. Disponível em: <http://www.practicalwinery.com/novdec01p42.htm>. Acesso em: 11 de junho de 2016.

LEPSCH, I. F. **19 lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LIMA, *et al.* **Subsídios técnicos para a indicação geográfica de procedência do Vale do Submédio São Francisco. Petrolina**: Embrapa Semi-Árido, 2009. Disponível em: [http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public\\_eletronica/downloads/SDC222.pdf](http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/SDC222.pdf). Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

LIMA, M. A. C. **Indicação de Procedência**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica, 2015. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/uva\\_de\\_mesa/arvore/CONT000g5la1eox02wx5ok01edq5ssc5ol0j.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/uva_de_mesa/arvore/CONT000g5la1eox02wx5ok01edq5ssc5ol0j.html). Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

MAIA, J. D. G.; CAMARGO, U. A.; NACHTIGAL, J. C. **Cultivo da videira Niágara Rosada em regiões tropicais do Brasil: implantação do vinhedo**. Sistemas de produção, 5. Embrapa Uva e Vinho, 2003. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvaNiagaraRosadaRegioesTropicais/implantacao.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. **A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial**. Campo Grande: Interações, v. 16, n. 1, p. 13-25, 2015.

MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. **A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial**. In: DALLABRIDA, V. R. (Org). **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no Estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, 2015. p. 43-56.

MALAVOLTA, E.; PIMENTEL-GOMES, F.; ALCARDE, J. C. **Adubos e Adubações**. São Paulo: Nobel, 2002.

MANICA, I.; POMMER, C. V. **Uva: do plantio a produção, pós-colheita e mercado**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARQUES, F. A.; NASCIMENTO, A. F.; FILHO, J. C. A.; SILVA, A. B. **Solos do Nordeste**. Recife: Embrapa Solos, 2014.

MARTINI, N. [Email] 31 mar. 2016, Bento Gonçalves – RS [para] SILVA, L.N, São João do Piauí – PI. 1 f. **Informações sobre Indicação Geográfica**.

MELO, G. W. B.; SCHNEIDER, E. P. **Solos e adubação**. In: NACHTIGAL, J, C.; SCHNEIDER, E. P. (Org). . Recomendações para produção de videiras em sistemas de base ecológica. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2007, p. 23-28. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/documentos/doc065.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

MELLO, L. M. R.; ZACKIEWICZ, M. BEZERRA, L. M. C.; TONIETTO, J.; BEAULIEU, C. M. G.; CAETANO, S. F. **Metodologia de avaliação de impactos econômicos, sociais e ambientais para indicações geográficas: o caso do Vale dos Vinhedos**. ISSN 1808-4648. Embrapa Uva e Vinho, Bento Gonçalves-RS, 2014. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/114801/1/doc91.pdf>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

MELO, G. W. **Adubação e manejo do solo para a cultura da videira**. Bento Gonçalves-RS: Embrapa Uva e Vinho, 2014. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/adubvid.html>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

MELO, G. W. B.; BOTTON, M.; GARRIDO, L. R. **Produção orgânica de uva para mesa**. Bento Gonçalves, RS: Embrapa Uva e Vinho, 2015. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/131061/1/Doc92.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

MELO, G. W. **Uvas sem sementes**: Cultivares BRS Morena, BRS Clara e BRS Linda - preparo do solo e adubação. Sistemas de produção, 8. Embrapa Uva e Vinho, 2005. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasSemSementes/adubacao.htm>. Acesso em: 28 de junho de 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO [MAPA]. **Associativismo**. Secretária de desenvolvimento agropecuário e cooperativismo: Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%20a%20C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cooperativismo%20atualizada%202012.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%20a%20C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cooperativismo%20atualizada%202012.pdf). Acesso em: 21 de maio de 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO [MAPA]. **Associativismo rural**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. ASSOCIATIVISMO RURAL [MAPA]. **Manual de métodos de análise de bebidas e vinagres**: relação °Brix x Acidez. Disponível em: [www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Aniamal/Laborat%C3%B3rios/Metodos%20IQA/BEV/Nao%20Alc/NAO%20ALCOOLICOS%20-%202011%20RELACAO%20BRUX%20X%20ACIDEZ%20TOTAL.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/Laborat%C3%B3rios/Metodos%20IQA/BEV/Nao%20Alc/NAO%20ALCOOLICOS%20-%202011%20RELACAO%20BRUX%20X%20ACIDEZ%20TOTAL.pdf). Acesso em: 23 de maio de 2016.

MIELE, A.; MANDELLI, F. **Escolha do sistema de condução para videira e material necessário para a instalação de vinhedos**. In: SILVEIRA, S. V.; MONTEIRO, R. (Org). Implantação e manejo de vinhedos de base ecológica. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e

Vinho, 2011. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/documentos/doc075.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

MINAYO, M, C, S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Rio de Janeiro: Ciência & saúde coletiva, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>. Acesso em: 09 de maio de 2016.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safari de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. 2ª ed. Rio Grande do Sul: Bookman, 2010.

MOREIRA, A.; TARGINO, I.; NETO, G. I. **A organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Revista nera, nº3, [2012]. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1483/1459>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

NIEDERLE, P. A. **Desenvolvimento, instituições e mercados agroalimentares: os usos das indicações geográficas**. Desenvolvimento Regional em debate. v. 4, n 2, p. 21-43, jul./dez. 2014.

NIEDERLE, P. A. **O mercado vitivinícola e a reorganização do sistema de indicações geográfica na Região do Languedoc, França**. Departamento de Economia Rural e Extensão – Universidade Federal do Paraná, 2012.

NOVAIS, R. F. *et al.* **Fertilidade do solo**. Minas Gerais: Sociedade Brasileira de Ciência do solo, 2007. 1017. p.

OLIVEIRA, D.P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 33º ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/105066>. Acesso em 15 de maio de 2016.

OLIVEIRA, J.M.L.B. **Denominações de origem e indicação geográfica: proteção e impacto socioeconômico**. 2010. 38 f. Dissertação (Pós-Graduação em Economia e Gestão de Propriedade Industrial) – Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG. Bragança, 2010.

PADILHA, C. V. S.; BIASOTO, A. C.T.; CARVALHO, E. S. S.; BRAGARD, L. F. S.; PEREIRA, G.E. **Avaliação da preferência dos consumidores de vinhos tintos do Vale do São Francisco: uma região em potencial**. Rio Grande do Norte: ENAAL, 2015. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1036805/1/PereiraEnaal2015.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

PELLIN, Valdinho; VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto. **O enoturismo em experiências de indicações geográficas: estratégia para o desenvolvimento territorial?**. IX Encontro de Economia Catarinense. Chapecó/SC, 2015.

PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTELHA, P. C. **Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas**. Livraria e editora Agropecuária, 2002, 478 p.

PEREIRA, G. E. **Os vinhos tropicais em desenvolvimento no Nordeste do Brasil**. Campinas: ComCiência, no 149. Versão online – ISSN 15197654, 2013. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/979795/1/Giuliano.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.

PESCHANSKI, J. A. **A evolução organizacional do MST**. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-12022008-114924/pt-br.php>. Acesso em: 24 de maio de 2016.

PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei 101/12**. Denomina de “Capital da Uva” o município de São João do Piauí. Disponível em: [http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl\\_documentos/materia/1750\\_texto\\_integral](http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl_documentos/materia/1750_texto_integral). Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

PIAUÍ – Portal da Transparência. **Convênio Festival da uva**. Disponível em: <http://convenios.transparencia.pi.gov.br:8081/apex/f?p=101:2:0::NO::>. Acesso em: 04 de Janeiro de 2016.

PIAUÍ. **Panorama da desertificação no Estado do Piauí**: relatório de consultoria. Teresina, 2005. Disponível em: [www.mma.gov.br/estruturas/sedr\\_desertif/\\_arquivos/panorama\\_piaui.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/panorama_piaui.pdf). Acesso em: 15 de junho de 2016.

PIMENTEL, L. O. **Os desafios dos aspectos legais na prática de estruturação das Indicações Geográficas**. In: DALLABRIDA, V. R. (Org). Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre indicação geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidades territorial. São Paulo: LiberArs, 2013 p. 135-143.

POMMER, C. V. **Uva: tecnologia de produção, pós-colheita, mercado**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2003.

PORTER, M. E. **Competição** [tradução Afonso Celso da Cunha Serra]. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência** [tradução Elisabeth Maria de Pinho Braga]. 2ª ed. 12ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. [tradução Elisabeth Maria de Pinho Braga]. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

PRETRERE, V. G; CUNHA, T. J. F. **Manejo e conservação do solo**: características dos solos cultivados com videira no Submédio do Vale do São Francisco. Sistemas de produção, 1ª e 2ª ed. Embrapa Semiárido, 2010. Disponível em [https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira\\_2ed/manejo.html](https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira_2ed/manejo.html). Acesso em: 18 de junho de 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

- PROFFITT, T.; GIBBERD, M. **Optimization of limited water resources in irrigated vineyards**. Wines e Vines, 2014. Disponível em: <http://www.winesandvines.com/template.cfm?section=features&content=128974>. Acesso em: 11 de junho de 2016.
- PROTAS, J. F. S.; CAMARGO, U. A.; MELO, L. M. R. **A vitivinicultura brasileira: realidade e perspectivas**. Bento Gonçalves, RS: Embrapa Uva e Vinho, 2014. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/vitivinicultura/>. Acesso em: 12 de junho de 2016.
- ROMANO, J. O.; ANTUNES, A. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: <http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf#page=45>. Acesso em: 12 de junho de 2016.
- RONQUIM, C. C. **Conceitos de fertilidade do solo e manejo adequado para as regiões tropicais**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2010. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/31004/1/BPD-8.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2016.
- SANGALLI, A. R. *et al.* **Associativismo na agricultura familiar**: contribuições para o estudo de desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados (MS), Brasil. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.
- SANGALETTI, V.; BROSE, M. **O enfoque participativo na gestão da agricultura familiar**: a experiência de Vista Gaúcha. In: BROSE, M. (Org). Participação na extensão rural: experiências de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004 p. 33-44.
- SANTANA, H. G.; NETO, J. M. M. **Caracterização de um sistema híbrido de energia: solar e eólica**. Teresina: UFPI, [2010]. Disponível em: <http://sis.ufpi.br/22sic/Documentos/RESUMOS/Modalidade/Exatas/HEITOR%20GONCALVES%20SANTANA.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2016.
- SANTOS, H. G. *et al.* **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 3ª ed. rev. ampl. Brasília-DF: Embrapa, 2013.
- SANTOS, R. D. *et al.* **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 7ª ed. rev. ampl. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2015.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SP [SEBRAE]. **Melão potiguar recebe selo de indicação geográfica**. Disponível em: <http://sebrae-sp.jusbrasil.com.br/noticias/100686025/melao-potiguar-recebe-selo-de-indicacao-geografica>. Agência Sebrae de notícias, 2014. Acesso em: 25 de março de 2016.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – NACIONAL [SEBRAE]. **Entenda as diferenças entre associação e cooperativa**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associacao-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 23 de maio de 2016.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, P. C. G.; COELHO, R. C. **Caracterização social e econômica da cultura da videira**: a viticultura no Vale do Submédio São Francisco - importância econômica e social da videira. Sistemas de produção, 1ª e 2ª ed. Embrapa Semiárido, 2010. Disponível em: [https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira\\_2ed/Cara](https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira_2ed/Cara%20terizaca_social_da_%20videira.html) [cterizaca\\_social\\_da\\_%20videira.html](https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira_2ed/Cara%20terizaca_social_da_%20videira.html). Acesso em: 18 de junho de 2016.

SIMÃO, S. **Tratado de fruticultura**. Piracicaba: FEALQ, 1998.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO. **Manual de adubação e calagem**: Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. 10ª ed. Porto Alegre, 2004.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA [SNA]. **Indicação Geográfica Vale do Submédio São Francisco**. Disponível em: <http://sna.agr.br/indicacao-geografica-vale-do-submedio-sao-francisco> - Publicado em 4/05/2015. Acesso em: 25 de março de 2016.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ. [SEMAR]. **Boletim de informações climáticas para o Estado do Piauí**. Teresina-PI, 2016. Disponível em: [http://www.semar.pi.gov.br/download/201602/SM25\\_6fe5080571.pdf](http://www.semar.pi.gov.br/download/201602/SM25_6fe5080571.pdf). Acesso em 01 de agosto de 2016.

SOUSA, J. **Codevasf atrasa pagamento e obra do PAC vai para no interior do Piauí**. Disponível em: <http://180graus.com/noticias/codevasf-atrasa-pagamento-e-obra-do-pac-vai-parar>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

SOUSA, V. F.; MAROUELLI, W. A.; COELHO, E. F.; PINTO, J. M.; FILHO, M. A. C. **Irrigação e fertirrigação em fruteiras e hortaliças**. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

SOUZA, P. M. *et al.* **Agricultura familiar versus agricultura não familiar**: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande – MS, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1142.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2016.

TAFFAREL, J. C. **A vitivinicultura relacionada à indicação de procedência Farroupilha**: perfil, identificação de gargalos e definição de demandas e transferência de tecnologia. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, Rio Grande do Sul, 2013.

TEIXEIRA, A.H.C; AZEVEDO, P.V. **Zoneamento agroclimático para a videira européia no Estado de Pernambuco, Brasil**. Revista Brasileira de Agrometeorologia, Santa Maria, v.4, n.1, p.137-141, 1996.

TEIXEIRA, A. H. C.; SOUZA, R. A.; RIBEIRO, P. H. B.; REIS, V. C. S.; SANTOS, M. G. L. **Aptidão agroclimática da cultura da videira no Estado da Bahia, Brasil**. Campina Grande: Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v.6, n.1, p.107-111, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-43662002000100019&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662002000100019&lng=en). Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

TEIXEIRA, A. H. C. **Clima**: radiação solar; temperatura do ar; umidade do ar; velocidade do vento; precipitação pluviométrica; potencial climático da região do Submédio São Francisco para o cultivo de videira. In: LEÃO, P. C. S. (Org). Cultivo da videira. Embrapa Semiárido, 2004, p. 07-10.



TEIXEIRA, A. H. C.; MOURA, M. S. B.; ANGELOTTI, F. **Cultivo da Videira**: Aspectos agrometeorológicos da cultura da videira. Embrapa Semiárido, Sistema de Produção, 1 - 2ª ed. ISSN 18070027, 2010. Disponível em:

[https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira\\_2ed/clima.html](https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/CultivodaVideira_2ed/clima.html). Acesso em: 04 de Janeiro de 2016.

TEIXEIRA, A. H. C.; TONIETTO, J.; PEREIRA, G. E.; ANGELOTTI, F. **Delimitação da aptidão agroclimática para videira sob irrigação no Nordeste Brasileiro**. Agriambi, Campina Grande, v.16, n.4, p.399–407, 2012. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-43662012000400010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-43662012000400010). Acesso em: 04 de agosto de 2016.

TONIETTO, J. ZANUS, M. C.; FALCADE, I.; GUERRA, C. C. **O regulamento de uso da indicação geográfica Pinto Bandeira**: vinhos finos tranquilos e espumantes. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho. 34 p. : il. color -- (Documentos / Embrapa Uva e Vinho, ISSN 1516-8107; 83), 2013. Disponível em:

<http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/documentos/doc083.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2016.

TONIETTO, J. **Valorização do ecossistema: importância da regionalização vitivinícola na produção de vinhos de qualidade**. In: VIII - Viticulture and Encology Latin-American Congress. Uruguay, 2001. Disponível em: [www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/tonietto-clave8.pdf](http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/tonietto-clave8.pdf). Acesso em: 20 de junho de 2016.

TONIETTO, J.; CARBONNEAU, A. **O clima para a viticultura**: Análise mundial do clima das regiões vitícolas e de sua influência sobre a tipicidade dos vinhos a posição da viticultura brasileira comparada a 100 regiões em 30 países. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2014. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/clima.html>. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

TONIETTO, J.; FALCADE, I.; TAFFAREL, J. C. **Indicação de procedência Farroupilha**: vinhos finos moscatéis. Bento Gonçalves, 2015. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/131481/1/Folder-IG-Farroupilha-10-2015.pdf>. Acesso em: 24 de março de 2016.

TONIETTO, J.; MANDELLI, F. **Uvas Americanas e Híbridas para o Processamento em Clima Temperado**. Embrapa Uva e Vinho, Sistemas de Produção, 2ª edição, ISSN 16788761, 2003. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvaAmericanaHibridaClimaTemperado/clima.htm>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

TONIETTO, J.; MANDELLI, F. **Uvas Viníferas para Processamento em Regiões de Clima Temperado**. Embrapa Uva e Vinho, Sistema de Produção, 4ª edição, ISSN 16788761, 2003. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasViniferasRegioesClimaTemperado/doenca.htm>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. **Solos e fertilidade do solo**. São Paulo: Andrei, 2007.

VALE, G. M. V.; LOPES, H. E. G. **Cooperação e Alianças**: perspectivas teóricas e suas articulações no contexto do pensamento estratégico. RAC, Curitiba, v. 14, n. 4, p. 722-737,

2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n4/10.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

VIEIRA, A.C. P.; BRUCH, K. L.; FORMIGHIERI, I.; RODEGHERO, C. **A Indicação Geográfica como instrumento para o desenvolvimento de uma região**: caso indicação de procedência do “Vales da Uva Goethe” – SC. PIDCC, Aracaju, ano III. Edição nº 5/2014, p. 407 a 425, fev/2014 / [www.pidcc.com.br](http://www.pidcc.com.br).

WINCKLER, N. C.; MOLINARI, G. T. **Competição, colaboração, cooperação e coopetição**: revendo os conceitos em estratégias interorganizacionais. Revista ADMpg Gestão Estratégica, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/revista2011/artigos/9.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

WTO. UNDERSTANDING THE WTO: THE AGREEMENTS - **Intellectual property**: protection and enforcement. Disponível em: [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/tif\\_e/agrm7\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/agrm7_e.htm). Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.